

**Série
Serviço Social**

ADEMIR ALVES DA SILVA
RAQUEL RAICHELIS
coordenadores

Cotidiano, cultura e sociabilidade: pesquisa em Serviço Social

**Maria Lúcia Martinelli
Neusa Cavalcante Lima
Amor Antônio Monteiro
Rodrigo A. Diniz
Gracielle Feitosa de Loiola**
organizadores

**Cotidiano, cultura e sociabilidade:
pesquisa em Serviço Social**



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Reitora: Maria Amalia Pie Abib Andery

educ

Editora da PUC-SP

Direção

José Luiz Goldfarb (até 28/2/2021)

Thiago Pacheco Ferreira (a partir de 1º/3/2021)

Conselho Editorial

Maria Amalia Pie Abib Andery (*Presidente*)

Ana Mercês Bahia Bock

Claudia Maria Costin

José Luiz Goldfarb

José Rodolpho Perazzolo

Marcelo Perine

Maria Carmelita Yazbek

Maria Lucia Santaella Braga

Matthias Grenzer

Oswaldo Henrique Duek Marques

Ademir Alves da Silva
Raquel Raichelis
Coordenadores da Série Serviço Social

COTIDIANO, CULTURA E SOCIABILIDADE:

pesquisa em Serviço Social

Maria Lúcia Martinelli
Neusa Cavalcante Lima
Amor António Monteiro
Rodrigo A. Diniz
Gracielle Feitosa de Loiola
Organizadores

Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade – NEPI



São Paulo
2021

Copyright © 2021 Maria Lúcia Martinelli e outros. Foi feito o depósito legal.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Reitora Nadir Gouvêa Kfouri/PUC-SP

Cotidiano, cultura e sociabilidade : pesquisa em serviço social / Maria Lúcia Martinelli... et al (orgs) - São Paulo : EDUC, 2021.

156 p. ; 24 cm - (Série serviço social)

Bibliografia.

Livro lançado em comemoração aos 50 anos do Serviço Social da PUC-SP e tem a Série serviço social coordenada por Ademir Alves da Silva e Raquel Raichelis.

ISBN 978-65-87387-59-8

1. Serviço social - Pesquisa. 2. Assistentes sociais - Prática profissional. 3. Migrantes. 4. Política social. 5. Territorialidade humana. I. Martinelli, Maria Lúcia. II. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo São Paulo Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Identidade.

CDD 361.3

361.0023

361.61

Bibliotecária: Carmen Prates Valls - CRB 8a. 556

EDUC – Editora da PUC-SP

Direção

José Luiz Goldfarb (até 28/2/2021)

Thiago Pacheco Ferreira (a partir de 1º/3/2021)

Produção Editorial

Sonia Montone

Preparação e Revisão

Valéria Diniz

Editoração Eletrônica

Waldir Alves

Gabriel Moraes

Capa

Gabriel Moraes

Imagem de Gerd Altmann por Pixabay

Administração e Vendas

Ronaldo Decicino

educ

Rua Monte Alegre, 984 – Sala S16

CEP 05014-901 – São Paulo – SP

Tel./Fax: (11) 3670-8085 e 3670-8558

E-mail: educ@pucsp.br – Site: www.pucsp.br/educ

APRESENTAÇÃO DA SÉRIE SERVIÇO SOCIAL

Ademir Alves da Silva

Raquel Raichelis



É com grande satisfação que apresentamos às(aos) leitoras(es) esta série comemorativa dos *50 anos do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-SP (PPG-PUC-SP)*.

Implantado em 1971, o PPG completa, neste ano de 2021, *cinco décadas de existência*, em uma trajetória pontuada por conquistas, desafios e pioneirismo. Sendo um dos primeiros programas de Pós-Graduação criados pela PUC-SP, o primeiro mestrado e o primeiro doutorado do Brasil e da América Latina na área, seu desenvolvimento constitui expressão da própria história do Serviço Social brasileiro e de sua consolidação como área de conhecimento e de pesquisa. Responsável também pela formação dos primeiros mestres e doutores em países da América Latina, Europa e África, mantém-se como referência no país e no exterior, especialmente em Portugal, França, Argentina e, mais recentemente, em Angola.

A *Série Serviço Social* cumpre dois objetivos principais: comemorar meio século de uma trajetória inseparável da maturidade intelectual alcançada pelo Serviço Social brasileiro, para a qual o PPG em Serviço Social da PUC-SP vem contribuindo desde a sua criação; e divulgar o conhecimento elaborado pelos

Núcleos de Estudos e Pesquisas – NEPs¹ que integram a estrutura curricular dos cursos de mestrado e doutorado em Serviço Social e constituem espaços fecundos de reflexão crítica e produção acadêmica sobre temáticas de relevância profissional, política e social.

Reunindo mestrandas(os), doutorandas(os), egressas(os), pós-doutorandas(os), docentes de graduação e pesquisadoras(es) de diferentes áreas, sob a coordenação de uma(um) docente do Programa, os NEPs são componentes curriculares que assumem centralidade na formação e na produção de conhecimento nas áreas de concentração e linhas de pesquisa do Programa. Configurando-se como espaços interdisciplinares, fortalecem o caráter plural e o debate teórico-crítico sobre temáticas da área do Serviço Social, seus fundamentos e teorias sociais que lhe dão suporte.

Cadastrados no Diretório do CNPq, os NEPs desenvolvem as pautas de pesquisa do PPG a partir da particularidade dos seus objetos de investigação e são em grande medida responsáveis pela rica produção acadêmica e bibliográfica dos seus docentes e discentes, funcionando como “radares” que esquadrinham as expressões da questão social que pulsam com a realidade social e interpelam a academia. É possível afirmar que parcela significativa das pesquisas e publicações produzidas pelo Programa é tributária dos NEPs e das relações de cooperação acadêmica estabelecidas na PUC-SP e com universidades brasileiras e estrangeiras, agregando, também, as pesquisas de pós-doutoramento.

Esta Série vem a público em um contexto particularmente grave e desafiador para a pesquisa e para a pós-graduação brasileira, que sofrem ataques sem precedentes que ameaçam seu funcionamento, em meio à pandemia provocada pelo novo coronavírus, que se retroalimenta de uma combinação de crises do capitalismo contemporâneo. No caso brasileiro, a crise sanitária associa-se às crises econômica, política e civilizatória e ao ideário neofascista e ultradireitista que reconfigura o Estado e as políticas públicas, com impactos deletérios na política científica e de fomento à pesquisa e à pós-graduação. Paradoxalmente, apesar do obscurantismo, negacionismo e darwinismo social, presenciamos uma efervescência intelectual

1. Nesta série, representados pelos seguintes Núcleos: Seguridade e Assistência Social (Nepsas); Movimentos Sociais (Nemos); Identidade (Nepi); Criança e Adolescente: ênfase no Sistema de Garantia de Direitos (NCA-SGD); Ensino e Questões Metodológicas em Serviço Social (Nemess); Trabalho e Profissão (Netrab); Ética e Direitos Humanos (Nepedh); Política Social (Neppos); Aprofundamento Marxista (Neam); e Cidades e Territórios.

vigorosa dos programas de pós-graduação – seus docentes, discentes, egressos – que, em tempos de capitalismo pandêmico, buscam a reflexão coletiva para resistir e avançar.

A *Série Serviço Social* insere-se nesse esforço político-acadêmico que mobiliza as armas do conhecimento e da crítica social para desvendar o tempo presente e apontar rumos para seu enfrentamento. Composta por 10 coletâneas, na forma de *dossiê* temático, reúne produções acadêmicas de diferentes autorias e modalidades, conforme os textos selecionados pelas(os) docentes e discentes organizadoras(es), veiculando teses e dissertações defendidas no Programa, pesquisas coletivas, artigos, *papers* e outras contribuições vinculadas às duas áreas de concentração – *Serviço Social e Política Social* e a seis linhas de pesquisa: Fundamentos, conhecimentos e saberes em Serviço Social; Profissão: trabalho e formação em Serviço Social; Ética e Direitos Humanos; Política Social e Gestão Social; Seguridade e Assistência Social; Movimentos Sociais e Participação Social.

Com a presente série comemorativa dos *50 anos do Programa*, cuja edição conta com a parceria da Educ e apoio da Capes/Proex, objetivamos contribuir para o debate das questões pulsantes de nosso tempo – com olhos no futuro, valendo-se da memória da experiência histórica –, animando as formas de resistência ao retrocesso histórico neoliberal e ultraconservador e à infame destruição de conquistas civilizatórias, resistindo à tendência de degradação das condições de vida e de trabalho, favorecendo a emersão de propostas criativas para o fortalecimento das lutas populares por acesso à riqueza – material e imaterial – socialmente construída.

Ademir Alves da Silva

Raquel Raichelis

Coordenadores da Série Serviço Social

PREFÁCIO

Yolanda Guerra¹

Poucas coisas teriam me alegrado tanto nestes 40 anos de dedicação ao serviço social quanto este honroso e generoso convite do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Identidade (NEPI) do Programa de Estudos Pós-Graduados (PEPGSS) da PUC-SP. Costumo me autointitular, com muito orgulho, como “filha da PUC”, e posso atestar o significado deste Programa para a formação de quadros docentes, o avanço da pesquisa e do processo de conhecimento nas Ciências Humanas e Sociais, especialmente na área de serviço social. Um programa que caminha para os seus 50 anos tem muitos méritos. Não tenho condições nem pretensão de descrevê-los, mas há dois que gostaria de evidenciar, pois estão diretamente relacionados à coletânea que tenho o privilégio de prefaciá-lo: 1) o protagonismo do Programa na constituição, consolidação e manutenção da vertente crítica do serviço social brasileiro, responsável pelo questionamento da imagem da profissão, sua identidade, e por torná-lo contemporâneo historicamente; 2) a clara orientação de pesquisas cujo objeto é o serviço social, seja nos campos da ética, identidade profissional, formação ou exercício profissional no âmbito das políticas sociais). Ambas as particularidades se expressam aqui como resultados parciais de ampla e vasta produção do NEPI em quase 30 anos de existência, o que comprova sua importância como espaço de formação, debates e aprofundamento de temas relevantes para a profissão em todas as suas dimensões.

Os artigos que compõem esta coletânea indicam o grau de maturidade da pesquisa sobre os temas que a intitulam: cotidiano, cultura e sociabilidade. Identifico um fio que atravessa, tece e dá organicidade aos seus dez artigos: o fio da *história social e do sujeito que a faz se fazendo nela*. A história social é a substância dos artigos; o tempo presente é a sua matéria.

1. Assistente social, mestre e doutora em Serviço Social pela PUC-SP. Docente aposentada do curso de Serviço Social da UFRJ, atualmente é docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ.

Todos os objetos neles analisados e reconstruídos rigorosa e criticamente, por meio de categorias teóricas, foram captados no movimento concreto do cotidiano, gerados e gestados por determinada sociabilidade constituinte e constitutiva da identidade individual e social dos sujeitos, e se convertem em requisições ao trabalho profissional. Trata-se de sujeitos ativos, reais e concretos, sempre em relação: jovens em situação de precarização, crianças, idosos, população das periferias, mulheres em situação de violência, assistentes sociais que atuam na área da saúde mental, imigrantes no Brasil, povos ciganos que, no enfrentamento do cotidiano, através de processos de luta e resistência, constroem cultura.

A originalidade e a relevância da produção do NEPI, no entanto, vão além, apropriando-se da metodologia da história oral como componente de análise histórica. Esta tem sido sua particularidade, sua marca e sua potencialidade: considerar os sujeitos como seres políticos, evidenciando trajetórias e memórias expressas na sua oralidade, e, por meio da análise do seu conteúdo, dar visibilidade aos que, em muitos casos, não são ouvidos.

Não casualmente, o belo texto de Maria Lúcia Martinelli e Neusa Cavalcante Lima expõe a fecundidade da categoria *experiência* e seu par dialético: a *consciência*. Todos os artigos, explícita ou implicitamente, trabalham esta relação que poderia ser definida como História e Memória e demonstram a potencialidade que possuem para descortinar trajetórias históricas e experiências de sujeitos sociais em suas múltiplas determinações: de classe, gênero, raça e etnia, geração, nacionalidade, cultura. Ao produzir conhecimentos que subsidiem o cotidiano profissional, fornecem enorme contribuição no enfrentamento dos desafios profissionais nos âmbitos teórico, acadêmico, ideopolítico e socioprofissional.

Uma obra como esta nos indica que o processo de pesquisa, de descoberta do novo, é longo, árduo e difícil, mas também prazeroso, que só se faz coletivamente. Parabeno o NEPI, na pessoa de sua fundadora e coordenadora, professora Maria Lúcia Martinelli, minha eterna orientadora, com quem aprendemos cotidianamente que “O importante é que tenhamos a coragem de fazer de nossa prática uma expressão plenamente ética e desejante, que pulse com a própria vida.” (Martinelli, 2011, p. 505). E o mesmo sobre a pesquisa dessa prática.

Rio de Janeiro, junho de 2020.

SUMÁRIO

Introdução

Cotidiano no NEPI: encontros e encantos com a pesquisa em história oral, **13**

Thais Felipe Silva dos Santos

Experiência social como categoria de pesquisa no serviço social, **19**

Maria Lúcia Martinelli, Neusa Cavalcante Lima

Serviço social, cotidiano e produção do conhecimento, **33**

Eduardo Carlos Isidro, Amor António Monteiro

O elo (des) construído: juventude, acidente de trabalho,
precarização, reabilitação profissional e políticas sociais, **47**

Renata Soraia de Paula

História oral e saúde mental: reflexões ético-políticas
a partir do cotidiano profissional, **61**

*Gracielle Feitosa de Loiola, Ligia Sampaio Oliveira,
Shinobu Nakano de Melo Pereira*

A cultura da violência: machismo e sexismo na sociedade contemporânea, **77**

Ana Cláudia Vasconcelos Mendes, Renato Tadeu Veroneze

Sociabilidades e territórios: bolivianos em São Paulo, **91**

*Thais Felipe Silva dos Santos, André Katsuyoshi Misaka,
Gilcélia Lima da Silva Reis*

Território, cotidiano e territorialidade:
narrativas e sociabilidades em perspectiva, **105**

Rodrigo A. Diniz

Territorialidade e cultura: a narrativa periférica de resistência, **121**

Eliana Aparecida Francisco

O esporte como mediação para a construção
de um projeto coletivo e de garantia de direitos, **133**

Marilene Aparecida Massaro Ferreira

Povos ciganos, migrações africanas e movimentos de moradia na cidade
de São Paulo: um caminho para o serviço social pela mediação da arte, **143**

Beatriz Adão Pascoal da Costa, Cleonice Dias dos Santos Hein,

Iranildo da Silva Marques, Ricardo de Holanda Leão

INTRODUÇÃO

COTIDIANO NO NEPI: ENCONTROS E ENCANTOS COM A PESQUISA EM HISTÓRIA ORAL

Thais Felipe Silva dos Santos¹

INTRODUÇÃO

Com este relato, por meio da qual reconstruímos algumas cenas do cotidiano, juntamo-nos às comemorações do cinquentenário do Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social (PEPGSS) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), que, ao longo desses anos, trilhou o caminho da excelência na formação de mestres e doutores hoje presentes em diferentes contextos nos cenários acadêmico e socioinstitucional no Brasil e no exterior.

A passagem a ser apresentada centra-se em um segmento específico do mencionado Programa, o Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade (NEPI), que tem como objetivo a formação em pesquisa, notadamente com o uso da fonte oral.

Há 26 anos, sob a coordenação da professora doutora Maria Lúcia Martinelli, sua fundadora, o NEPI dedica-se ao estudo da metodologia da história oral com o objetivo de sistematizar, aprofundar conhecimentos e habilidades próprios das metodologias qualitativas de pesquisa e habilidades fundamentais para o pesquisador oralista, no sentido de articular a história narrada com a conjuntura social, com base na tradição marxista.

Ao longo desses anos, diversas produções do Núcleo contribuíram para ampliar o conhecimento em serviço social e somaram-se à produção dos demais

1. Assistente social do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP). Mestra e doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social (PEPGSS) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade (NEPI) da PUC-SP.

Núcleos e do Programa para que este obtivesse o conceito máximo, nota sete, na avaliação realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Foram seminários, livros, artigos, palestras, entre outros tantos eventos, que fizeram ecoar em muitos espaços as vozes construídas coletivamente no NEPI.

Essa maneira de fazer pesquisa aporta o sujeito como centro na metodologia da história oral, característica que se espalha pelo cotidiano do NEPI. Assim sendo, não é incomum o uso de neologismos como nepianos, nepianas, nepifamília, nepiencontro e nepibaby, por exemplo, que deixam transparecer a apropriação do Núcleo pelos pesquisadores e pesquisadoras, seu lugar na formação desses sujeitos, o movimento, a ação e correlação no tempo. O NEPI tem características que ultrapassam os muros da academia.

Certamente, muitas delas são expressões da coordenadora, a professora Martinelli, que transmite os encantos da pesquisa que emprega na metodologia da história oral, destacando-se:

1. o acolhimento: o NEPI é um espaço onde quem chega é recebido pelos demais integrantes de forma afetuosa, com um sorriso no rosto, sentindo-se apoiado para quebrar a inibição inicial. Ao sair do primeiro encontro, emerge a percepção de estar integrado;
2. a participação: o NEPI é um importante local de escuta e diálogo. À medida que as construções das sessões são elaboradas, torna-se fácil correlacioná-las com os nossos objetos particulares de pesquisa e com os espaços sócio-ocupacionais. As vozes são ouvidas, e importantes reflexões são construídas. Ouvimos companheiros, ainda que visitantes, angolanos, cariocas, catarinenses, amazonenses, entre outros tantos;
3. a diversidade dos temas: os objetos de estudo guardam forte relação entre o ser social e as demandas contemporâneas que se apresentam para o/a assistente social e membros oriundos de outras áreas do conhecimento que compartilham dos nepiencontros. São questões que fomentam pesquisas: a travestilidade e as transexualidades; a questão cigana; dos indígenas; dos bolivianos; da arte como mediação do serviço social; a habitação; os idosos, entre outras temáticas. Podemos questionar: todos os orientandos são da professora Martinelli? Não, nem sempre, mas todos acolhidos e participantes do NEPI, na construção dessa diversidade de temas. São trabalhadores e pesquisadores que exercem atividades diversas na divisão sociotécnica do trabalho: educadores, historiadores, arquitetos, advogados, psicólogos, todos com a grata satisfação de compartilhar

o espaço para dialogar sobre a construção do conhecimento, tendo como solo a metodologia da história oral, que se dá conforme o amadurecimento do pesquisador e da pesquisadora;

4. a solidariedade: existe um compromisso entre as pessoas que compõem o NEPI e a produção intelectual do grupo. Por isso, é comum, “contrariando a estatística”², a existência da solidariedade intelectual, que fomenta o vínculo de cooperação entre nepianos e nepianas para que um ajude o outro na construção de artigos, capítulos de livros, discussão das pesquisas, compartilhamento de convites, enfim, de um esforço coletivo para o florescimento comum do grupo;
5. a disposição das cadeiras: em semicírculo ou círculo; todos sentados lado a lado com doutores, doutorandos, mestres, mestrandos, ouvintes, falantes. O arranjo espacial proporciona a interação de forma espontânea dos integrantes, fazendo do saber uma fonte de proximidade “crítica”, conforme nos ensina a professora Martinelli. Nessa disposição dos lugares, que muito conta da forma como se dão as relações nepianas, onde está a professora Martinelli? Ao nosso lado, compondo o círculo ou o semicírculo, jamais atrás da mesa;
6. a arte: as necessidades artísticas do ser social, que transcendem o mundo do capital e o colocam próximo da dimensão ontológica, em que pese a sociabilidade alienada em que está imerso, despontam com as poesias trazidas pela professora no NEPI, com companheiros(as) que se encorajam para cantar, apresentar seus poemas, “a estética do rabisco”³, seus cordéis, o som do seu violão, conferindo aos encontros nepianos uma dinâmica muito particular;
7. o bolo da Shinobu: a cada nepiencontro, Shinobu nos presenteia com um bolo delicioso ao final da sessão, carinhosamente preparado por ela. Nesses momentos finais, nos socializamos em torno da comida e de rodas de conversas para estreitar os laços interpessoais.

Com certeza, temos uma enormidade de referências para fazer aos nepiencontros, mas essas particularidades podem situar o leitor em relação ao encanto das sessões do NEPI, um lugar feito por pessoas, no qual temos o prazer de desfrutar conhecimentos e construir visões de homem e mundo.

2. Letra da música *Capítulo 4, Versículo 3*, dos Racionais MC's. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/racionais-mcs/66643/>>. Acesso em: 17 fev. 2020.

3. Referência a um livreto escrito pelo mestrando Rafael Simões.

E A PESQUISA, COMO FICA NESSE CENÁRIO?

Ah! A pesquisa emerge com qualidade e pluralismo teórico-metodológico, que não pode ser confundido com ecletismo⁴. É com este cuidado ético-político, alicerçado na teoria-crítica marxista, que os diferentes autores, segundo seu nível de amadurecimento nessa base teórico-metodológica, procuram desvendar o rosto por trás da estatística, como é a cultura no NEPI.

A cada nepiencontro são realizadas construções que promovem a ligação do pesquisador com a metodologia de pesquisa da história oral. Neles sedimentamos conhecimentos, elaborações, que motivam reflexões e emergem na construção da pesquisa como um candeeiro. São pensamentos delineados que conferem contornos aos objetos particulares de cada pesquisador(a).

Vejam algumas reflexões inquietantes norteadas e elaboradas com e pela professora Martinelli:

“Estigmatizar é paralisar a história”;

“O método é uma opção política”;

“Cada um de nós escreve com as cores do seu tempo”;

“A possibilidade de o indivíduo contar sua história permite sistematizar fatos que não seriam conhecidos”;

“A história de um é a história de muitos”;

“As nossas identidades constroem-se também com as nossas memórias”;

“Não pesquisamos o que não conhecemos”;

“A história oral não é marcada pela cronologia”;

“Na pesquisa com a história oral, trabalhamos com sentido e significado, ou seja, o reatamento na conjuntura da vida dos seres sociais”;

“A pesquisa, com a metodologia da história oral, é uma forma de pensar a conjuntura a partir das narrativas do sujeito que se dispõe a falar”.

Esses excertos podem se desdobrar em tardes inteiras de trocas e sugerem o condão das dinâmicas que se instalam no NEPI.

4. Para Coutinho (1991, p. 5) o pluralismo “é sinônimo de abertura para o diferente, de respeito pela posição alheia, considerando que esta posição ao nos advertir para os nossos erros e limites, e ao fornecer sugestões, é necessária ao próprio desenvolvimento de nossa posição e, de modo geral, da ciência”. Ao passo que ecletismo seria qualquer esforço de conciliar “vários estilos diferentes e até antagônicos para uma mesma explicação”, conforme Yazbek (2018, p. 51). A qualidade refere-se ao método qualitativo da pesquisa com o emprego da história oral.

São momentos de profunda reflexão com vistas a fomentar o amadurecimento do pensamento e estabelecer com os sujeitos, protagonistas da pesquisa, um espaço comum de trocas. Eles não serão os entrevistados, mas os participantes na perspectiva de construção da pesquisa horizontal.

Analisar a conjuntura a partir das falas dos sujeitos demanda pensar em determinações sociais, econômicas e culturais, entre outras mediações. Nessa metodologia, o desafio, entre outros, está em capturar as expressões do momento da fala nas transcrições. Enfim, buscamos as cenas do cotidiano para retratar a realidade e narrar momentos dos nepiencontros e sua contribuição na jornada dos 50 anos do PEPGSS da PUC-SP.

O conjunto de artigos apresentado nesta coletânea trata de pesquisas de participantes em diferentes processos de apreensão da realidade, coerentemente com a caminhada intelectual de cada um. São trabalhos de pesquisa acadêmica com olhar crítico sobre os espaços de intervenção profissional nos diversos campos em que atuam. A perspectiva é produzir conhecimento comprometido com a superação das relações de exploração, dominação e discriminação, em consonância com o projeto ético-político do serviço social.

REFERÊNCIAS

- COUTINHO, Carlos Nelson (1991). *Pluralismo: dimensões teóricas e políticas*. Maceió, Edufal.
- YAZBEK, Maria Carmelita (2018). “Fundamentos histórico e teórico – metodológicos e as tendências contemporâneas no serviço social”. In: GUERRA, Yolanda et al. *Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica*. Campinas, Papel Social.

EXPERIÊNCIA SOCIAL COMO CATEGORIA DE PESQUISA NO SERVIÇO SOCIAL

Maria Lúcia Martinelli¹

Neusa Cavalcante Lima²

INTRODUÇÃO

O serviço social, como profissão que se viabiliza na mediação de políticas públicas, manteve, historicamente, o trabalho institucional como temática central de pesquisa.

No entanto, o contexto dos anos 1980 vai refletir no campo da produção acadêmica do serviço social, com o movimento de ampliação dos programas de pós-graduação³; o fortalecimento dos movimentos sociais, em especial com os trabalhadores urbanos que reivindicam direitos e pressionam o Estado, reconhecido como destinatário das suas demandas; a emergência de novos referenciais de análise no âmbito das ciências sociais, em particular, com a incorporação de leituras de tradição marxista.

-
1. Assistente social, mestra e doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Possui pós-doutorado pelo Instituto de Estudos Especiais da Universidade de São Paulo (USP). Docente, pesquisadora e coordenadora do Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Identidade (NEPI) do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social (PEPGSS) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).
 2. Assistente social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestra em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP). Doutora e pós-doutoranda em Serviço Social pela PUC-SP. Docente do Departamento de Serviço Social de Campos na Universidade Federal Fluminense (SSC-UFF). Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade (NEPI) da PUC-SP e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social, Trabalho e Proteção Social (Getraps) da UFF – Campos.
 3. Ver Bonetti (1992).

Nesse cenário, encontramos a aproximação da contribuição de Edward Palmer Thompson, historiador marxista britânico, inicialmente por seus leitores brasileiros, trazendo para as pesquisas novas temáticas da história social e a experiência do cotidiano vivido pelas classes trabalhadoras⁴.

Na produção do serviço social, a referência direta à obra de Thompson ocorre no final dos anos 1980, ao abordar a formação da classe trabalhadora na perspectiva dos próprios sujeitos (*history from below* ou a história vista de baixo⁵); a experiência social como categoria analítica; a lógica histórica na produção do conhecimento. Movimento que remete a pesquisas e metodologias que contemplam as experiências dos sujeitos, segundo suas narrativas.

A HISTÓRIA VISTA DE BAIXO

Na aproximação da categoria experiência como mediação entre ser e consciência social, entendida no processo e movimento que realiza na realidade, temos a obra de Thompson, autor referência na compreensão da história social como história de homens e mulheres que, em determinadas condições objetivas, vivem, fazem escolhas e agem sob processos de dominação e exploração.

Seu livro *A formação da classe operária inglesa*, publicado em 1963, constituiu-se como um marco na produção da história social,⁶ ao apresentar-se como ao apresentar-se como uma forma de compreender e fazer história a partir do resgate do homem e da mulher comuns, por suas experiências como sujeitos políticos capazes de construir a história. Ao mesmo tempo, ao tratar a formação da classe operária a partir de eventos aparentemente dispersos, apresenta uma abordagem que rompe com a visão historicista e a ideia de progresso na história.

4. Tratadas como classes subalternas ou populares, conforme os referenciais de estruturação das pesquisas.

5. Kaye (ibid.) apresenta diferentes abordagens de pesquisa que se propõem a verificar a história a partir dos “de baixo”. Ao analisá-las, porém, identifica que recaem em limites como: visão a-histórica; redução dos trabalhadores a dados quantitativos e séries estatísticas; restrição da classe trabalhadora à massa passiva na história ou produto do modo de produção. Para ele, o diferencial na perspectiva dos historiadores marxistas britânicos está no reconhecimento dos “de baixo” como sujeitos políticos, isto é, que fazem história.

6. Ver Fontana (2014, pp. 17-32); Hobsbawm (2012) e Wood (2011).

Em síntese, no sentido de ser construído um processo de conhecimento que incorpore a lógica histórica, Thompson, no conjunto da produção do Grupo de Historiadores Marxistas Britânicos⁷, aporta importante inflexão para a história social:

- pelo posicionamento de crítica aberta ao registro da história por meio do viés dos reis, heróis e “vencedores”, e pelo compromisso com as “classes baixas”: “*Recuperando el pasado que fue hecho por ellas pero no escrito por ellas.*” (ibid., p. 7);
- pela incorporação da categoria experiência social abordada como evidência, sobre a qual o autor desenvolve uma leitura da história como luta de classes com papel central no processo histórico. Tal perspectiva marca a construção de uma teoria de determinação de classes sustentada no entendimento de classe como “[...] um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como da consciência”. (Thompson, 2011, p. 9)

Em seus estudos sobre a Inglaterra do século XVIII, Thompson parte do olhar sobre as práticas cotidianas vividas socialmente pelos sujeitos de forma a identificar tensões e contradições, permanências e rupturas, resistências e revoltas. Para o autor, voltar-se à experiência evita a redução da prática teórica a um sistema autoexplicativo, fechado em si, e possibilita o movimento da relação entre teoria e prática.

A categoria experiência é tratada nas suas dimensões objetiva, relacional, histórica e dinâmica. Sua abordagem no âmbito da luta de classes demanda a apreensão do par dialético experiência social e consciência.

O DEBATE ESTRUTURA *VERSUS* AÇÃO DOS SUJEITOS: O COTIDIANO NA PESQUISA DO SERVIÇO SOCIAL

No debate acadêmico brasileiro, ainda que a temática da classe operária estivesse presente desde a década de 1950, é a partir dos anos 1970 que as análises apresentaram uma ruptura com os paradigmas centrados em processos de

7. A origem, o desenvolvimento e a expansão do capitalismo constitui a problemática comum do grupo.

ajustamento das populações que migravam para os centros urbanos, da mobilidade social, assimilação da cultura fabril e submissão ao sindicalismo atrelado ao Estado⁸ (Paoli, Sader e Telles, 1983).

Nesse processo, a contribuição de Thompson também passa a constituir-se referência⁹, como se constata no trabalho de Moisés e Martinez-Alier (1978) sobre as ações de “quebra-quebras” de trens¹⁰ no Brasil, nos anos 1970, a partir dos estudos sobre motins na Inglaterra, e no de Eder Sader, que coloca a categoria experiência como base para a análise dos novos movimentos sociais urbanos e do sindicalismo que surgia com as greves operárias da região do ABC¹¹ em 1978 (Mattos, 2012).

O desafio de entender a formação e os significados desse processo de movimentação social desdobrou-se em estudos sobre classe nos quais são incorporados os trabalhadores urbanos e seu cotidiano¹². Amplia-se a concepção de classe em relação aos seus sujeitos, não apenas os operários, e ao lugar onde se formam, para além dos espaços instituídos, a fábrica e o sindicato (Poli; Sader; Telles, 1983, p. 130).

-
8. Em 1972 foram publicados trabalhos de Francisco de Oliveira e Francisco Welfort, que anunciaram mudanças nas análises: o primeiro, pela denúncia das questões estruturais que marcam a sociedade brasileira, superando os modelos sociedade tradicional-rural *versus* sociedade moderna-industrial; o segundo, a partir do olhar para as greves de Osasco/SP e Contagem/MG, em 1968, trata a classe enquanto movimento, para além dos sindicatos, partidos e motivações exclusivamente econômicas (Paoli, Sader e Telles, 1983).
 9. Embora a obra de Thompson fundamental de referência seja *A formação da classe operária inglesa*, de 1963, o historiador teve acentuada difusão no Brasil após a publicação de *A miséria da teoria*, em 1981, por meio do debate com o estruturalismo de Althusser, conforme observa Fenelon (1995).
 10. Como reação a atrasos diários, superlotação, colisões constantes, presença de “pingentes” (pessoas que tinham de viajar “penduradas nas portas” devido à superlotação dos vagões) e frequentes mortes.
 11. Região sudeste do Município de São Paulo, constituída pelas cidades de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano, entre outras, polo da indústria automotiva brasileira nas décadas de 1970 e 1980.
 12. Ao lado das análises que tratam da emergência de novos sujeitos sociais nos estudos das ciências sociais, em contraposição encontra-se o enfoque, como o de Braz (2012), que discute a organização da classe para além das suas particularidades, entendendo o partido revolucionário como forma de organização capaz de superar a fragmentação das lutas. Segundo Braz (2012., p. 80): “O fato incontestável que temos de analisar é que desde os anos 1970, com mais intensidade a partir dos anos 1990, produziram-se lutas sociais que diversificaram enormemente o universo que se conhecia até então. De lá pra cá, colecionamos mais derrotas que vitórias, mas o universo se ampliou consideravelmente, envolvendo desde lutas fabris até as mais variadas lutas, passando por questões culturais, étnicas e ambientais. [...] Aqui reside um ‘problema’ que devemos enfrentar, ou pelo menos situá-lo. [...] Cada nova conjuntura origina um novo conceito para designar um novo sujeito coletivo surgido das lutas de classes [...]. Essa busca por conceituar a sempre mutante luta de classes não nos parece uma tormenta sem fim?”.

Apoiada em novos movimentos sociais, a produção teórica recente procura captar nas experiências dos dominados a inteligibilidade de suas práticas. O que para nós definiu uma ruptura com a produção anterior sobre a classe operária foi a noção de sujeito que emerge dessa nova produção, isto é, o estatuto conferido às práticas dos trabalhadores, como dotadas de sentido, peso político e significado histórico na dinâmica da sociedade. (Poli Sader e Telles, 1983, p. 130)

Nessa linha, o que se colocava em debate era o sentido de superar a falsa dicotomia estrutura *versus* ação do sujeito, para o qual a obra de Sader (1988)¹³, *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo – 1970-1980* tornou-se referência e leitura obrigatória, inclusive nos cursos de serviço social.

A incorporação de novos referenciais de análise vai se expressar na produção acadêmica do serviço social, como se pode observar nas conclusões de Bonetti (1992). Em estudo sobre as temáticas das dissertações apresentadas no Programa de Pós-graduação da PUC-SP, no período de 1974-1987, a autora identifica um percurso¹⁴ que parte da busca de fundamentação teórica, com a sistematização do exercício profissional¹⁵, para uma perspectiva que incorpora a análise da totalidade da realidade social.

Segundo Bonetti (ibid.), a apreensão do processo de inflexão, que se dava no âmbito das ciências sociais, começa a aparecer, de forma pontual, já nos trabalhos de mestrado no final dos anos 1970, com o movimento de ruptura em relação a marcos da análise estrutural funcionalista, no esforço de construir o referencial de análise próprio da profissão.

Silva (1991) afirma que o processo do deslocamento de grupo de origem leigo-religiosa para grupos de natureza “propriamente” política proporciona a ampliação dos referenciais teóricos da profissão, aproximando-a da tradição marxista.

13. Produto de sua tese de doutorado na Universidade de São Paulo (USP).

14. O material sistematizado foi agrupado em dois períodos (1974-1979 e 1980-1987), o que tornou possível a apreensão de polos temáticos e vinculação com a realidade brasileira, conforme explicita Bonetti. (ibid.)

15. Refletindo a necessidade de produção científica para a fundamentação teórica, já constante nos Documentos de Araxá/MG (1967) e Teresópolis/RJ (1970).

Há de se considerar que Bonetti (1992) e Silva (1991) ressaltam os “vazios” decorrentes do período da ditadura militar (1964-1985), quando da perseguição e morte de intelectuais de viés marxista e a falta de acesso à bibliografia discutida por eles.

No conjunto das lutas pela democratização é que os temas da participação social e dos movimentos sociais entram na pauta da produção acadêmica do serviço social. Esse processo pode ser constatado na tese de Bonetti (ibid., p. 165) de que, nos anos 1980, “[...] temas novos surgem como objeto de investigação [...] enquanto outros temas permanecem, mas tratados sob novas abordagens”, incorporando a orientação marxista em suas diferentes leituras¹⁶.

A publicação de *Classes subalternas e assistência social*, por Yazbek, em 1993, marca a difusão de Thompson a partir dos textos originais, trazendo a história sob o ponto de vista “dos de baixo”, ou das classes subalternas (como desenvolve na interlocução com Gramsci). Dessa forma, aproxima-se de sujeitos cujas histórias de vida estão marcadas pelo vínculo contínuo com instituições assistenciais e, por meio da narrativa oral, propõe-se a apreender o significado atribuído à relação com essas instituições, sem perder de vista os determinantes estruturais.

Experiência social na produção do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUC-SP

Nos primeiros anos da década de 1980, ainda que Thompson não fosse autor de referência explícita na produção acadêmica do Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da PUC-SP¹⁷, o debate dos temas dos historiadores marxistas britânicos, como experiência e cultura, está presente, assim como a construção da pesquisa pela lógica histórica enfatizada pelo grupo. As análises produzidas incorporavam a diversidade de sujeitos construtores da história em diferentes espaços de experiência social (movimento de loteamentos clandestinos; clubes de mães; comunidades eclesiais de base; e movimentos de saúde e de mulheres).

As referências iniciais chegam via produção das ciências sociais¹⁸ a partir de estudos sobre movimentos sociais e autores como Lúcio Kowarick, Eder Sader, Vera

16. Tendência referendada pela pesquisa de Maria Ozanira da Silva e Silva (2009).

17. Tampouco nas publicações da revista *Serviço social & sociedade*, periódico referência da profissão.

18. Em especial, da Universidade de São Paulo (USP), da PUC-SP e da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Telles, Pedro Jacobi, Ana Doimo e Luiz Eduardo Wanderley, bibliografia recorrente nas produções das décadas de 1980 e 1990. Esses autores contribuem para a reflexão de tradição marxista das categorias experiência, sujeitos coletivos, classes sociais e consciência de classe no momento de ampliação das temáticas da pesquisa em serviço social¹⁹.

Esses estudos partilhavam da tese de que há o reconhecimento dos movimentos sociais como criação de novo sujeito social e histórico, que se manifesta de forma coletiva e descentralizada, indicando novo padrão de ação política. Conforme reconhecido por Chaui (apud Sader, 2001), os espaços descentralizados da experiência cotidiana popular são lugares políticos.

Na dissertação sobre o movimento de loteamentos clandestinos, Lippi (1986, p. 157)²⁰, ao reconhecer a importância do movimento como “espaço de prática social”, destaca o percurso do morador-trabalhador. Na mesma linha, a dissertação de Melo (1990), que estuda os saques ocorridos no Brasil entre 1978 e 1984²¹, considera, por um lado, o reconhecimento de que estes e os quebra-quebras de trem são ações diretas que expressam insatisfação, pelas quais os trabalhadores reivindicam e conquistam direitos. O tratamento da relação entre experiência e consciência está presente em ambas as dissertações.

No debate sobre o reconhecimento dos movimentos sociais entre 1978 e 1984 como expressões de constituição de classe ou de luta de classes, encontra-se a dissertação de Pardini (1988, p. 39), já explicitamente remetendo à obra de Thompson²² na passagem em que se contrapõe às visões que obscurecem “[...] a atuação dos trabalhadores, e o grau com que contribuíram com esforços conscientes, no fazer-se da história”. Em sua análise, procura destacar a experiência como “[...] também [...], do ponto de vista cultural, histórico, na medida em que as situações da realidade foram enfrentadas no sentido de uma atuação transformadora, onde contribuíram” (ibid.)

19. Ainda no processo de construção do Projeto Profissional de Ruptura, a análise de Maria Ozanira da Silva e Silva (ibid.) destaca as seguintes categorias: classes sociais – classes populares, Estado – instituição e transformação social.

20. Com um dos projetos-piloto da Faculdade de Serviço Social da PUC-SP, o grupo que participava do Movimento de Loteamentos Clandestinos produziu estudos como o de Lippi (ibid.) e Pardini (ibid.), sob orientação da professora Dilséa A. Bonetti.

21. O estudo se detém mais especificamente nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Ceará.

22. A publicação de *Formação da classe operária inglesa* em língua portuguesa, em 1987, contribui para a aproximação com o autor. Na dissertação de Pardini (ibid.), Thompson consta nas referências bibliográficas.

Os trabalhos apresentados valorizam a experiência no processo de formação da consciência crítica²³. Aproximam-se da compreensão de Thompson sobre a relevância da ação dos sujeitos no processo de construção da história.

Ainda a ser explorada é a contribuição sobre a relação entre experiência e determinação de classe, possível a partir de maior diálogo com a obra *Formação da classe operária inglesa* (ibid., p. 10):

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, contra outros cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência – é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma.

No início dos anos 1990, na tese de doutorado *O fio mágico das rendeiras: a ação política das mulheres na redefinição das relações de gênero* (Silva, 1992) a aproximação à categoria experiência social no espaço dos movimentos de mulheres, sob a perspectiva thompsoniana, se dá via Saffioti. Em sua tese, Silva (ibid.) identifica os grupos de mulheres atuantes na cidade de Recife/PE, no ano de 1987 para, a partir daí, ouvir suas narrativas. Nessa pesquisa, a categoria experiência como mediação entre ser e consciência está explícita nas ponderações da autora: “A experiência dá suporte à cultura, aos valores, ao pensamento como mediação entre o ser social e a consciência social.” (ibid.)

Outra contribuição do historiador marxista que se expressa na produção do serviço social é o trabalho com o relato de profissionais que, pelas próprias experiências e histórias, construíram também a profissão, como Vicini (1990) e Silva (1991). Nos dois trabalhos, o enfoque é recuperar o passado como construção social e histórica, o que implica a compreensão de que cada sujeito é portador da história de muitos. No primeiro estudo, o resgate é feito pela trajetória de três profissionais,

23. Os demais enfoques apresentados foram: o entendimento da consciência de classe como produto da evolução das forças produtivas e decorrente da ação de direção e educação exercida pelo partido político de vanguarda na construção do socialismo.

coabrindo um percurso de cinco décadas, sobre a construção da relação teoria-prática; no segundo, a perspectiva marxista na profissão é apreendida pelo aporte de profissionais que, por diferentes caminhos, contribuíram para configurar uma geração²⁴, tendo como focos suas experiências e trajetórias.

Acrescenta-se a pesquisa de Ribeiro (1992) a partir do trabalho com moradores do Morro da Penitenciária, na Grande Florianópolis. A autora busca dar visibilidade às singularidades dos sujeitos coletivos e conhecer as experiências de vida cotidiana. Por meio de histórias de vida e depoimentos, reconstrói o processo de ocupação do local. Ribeiro (ibid.) estabelece sujeitos coletivos, experiência e cultura como categorias teóricas da pesquisa, e, com suporte de Thompson e Sader, trata experiência como mediação para a construção dos sujeitos coletivos e da cultura.

Também em 1992, Maria Carmelita Yazbek defende sua tese de doutorado, que, ao ser publicada, constitui-se referência na produção teórica do serviço social, reconhecendo “a experiência partilhada da pobreza, da exclusão e da subalternidade” (Yazbek, 2009, p. 100), aproximando-se da categoria resistência, central na produção de Thompson. Referindo-se aos achados da sua pesquisa, afirma: “[...] os pobres, os desorganizados, os miseráveis [...]. Revelam uma dimensão oculta na reprodução da subalternidade: a resistência, expressa na luta de cada dia contra a pobreza e a privação que perpassa suas trajetórias”. (ibid., p. 178)

Em 1993, o fórum de debates *O Uno e o Múltiplo nas Relações entre as Áreas do Saber*, promovido pela PUC-SP, é um marco na proximidade com a perspectiva thompsoniana, com a interlocução entre os cursos de serviço social e História²⁵. Os resultados do evento compuseram um livro que se firmou como referência para a produção teórica e intervenção profissional, o debate sobre a centralidade dos sujeitos na produção do conhecimento e a construção de um conhecimento que parte do presente, remetendo às questões do método.

Em 1994, nesse movimento de aproximação da obra de Thompson, o seminário sobre metodologias qualitativas de pesquisa, promovido pelo NEPI, do Programa de Estudos Pós-graduados da PUC-SP, centra-se na importância das pesquisas que mostrassem, para além de dados quantitativos, o reconhecimento dos sujeitos na sua singularidade, o que pressupunha conhecer suas experiências sociais e modos de vida. O horizonte desenhado, segundo síntese de Martinelli (1995, p.125):

24. Em referência à construção metodológica, considerando o caráter provisório do conhecimento, a autora remete à obra *A miséria da teoria*, de Thompson. (Silva, 1991.)

25. Em especial, com as professoras Déa Fenelon e Yara Aun Khoury.

- Trabalhar com o sujeito acima de qualquer compartimentação [...] (o sujeito como construtor da história);
- Trabalhar com categorias históricas e não com concepções abstratas,
- Trabalhar com temas históricos e não com ciclos ou cronologias;
- Trabalhar com a cultura visualizada como a experiência social cotidiana do sujeito (*a cultura como o viver histórico do sujeito*).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se demarcar que a aproximação da obra thompsoniana no serviço social, inicialmente nos anos 1980, deu-se mediada por autores das ciências sociais, em especial pela literatura que analisa os movimentos sociais, a configuração e ação dos sujeitos coletivos na construção histórica. Nesse processo, as análises que dialogam com Thompson captam seu aporte no que se refere ao compromisso político com a “história vista de baixo”, a partir de suas experiências e lutas coletivas.

No decorrer de sua apropriação, esse processo ganha densidade, incorporando outros componentes considerados na produção de Thompson, como a mediação do tempo, “[...] *esto es, acción y reacción, cambio y conflicto*” (Kaye, 1989, p. 211), para apreensão da lógica²⁶ existente nos “eventos díspares”, aparentemente.

A produção no serviço social caminha no diálogo com as categorias experiência e consciência, sobre as quais se desenvolve uma leitura da história a partir da luta de classes. Nessa perspectiva, a cultura e o modo de vida são produtos históricos em movimento de construção, no cotidiano, da própria resistência e enfrentamento, que pressupõem momentos de explicitação de conflitos e “aceitação”.

Na década de 1990, a referência direta a Thompson consolida-se no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUC-SP, e sua perspectiva de análise confirma-se na produção acadêmica. No entanto, as temáticas da experiência e do cotidiano da população usuária, ou demandatárias dos serviços sociais, ainda que presentes, não ganharam maior expressão no conjunto da produção da categoria, que manteve a ênfase nos estudos de implementação de políticas públicas imbuídas do espírito da Constituição Cidadã de 1988. Na crítica de Iamamoto (2000, p. 197)²⁷, trata-se de uma inversão, pela prioridade da pesquisa das políticas

26. “Podemos ver uma lógica nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos pregar nenhuma lei.” (Thompson, 2010, p. 10)

27. A autora, destacando a importância de estudos que abordem as experiências, práticas e representações dos diferentes segmentos da classe trabalhadora, faz referência a Thompson e Hobsbawm e indica, na nota de rodapé da página 247, o próprio texto “Proletarização e cultura”, de 1987.

públicas (espaço da distribuição), e não da sociedade (espaço da produção). Para a autora, mantêm-se as exigências, postas na virada dos anos 1990, de buscar: “[...]. Captar as formas de explicitação social, cultural e política de seus interesses e necessidades, criadas no enfrentamento coletivo e individual de situações de vida, de experiências vivenciadas” (ibid.).

No cotidiano, apreendem-se tanto as expressões do sujeito inserido na sua dimensão de classe trabalhadora, nas questões relacionadas à sua participação política na produção e reprodução da riqueza social, quanto à própria dimensão de singularidade no enfrentamento da luta pela vida.

Constata-se que essa preocupação não sai de cena e, mesmo de maneira intermitente, pesquisas dessa natureza são realizadas na produção do serviço social, focando situações de trabalho, trajetórias e modos de vida²⁸, entre outros temas. No atual debate, que articula experiência, consciência e ação política, temos a contribuição de Mattos (2019), para quem a categoria classe trabalhadora mantém validade para a compreensão da realidade social, o que implica a apreensão da classe em sua heterogeneidade, com diferentes experiências de opressão e alienação. Tal perspectiva evidencia-se como extremamente relevante, considerando o contexto de desemprego e flexibilização das leis de proteção ao trabalho e a perspectiva de sua intensificação em tempos de pandemia, que atinge, de forma e intensidade distintas, homens e mulheres em diferentes segmentos da classe trabalhadora.

A experiência social como categoria de pesquisa deve ser analisada em suas múltiplas determinações – classe, gênero, raça/etnia –, o que possibilita apreender a realidade social da sua complexidade e a teia na qual se constitui, aproximando-se da compreensão das diferentes situações de exploração e da construção de novas formas de luta e resistência construídas no cotidiano.

Nesse sentido, ao comemoramos os 50 anos do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUC-SP, destacamos a contribuição do NEPI ao constituir-se

28. Algumas produções: FAES, Ivana Arquejada. *Homens de açúcar: a experiência de cortadores de cana*. Tese (Doutorado)- PUC-SP, 2004; SILVA, Euníciana Peloso. *Retratos entre trilhos: famílias do Jardim Helena e Itaim Paulista*. Tese (Doutorado) - PUC-SP, 2006; LUZ, Lila Cristina Xavier. *Vozes de rappers: experiências juvenis em Teresina*. Tese (Doutorado)- PUC-SP, 2007; BARTOLOMEU, Claudio. *Trabalho feminino em contexto Angolano. Um possível caminho na construção da autonomia*. Dissertação (Mestrado)- PUC-SP, 2010; CARDOSO CARVALHO, Clarissa Andrade. *A vida de pessoas cegas em Aracaju*. Tese (Doutorado)- PUC-SP, 2010; DINIZ, Rodrigo Aparecido. *Territórios, sociabilidades e territorialidades: o tecer dos fios na realidade dos sujeitos dos distritos de Perus e Anhanguera da Cidade de São Paulo*. Dissertação (Mestrado)- PUC-SP, 2012; CARDOSO, Gracielle F. L. *(Re) produção de famílias “incapazes”: paradoxos à convivência familiar de crianças e adolescentes institucionalizados*. Dissertação (Mestrado)- PUC-SP, 2017.

como referência e espaço de formação de pesquisadores em serviço social, centrando-se em estudos e pesquisas em metodologias que possibilitem a análise da realidade social, buscando alcançar a experiência dos sujeitos no seu viver histórico cotidiano e na elaboração de seus modos de vida. O NEPI mantém consistência temática, nos mais de 25 anos de existência, no sentido de contribuir para o conhecimento do movimento de luta da população para acessar direitos sociais e para a resistência cotidiana ao enfrentamento da exploração, opressão e discriminação.

REFERÊNCIAS

- BONETTI, Dilséa Adeodata (1992). *Produção do mestrado em serviço social da PUC-SP: uma análise*. Tese de doutoramento em Serviço Social. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- BRAZ, Marcelo (2012). Capitalismo, crise e lutas de classes contemporâneas: questões e polêmicas. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 111, pp. 468-492, jul./set.
- CHAUÍ, Marilena de Souza (2001). “Prefácio”. In: SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo – 1970-1980*. 4 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- FENELON, Déa (1995). E. P. Thompson – história e política. *Projeto História*, São Paulo, Educ, n.12, pp. 77-93.
- GOHN, Maria da Glória (2012). *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo, Loyola.
- IAMAMOTO, Marilda (2000). *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo, Cortez Editora.
- KAYE, Harvey J. (1989). *Los historiadores marxistas británicos: un análisis introductorio*. Edición y presentación a cargo de Julián Casanova. Zaragoza, Universidad, Pressas Universitarias.
- LIMA, Neusa Cavalcante (2018). Serviço social em dois tempos: a experiência como destinatário do trabalho do assistente social e sua ressignificação quando profissional da área. 2018. 173 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo.
- LIPPI, Luzia Fátima Baierl (1986). *O movimento de uma história: movimento de loteamentos clandestinos da zona sul de São Paulo*. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- MARTINELLI, Maria Lúcia (1995). “Uma abordagem socioeducacional”. In: MARTINELLI, Maria Lúcia et al. *O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber*. São Paulo, Cortez Editora, pp. 139-151.

- MATTOS, Marcelo Badaró (2012). *E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro, UFRJ.
- _____. (2019). *A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- MELO, Sandra Maria Pereira (1990). *A lógica dos saques no Brasil: uma aproximação investigativa*. Dissertação de mestrado em Serviço Social. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- PAOLI, Maria Celia; SADER, Eder.; TELLES, Vera (1983). Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 6, pp.129-149, set.
- PARDINI, Marília da Silva (1988). *Aproximação às formas de consciência forjadas no cotidiano do movimento social: estudo de caso de movimento de loteamentos clandestinos da zona Sul da cidade de São Paulo*. Dissertação de mestrado em Serviço Social. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- RIBEIRO, Edaléa Maria (1992). *O usuário dos serviços sociais, este ilustre desconhecido*. Dissertação de mestrado em Serviço Social. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- SADER, Eder (2001). *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo – 1970-1980*. 4 ed. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.
- SILVA, Lídia Maria Monteiro Rodrigues da (1991). *Aproximação do serviço social à tradição marxista: caminhos e descaminhos*. Tese de doutoramento em Serviço Social. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- SILVA, Zélia Maria Pereira da (1992). *O fio mágico das rendeiras: a ação política das mulheres na redefinição das relações de gênero*. Tese de doutoramento em Serviço Social. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- THOMPSON, Edward Palmer (2011). *A formação da classe operária inglesa. A Árvore da Liberdade*, v.1, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.
- YAZBEK, Maria Carmelita (2009). *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo, Cortez Editora.

SERVIÇO SOCIAL, COTIDIANO E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO¹

Eduardo Carlos Isidro²

Amor António Monteiro³

INTRODUÇÃO

O que nos levou a suscitar o debate sobre a necessidade de não dissociar a produção de conhecimento do cotidiano do trabalho profissional foi o silêncio incomodativo que os profissionais de serviço social fazem sobre o tema, a rotina marcada pela simples utilização de dados e informações acumuladas pela profissão, as dificuldades em compreender as mediações teórico-metodológicas como instrumentos para orientar ações profissionais capazes de intencionar a direção social que a profissão tem desde sua origem e favorecer um trabalho emancipatório dentro dos limites da relativa autonomia, cientes de que:

-
1. Artigo elaborado a partir da dissertação de mestrado *Serviço Social: cotidiano e produção de conhecimento em Angola*, Isidro (2019), sob a orientação da professora Maria Carmelita Yazbek, no Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da PUC-SP.
 2. Assistente social pela Universidade Católica de Angola (UCAN) e mestre em Serviço Social pelo Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social (PEPGSS) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Formado em Gestão Hospitalar pelo Instituto de Saúde Pública da UCAN e docente neste Instituto. Coordenador do Módulo de Serviço Social na Saúde no curso Humanização Hospitalar do Ministério da Saúde de Angola (Minsa). Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade (NEPI) da PUC-SP.
 3. Assistente social, mestre e doutor em Serviço Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social (PEPGSS) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Docente na Universidade Católica de Angola (Ucan), pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade (NEPI) da PUC-SP e colaborador estrangeiro no Grupo Quaviss – Estudos e Pesquisas sobre Política de Saúde e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp).

[...] por melhor que seja a estrutura de uma instituição de ensino, ela acaba se exaurindo, se não conseguir superar a condição de mera guardiã e transmissora dos produtos do conhecimento e transformar-se em contínua instauradora do processo de conhecer. (Silva, 2013, p. 41)

Pretende-se, neste trabalho, instigar o debate sobre a relação entre o serviço social e a produção de conhecimento no cotidiano angolano. O desafio exigiu descortinar as conexões históricas, políticas, econômicas e culturais presentes na gênese e no desenvolvimento da profissão. O artigo começa descrevendo o contexto sócio-histórico no qual o trabalho profissional e a produção de conhecimento são realizados, desde a criação das primeiras instituições de formação de assistentes sociais até a atualidade. Esta análise foi feita a partir da descrição desse percurso, focando as determinações da profissão, o rumo que dão à profissão neste contexto e os principais quadros de referências teórico-metodológicas presentes nos documentos e depoimentos analisados.

Além da pesquisa bibliográfica e da leitura crítica de documentos, como 36 Trabalhos de Conclusão de Curso produzidos entre 2010 e 2017 por estudantes do Instituto Superior João Paulo II da Universidade Católica de Angola e do Instituto Superior de Serviço Social (ISSS), foram analisados os projetos pedagógicos das duas únicas instituições que formam assistentes sociais em Angola. Também foram utilizados os depoimentos de duas professoras do curso de serviço social que participaram da fundação das instituições de formação. Finalizando, foram entrevistados 30 assistentes sociais que trabalham nas áreas da saúde e educação⁴ nas províncias de Luanda, Benguela, Huambo, Moxico e Malanje, com objetivo de colher opiniões sobre o significado social da profissão no país e a possível razão da sua atual objetivação, sem perder de vista a “herança” das determinações sócio-históricas identificadas no primeiro momento. Afinal:

O ‘moderno’ se constrói por meio do ‘arcaico’, recriando nossa herança patrimonialista ao atualizar marcas persistentes e, ao mesmo tempo transformando-as no contexto de mundialização do capital sob hegemonia financeira. As marcas históricas ao serem atualizadas se repõem modificadas ante as inéditas condições históricas presentes, ao mesmo tempo que imprimem

4. O estudo original inclui a análise dos TCCs e relatórios de fim do curso dedicados aos serviços prisionais, centros de acolhimento de menores e idosos, administrações municipais, ONGs, temáticas ligadas à violência, drogas, gênero e desenvolvimento comunitário nesses espaços. Neste texto, porém, focamos as áreas da saúde e educação.

uma dinâmica própria aos processos contemporâneos. O novo surge pela mediação do passado, transformado e recriado em novas formas nos processos sociais do presente. (Iamamoto, 2012, p. 101)

COTIDIANO E CONHECIMENTO

Entende-se que o processo de produção de conhecimento como elemento de transformação da realidade social pela mediação do trabalho é uma das expressões da práxis e uma das objetivações possíveis do trabalho humano frente aos desafios colocados pela relação entre homem, natureza e sociedade.

Nessa relação, o homem responde e questiona as exigências da realidade objetiva, acumulando experiências individuais e/ou coletivas que reproduzirá futuramente, em circunstâncias semelhantes àquelas nas quais obteve respostas satisfatórias a suas necessidades. Nessas circunstâncias, o valor de (re)uso do conhecimento, histórico e socialmente constituído a partir da relação do homem com a natureza, é ativado. (Trigineli et al., 2014)

Na vida cotidiana, tendo em conta, tal como os coloca, elementos da sua estrutura, como heterogeneidade, espontaneidade, imediatez e superficialidade extensiva, (Guerra, 2007; Heller, 2014; Netto e Carvalho, 2012; Santos et al., 2017), o questionamento sobre o objeto conhecido é limitado. Por isso, poucas vezes o sujeito adquire o conhecimento na sua dimensão ontológica.

O caminho para a apreensão ontológica do conhecimento sobre determinado objeto passa do acento à informalidade e flexibilidade (fenomênica) na sua aquisição e reprodução, tornando-se mais exigente e complexo à medida que o homem passa da sociabilidade (comunidade) restrita para interagir com as instituições e a sociedade de modo mais alargado, quando podem ocorrer movimentos de ruptura e negação do saber inicialmente proposto pelos primeiros grupos de socialização, dada a natureza contraditória e tensa das relações sociais em qualquer classe social em que se processam. (Heller, 2014)

A produção do conhecimento adquire significado ontológico, existencial e laborativo – como parte da natureza humana – ao questionar o desconhecido, a estagnação sobre a qual a experiência acumulada não produz resultados eficazes para, através da possibilidade de respostas, atender às necessidades em suas dimensões individual e coletiva, reproduzindo sua existência não só de forma mecânica, mas complexa, processual, contraditória e histórica.

O conhecimento produzido está marcado por variadas determinações, como acontece na ética em forma de práxis humana (Barroco, 2005), sendo que

as bases filosóficas, as visões de mundo socialmente aprendidas, a religião e outros meios incorporados pelos homens, que estabelecem relações específicas, perpassam e corporificam o modo de ser de quem produz conhecimento e o conhecimento produzido.

Estas determinações, analisadas do ponto de vista da produção do conhecimento nas modernas ciências sociais e humanas, influenciaram a criação de diferentes formas de explicar a realidade, trazendo-as para a discussão junto com os métodos e a validade do conhecimento produzido.

Braz (2017), analisando o sistema hegeliano, modelo de raciocínio a partir do qual também se produz conhecimento, identifica a intuição (da qual resulta o saber imediato), a intelecção (análise e entendimento pertinentes à razão, indicando a validade do entendimento) e a razão analítica (que supera, mas supõe o intelecto, pois é a intelecção que indica a validade e limitação do entendimento), afirmando que a esta – na qual predominam inferências, dedução, modelos lógico-matemáticos – escapa a processualidade contraditória de seu objeto.

Sobre esta questão, apesar de sua relativa validade, nas discussões modernas Lukács (1959), Braz (2017) e Lowy (2018) alertam que o conhecimento cuja produção se baseia neste “sistema”, está a serviço da ordem social opressora vigente, que carrega o germe do qual pode resultar o irracionalismo e o fascismo.

O SERVIÇO SOCIAL NA HISTÓRIA DE ANGOLA

As condições internas em que se dá a gênese do serviço social em Angola nos anos 1960 estão fundadas na continuidade da exploração colonial, na institucionalização do trabalho assalariado, no aumento da produtividade capitalista e no surgimento dos movimentos de libertação que reivindicavam a independência, levando o Estado Português a imprimir ligeiras alterações na gestão das expressões da questão social, criando, por exemplo, os Estudos Gerais Universitários em 1962, majoritariamente ligados às engenharias, às ciências físicas, biológicas e químicas. A par destas, juntam-se as letras, a geografia e a pedagogia, como áreas que vieram a solicitar maior número de especialistas. Criou-se, também, o Instituto de Assistência Social de Angola para atender às populações indígenas, ao mesmo tempo em que continuava a exploração colonial.

Monteiro (2016), referindo-se à fiscalização severa do capataz, que a par da educação, foi utilizada como mecanismo para a garantia da exploração, faz menção a Mendes (1966), afirmando que o capataz deveria ter: superioridade técnica indiscutível; atitude entre comando e paternalismo, severidade e justiça; conhecimento

da língua e costumes; convicção de que o europeu é, para o africano, um professor, e que o exemplo é o mais importante fator de ensino, não devendo hesitar em mostrar aos subordinados como se realiza o trabalho.

[...] o governo colonial capitalista português, viu-se obrigado a organizar as condições gerais dos processos de trabalho, cuja implementação requer a presença do trabalhador social, incluindo aqui o Assistente Social. (Ibid., p. 110)

Para a igreja católica, que interpreta estas expressões da questão social como de ordem moral, cuja solução deve passar pela moralização social, foi reservada a criação da escola de serviço social para formar os técnicos necessários à implementação do conjunto de serviços sociais, ou seja, úteis ao sistema econômico, mobilizadores ideológicos da causa colonial junto aos explorados.

A empreitada do clero visava também a conter a expansão do socialismo e do marxismo, à continuação da evangelização em socorro da África, que se encontrava ameaçada pelos avanços do protestantismo. Por isso, era necessário

[...] especial cuidado na preparação filosófica, moral e religiosa dos alunos; preocupação de dotar a escola de um corpo docente capaz de formar competentes trabalhadores sociais cristãos e necessidade de fazer assentar a escola na perenidade da Igreja, de modo a não estarem sujeitas a mudanças de orientação devido às guerras políticas. (ibid., p. 164)

Se a institucionalização do serviço social foi dinamizada pelo projeto conservador, a formação profissional do assistente social em Angola, na época colonial, materializou as reformas dentro da mesma ordem, a capitalista colonial portuguesa. Os profissionais formados e em vias de se formarem em pouco se distanciavam do projeto socialmente definido pelo Estado, sendo preferencialmente católicos, ou tendo vínculo laboral formal, referenciados pelos párocos ou patrões. Nesses termos, os profissionais eram a “versão suave” da figura do supervisor, isto é, o capataz, na vertente econômica, que ao mesmo tempo materializa os interesses da igreja católica.

O começo, umbilicalmente ligado ao projeto de sociedade elaborado pelo Estado Capitalista colonial, em nada se diferiu, em termos de trabalho e produção do conhecimento, do Estado que emergiu da independência em 1975. A herança da organização social colonial, fundada no ocultamento, manipulação e difusão forçada de um conhecimento parcial para a continuação da exploração (Ki-zerbo, 2002, 2010; Tamsir, 2010; Isso, 2011) predomina no contexto em estudo.

O não reconhecimento da diversidade cultural (Padovani, 2017) e a não aceitação da heterogeneidade social como valor axiológico, presente na máxima segundo a qual em Angola há “um só povo e uma só nação”, são indícios da intolerância, do pensamento único, nocivo para a liberdade e o desenvolvimento. A guerra civil que se intensificou de 1961 a 1975 é prova disso e da não descolonização do conhecimento.

Nessas circunstâncias, os profissionais do serviço social convivem no cotidiano sem atrito. Apreendem o seu objeto de trabalho – a questão social e suas expressões – sob o ponto de vista burguês, capitalista e sua não oposição alternativa, que é o pensamento social da Igreja, embora isso não signifique que, nela, não haja contradições e pensamentos divergentes.

SERVIÇO SOCIAL: FORMAÇÃO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM ANGOLA

Projeto pedagógico e depoimentos de docentes

Na formação de assistentes sociais, desde a criação do curso de serviço social em 1961, e depois em 2005, bem como no conteúdo do projeto pedagógico – inclusive na fundação do curso no ISSS, instituição estatal – estão presentes a influência e o protagonismo da igreja católica⁵. Sem dúvida, tal característica se deve ao fato de o Instituto Superior João Paulo II (Universidade Católica de Angola) ter participado ativamente na montagem do curso de serviço social do ISSS por meio de seus professores e membros da direção. Além disso, a direção do curso fica sob responsabilidade de ex-alunos do Instituto Superior João Paulo II (ibid., pp. 184-185).

Nos objetivos do projeto pedagógico das duas instituições, pretende-se uma formação científica e técnica que prepare os profissionais para a compreensão da

5. Houve alterações no projeto pedagógico do ISSS, logo após a abertura do curso de serviço social em 2010, que por sinal não foram ainda concluídas. Tais constatações levaram um responsável sênior desta instituição remeter-nos ao projeto pedagógico do ISUP JP II (da igreja católica), dizendo que é o mesmo projeto, não há diferenças nenhuma, tanto mais que os professores são os mesmos. Aliás, a maioria dos professores de serviço social deste instituto, foram formados ou são colaboradores do ISUP JP II.

pessoa e da sociedade. A formação habilita para a intervenção qualificada tanto nos âmbitos individual como no grupal, familiar e comunitário, bem como no desenvolvimento local e na investigação na área do serviço social.

Quanto ao perfil profissiográfico, pretende-se uma formação com visão humanística, cujas habilidades sirvam para compreender, incentivar e interagir com pessoas, grupos e comunidades com postura ética profissional, crítica e analítica da realidade. Acentua-se o domínio de técnicas específicas de intervenção, a capacidade de criar, inovar e decidir com vistas ao saber ser e saber fazer.

As docentes que estiveram na fundação do curso de serviço social em 2005, período posterior à independência do país, o fizeram pela experiência na área e por já terem sido docentes no curso médio (educadores sociais). Contam que fizeram parte desses trabalhos um coletivo dirigido pelo Frei João Domingos, da CEAST – Conferência Episcopal de Angola e São Tomé, e um pequeno grupo de profissionais preocupado com a situação social da população, resultante da guerra e das alterações político-militares em 2002, que permitiram alguma abertura. Afirmam que, comparado o atual processo de formação com o período colonial, a diferença está na ligação da teoria ao trabalho prático.

Apesar de maior incidência na investigação, em vez do trabalho direto com beneficiários, se comparado o curso com o ministrado no período colonial, também se verificam menor reconhecimento social e legitimação desse trabalho.

Para as docentes, os desafios da profissão passam pela exigência na escolha e seleção dos professores e na formação, pois há alunos que terminam com má qualidade o curso. Precisa-se de uma diretoria conhecedora do curso e da realidade angolana, conhecedora da história do serviço social em Angola. A categoria precisa assumir a participação na discussão alargada dos problemas do país e da formação dos assistentes sociais.

Sobre a limitada produção acadêmica dos profissionais do serviço social em Angola, afirmam estar associada à prestação da direção do curso, ao pequeno quadro de professores e orientadores, ao pouco investimento em uma boa biblioteca e à baixa difusão do curso. São unânimes ao dizerem que não há incentivo: todas as publicações disponíveis realizaram-se com esforço exclusivo dos profissionais, e não da academia. Deve haver incentivos financeiros e utilização efetiva das produções na academia. Há necessidade de olhar mais para fora da instituição, e menos para questões administrativas e financeiras, para que o enfoque esteja mais em respostas com impacto na vida da população, por meio da formação e produção de conhecimento.

TCCs, relatórios de estágio e depoimentos de assistentes sociais

Os TCCs e relatórios de estágio analisados buscaram desenvolver temáticas que emergiam no contexto da guerra civil, compreender, apreender os processos vividos pela população com quem trabalhavam os assistentes sociais e as condições de acesso a bens e serviços. Nesse sentido, verificam-se, nos documentos analisados, dados sobre a afluência de populares que buscaram por segurança e melhores condições de vida nos centros urbanos. Também evidenciam a desproporção entre a capacidade de serviços instalados e a demanda. Esse conhecimento, sistematizado pelos estudantes, conforme identificado nos documentos analisados, não tem desdobramentos e mudanças de atitude em face dos usuários, a não ser a rara crítica sobre a desumanização nos serviços em geral. É acessível para consumo público somente por meio de um requerimento, a ser minuciosamente analisado pelos gestores das instituições de formação.

Nos TCCs e relatórios de estágio analisados ligados à área da saúde, a produção dos (agora) assistentes sociais começa pelo estudo das equipes multidisciplinares, passando pela compreensão dos problemas concernentes às doenças crônicas (HIV/AIDS e câncer), e termina com a abordagem sobre promoção e prevenção na saúde. O objeto de pesquisa, simplificado em pergunta de partida, e a operacionalização feita em busca de respostas ao problema apreendido a partir dos objetivos revelam: elevada taxa de mortalidade infantil e infanto-juvenil; grande incidência de doenças crônicas, infecciosas, parasitárias, respiratórias, diarreicas; má nutrição em menores de cinco anos; presença de cólera, raiva, sarampo, além da sinistralidade rodoviária e violência.

Estão presentes nesses documentos as respostas sobre que fatores interferem negativamente na prestação de cuidados assistenciais aos pacientes; que papel é dado aos dispositivos de formação das equipes no desenvolvimento de cuidados aos usuários; que articulações existem entre experiência, contexto de trabalho e construção de competências nos cuidados aos usuários.

Nas equipes multidisciplinares, os estudos procuram avaliar as condições para formulação e implementação de um projeto-piloto funcional, a caracterização da diversidade profissional, a avaliação dos fatores intrainstitucionais que influenciam no processo de prestação de cuidados e a identificação dos fatores determinantes para melhor prestação de cuidados aos pacientes. Nessa conjuntura, reconhecem de

antemão tratar-se de um processo complexo, por várias razões, como a percepção de que as ciências sociais são vítimas de um processo de exclusão no palco do saber científico nesse contexto.

O foco nas doenças crônicas procurou identificar os direitos garantidos aos pacientes portadores do HIV e AIDS e os aspectos psicossociais que podem influenciar a adesão e o abandono do tratamento. Associa-se a esse recorte a identificação do conjunto de características individuais e sociais presente no cotidiano dos soropositivos, tornando-os mais vulneráveis à reinfeção pela doença, a análise de estratégias para enfrentar a infecção e as medidas de prevenção a adotar. Por fim, examinam o papel do serviço social no contexto de intervenção nessa área, especificando o combate aos preconceitos, estereótipos e a discriminação ligada à doença. Caracterizou-se o tipo de apoio que os doentes acompanhados em tratamento recebem de familiares e a não adesão ao tratamento de quimioterapia, enfatizando a importância do apoio familiar na recuperação dos enfermos.

Nos TCCs e relatórios, constata-se a existência de equipes multidisciplinares na saúde, porém sem assistentes sociais. Demonstraram a fraca capacidade instalada para o atendimento aos internados e a existência de altas médicas para pacientes sem o tratamento completo, devido à necessidade de manter as estatísticas hospitalares no padrão internacional recomendado e manter a avaliação positiva dos gestores de serviços. Não existe uma rede de serviços de assistência social na saúde e há pouco interesse para o delineamento de planos para cuidados pós-altas para evitar reinternamentos. Não há provisão de equipamentos, nem serviços de apoio e compromisso com o paciente.

O papel secundário do assistente social tem frequência no interior das instituições hospitalares, evidenciado por chamadas esporádicas de outras áreas e serviços, convocando os técnicos da área social para a resolução de problemas pontuais, excluindo sua integração na planificação das altas médicas e transferências processadas em tempo oportuno.

Os TCCs e relatórios ligados à área da educação abordam temáticas como o contributo do serviço social no sucesso e aproveitamento escolares, atuando nas relações entre escola, família e alunos. Os estudos ressaltam a compreensão do fenômeno do absentismo escolar, o aproveitamento dos alunos com “necessidades especiais” nas escolas, o *bullying* e a identificação de sucessos para replicá-los em casos de insucesso. No ambiente escolar, os estudos constataram: ausência de educandos/encarregados no processo educativo; débil preparação do profissional trabalhador na escola; violência; insuficientes condições familiares para a educação

de seus membros; desemprego dos encarregados; deficientes condições de infraestrutura, que, direta ou indiretamente, têm contribuído para o fraco funcionamento do sistema de ensino.

De modo geral, predominam análises fatorias nos TCCs e relatórios. Tais análises não são dicotômicas em relação aos métodos e metodologias anunciados por seus autores, dando realce a técnicas de investigação como a observação, a entrevista, o questionário, o estudo documental ou bibliográfico. A desarticulação, no que concerne à metodologia, é notada na lógica da investigação (dedutiva, indutiva, hipotético-dedutiva e fenomenológica), nos meios técnicos de investigação (experimental, observacional, comparativo, estatístico, clínico ou monográfico), nos quadros de referência ou teoria (estrutural-funcionalismo, fenomenologia, materialismo histórico, interacionismo simbólico, etnometodologia e socioconstrutivista). São questões sobre as quais os estudos nada referenciam, mas, quando o fazem, demonstram fraco domínio dessa matéria, como se observa no trecho a seguir.

Em Ana Maria de Vasconcelos, aproveitou-se o que é de positivo na sua análise visto que ela baseia a mesma na teoria social de Marx também contestada, devido às suas teses caracterizadas pela crítica dirigida ao poder político. Desta forma, destacou-se a parte da sua teoria enquanto social, para analisar os resultados à luz do tema, mas numa perspectiva de uma teoria de trabalho social moderna, na qual a crítica é também voltada positivamente ao questionamento da prática profissional não só dos Assistentes Sociais, mas de todos que integram as equipas de trabalho na área da saúde (Rodrigues, 2010, pp.13-14).

Essas e outras constatações nos levam a afirmar que as análises fatorias foram usadas como autossuficientes. Assim, os estudos não avançam para o nível da descrição estrutural, terminando onde deveriam ter começado.

Nos depoimentos dos 30 assistentes sociais, a partir dos espaços ocupacionais, afirmam ter como princípios o amor a Deus e ao próximo, o respeito pela vida e a dignidade humana, a prática do amor ao próximo, a justiça, os direitos, os valores morais e éticos e o reconhecimento de que, uma vez formados, teriam a possibilidade de realizar um trabalho que possibilitasse a transformação da realidade social. Dizem que a burocracia excessiva nos serviços e a democracia sem conflitos são evidências do pensamento conservador nesse cotidiano. Estão presentes relatos sobre a precarização e intensificação do trabalho, pela não participação democrática dos profissionais nos processos de trabalho, e a constatação de desigualdades abismais

nos salários e assistência médica. Apela para um urgente diálogo entre instituições de formação e governo, atores que traçam as linhas de desenvolvimento, cujas medidas são implementadas pelas instituições (locais de trabalho) no sentido de reduzir a dicotomia entre teoria e trabalho prático.

Quanto às limitadas publicações, segundo eles, se devem à falta de persistência e protagonismo da classe de assistentes sociais. Asseveram que seria produtivo se os profissionais aposentados desenvolvessem esta dimensão. Poderiam sistematizar a experiência acumulada compartilhando-a em publicações.

Sobre as matrizes/correntes teóricas com maior expressão no cotidiano profissional dos assistentes sociais em Angola, apontam o positivismo nas suas formas estrutural-funcionalistas, com grande viés conservadorista a favor do liberalismo. Consideram não ser nenhum espanto aprender mais teorias de Émile Durkheim, Max Weber, Auguste Comte, Immanuel Kant, Claude Levi Strauss, Talcott Parsons, já que são estes que lhes é dado a conhecer com algum detalhe no processo de formação e na vida cotidiana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

São inúmeras as considerações por tecer, tendo em conta as constatações aqui partilhadas. Em síntese, reconhecemos que há possibilidades de análises temáticas, formais e estruturais, presentes nos documentos e depoimentos, que podem ser feitas, entretanto, por questões de espaço, ficam reservadas a momentos posteriores a este. Convém reafirmar que, se o trabalho e a produção de conhecimento são indissociáveis no serviço social, as informações recolhidas ao longo deste trabalho revelam que o foco de estudo e trabalho dos assistentes sociais, no contexto estudado, é a expressão da questão social – apesar de, em muitos casos, não ter sido explicitado.

Está presente o peso da Igreja nos trabalhos e depoimentos analisados. Para além do uso das encíclicas na formação dos assistentes sociais, tal constatação é observada nos valores que os profissionais afirmam sustentar em seu trabalho, com destaque para o temor a Deus, a caridade cristã e a utilização da Bíblia como referência bibliográfica.

O conteúdo presente nos TCCs e relatórios analisados, em sua maioria baseia-se, implícita e explicitamente, em análises fatorias, comuns nos estudos exploratórios e confirmatórios de base positivista, que consideram técnicas estatísticas e avaliam matematicamente múltiplas medidas sobre o objeto de investigação.

As respostas dos profissionais ao seu objeto de estudo e trabalho, em face do quadro de degradação da vida social (Ucan, 2018; Samba, 2018), têm sido

buscadas em referências teóricas baseadas em Immanuel Kant, Auguste Comte e na sociologia de Émile Durkheim, Max Weber, Erving Goffman, Talcott Parsons, Bronisław Malinowski, Claude Levi-Strauss, entre outros, na vertente positivista e pós-moderna.

Ficou evidente no conteúdo analisado (tanto nos depoimentos como nos TCCs e relatórios), limitado domínio de que a corrente de pensamento/teoria social presente nos processos de trabalho e na produção de conhecimento poder levar os profissionais a participar na reprodução das desigualdades e a degradação das relações sociais. A maioria dos participantes do estudo servem a uma teleologia, nos espaços ocupacionais, que também os degrada, provocando tensões e sensação de falta de reconhecimento, do que recorrentemente reclamam.

Os TCCs e relatórios não fazem a conexão do conteúdo dos achados com os processos sociais mais gerais, que identifiquem o ponto de partida em que se fundam as expressões da questão social. Terminam onde deveriam ter começado, evidenciando tendências do que Braz (2017) aponta como sendo a razão analítica na qual predominam a inferência, a dedução e os modelos lógico-matemáticos, que lhes escapa a processualidade contraditória de seu objeto, pois não questionam os resultados alcançados.

A discussão sobre a produção do conhecimento no serviço social, portanto, remete-nos, para além do método, à sua vinculação político-ideológica. Trata-se de temáticas ligadas a exigências interventivas que respondem ao que defende Marx, segundo o qual, : “[...] os filósofos apenas interpretaram o mundo diferentemente, importa é transformá-lo” (Netto, 2012, p. 166). A pesquisa é aplicada abordando problemas ligados às expressões da questão social. Sua análise envolve a relação entre sujeito, Estado, mercado e sociedade. É um conhecimento que busca “reconhecer a participação dos sujeitos na construção social” (Martinelli, 1994, p. 8). Preocupa-se com o sujeito, implicando não perder de vista os contextos histórico, social, econômico e cultural nos quais se dá a relação entre estes e o profissional/pesquisador. Independentemente do espaço ocupacional, isto tudo se constitui em metas para o trabalho e a produção do conhecimento: a democracia baseada em princípios universalizantes, e não em mera participação nos pleitos eleitorais; o respeito à liberdade, a aceitação igualitária da diversidade humana nos direitos civis, políticos e sociais; a democratização e socialização da economia e da política. (Mota, s/d)

A produção do conhecimento por nós defendida é aquela em que o real, o objeto do conhecimento, encontra sua efetiva reconstituição pela razão dialética. Identifica, na origem, os processos históricos, sociais e as mediações imanentes que

constituíram e constituem o objeto de análise. Vai além da intuição, da intelecção e da razão analítica, às quais escapa a processualidade contraditória do objeto (Bourguignon, 2008).

REFERÊNCIAS

- ANGOLA, Universidade Católica de (2018). *Relatório Social de Angola 2016*. Luanda: s.n. Registrado na Biblioteca Nacional de Angola, n. 8241/2018.
- BARROCO, Maria Lúcia Silva (2005). *Ética e Serviço Social fundamentos ontológicos*. São Paulo, Cortez Editora.
- BOURGUIGNON, Jussara Ayres (2008). *A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social*. São Paulo, Editora Veras/Editora UEPG.
- BRAZ, Marcelo (2017). *José Paulo Netto: ensaio de um marxista sem repouso*. São Paulo, Cortez Editora.
- GUERRA, Yolanda (2009). “A dimensão investigativa no exercício profissional”. In: CFESS, ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, Cead/UnB.
- _____. (2007). A instrumentalidade no trabalho do assistente social. Belo Horizonte, CRESS-6^a.
- HELLER, Agnes (2014). *O Cotidiano e a História*. Rio de Janeiro/São Paulo, Editora Paz & Terra.
- IAMAMOTO, Marilda Vilella (2012). *Trabalho e indivíduo social*. 5 ed. São Paulo, Cortez Editora.
- ISIDRO, Eduardo Carlos (2019). *Serviço social: cotidiano e produção de conhecimento em Angola*. Dissertação de mestrado em Serviço Social. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- ISSO, Mbela (2011). A origem dos Ovimbundu segundo a tradição oral. *o Blogue de Africa-Inteligente*. s.l., Angola-Inteligente.
- KI-ZERBO, Joseph (2002). *História da África Negra*. Lisboa, Europa-América.
- _____. (2010). *História Geral da África, I: metodologia e e pré-História da África*. 2 rev. Brasília, UNESCO.
- LOWY, Michael (2018). *Marxismo contra positivismo*. São Paulo, Cortez Editora.
- LUKÁCS, Georg (1959). *El asalto a la razón: la trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica.
- MENDES, Afonso (1966). *O trabalho assalariado em Angola, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina*. Lisboa, Companhia Nacional.

- MOTA, Ana Elizabete (s/d). *80 anos do serviço social brasileiro: conquistas históricas e desafios na atual conjuntura*.
- MONTEIRO, Amor António (2016). *Natureza do serviço social em Angola*. São Paulo, Cortez Editora.
- NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (2012). *Cotidiano conhecimento e crítica*. São Paulo, Cortez Editora, 2012.
- PADOVANI, Micheline Tacia de Brito (2017). *Dêiticos discursivos: um olhar multicultural em Pepetela*. Dissertação de mestrado em Língua Portuguesa. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- RODRIGUES, Alfredo Manuel (2010). *Equipas multidisciplinares e serviço social na saúde: o caso do banco de emergência de medicina do HMP/IS*. TCC Graduação em Serviço Social. Luanda, ISUP-JP II/UCAN.
- SAMBA, Simão João (2018). *Trabalho informal em Luanda*. São Paulo, Cortez Editora.
- SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (2017). *A dimensão técnico-operativa no serviço social - desafios contemporâneos*. 3 ed. São Paulo, Cortez Editora.
- SEVERINO, Antônio Joaquim (2013). *Pesquisa em serviço social: utopia e realidade*. 5 ed. São Paulo, Cortez Editora.
- SILVA, Reia Silva Rios Magalhães (2013). *Corrida de ratos? – A inscrição de docentes e discentes em processos midiáticos: percepções dos agentes educacionais sobre uso e interações na produção acadêmica em redes digitais*. Tese de doutorado. São Leopardo-RS, Unisinos/UFPI.
- TAMSIR, Djibil (2010). *História geral da África, XII à XVI*. 2 rev. Brasília, Unesco.

O ELO (DES) CONSTRUÍDO: JUVENTUDE, ACIDENTE DE TRABALHO, PRECARIZAÇÃO, REABILITAÇÃO PROFISSIONAL E POLÍTICAS SOCIAIS

Renata Soraia de Paula¹

INTRODUÇÃO

*Eu acredito é na rapaziada
Que segue em frente e segura o rojão
Eu ponho fé é na fé da moçada
Que não foge da fera e enfrenta o leão
Eu vou à luta com essa juventude
Que não foge da raia a troco de nada
Eu vou no bloco dessa mocidade
Que não tá na saudade e constrói
A manhã desejada*

— Gonzaguinha, 1980 —

Esta análise destaca a precarização do mundo do trabalho e das políticas sociais, em particular da política previdenciária, bem como suas repercussões sociais nas formas de ser e pensar de jovens trabalhadores lesionados e mutilados no ambiente de trabalho. Busca-se o diálogo com algumas temáticas no campo da sociologia do trabalho e da pesquisa nacional sobre o perfil da juventude brasileira,

-
1. Assistente social do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) de Guarulhos/SP. Mestra em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e em Avaliação e Gestão de Políticas Sociais pela Universidade Grenoble Alpes (UGA-França). Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Identidade (NEPI) da PUC-SP.

parte do Projeto Juventude², a partir da análise de entrevistas narrativas com dois jovens trabalhadores acidentados no trabalho e participantes do Serviço de Reabilitação Profissional (SRP)³ do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) da Agência da Previdência do Município de Guarulhos em São Paulo.

Observa-se que as possibilidades de escolha educacional e profissional sempre foram limitadas a uma parcela expressiva dos jovens brasileiros, principalmente pelas necessidades impostas às suas origens sociais. Ao ouvir as narrativas de jovens trabalhadores, evidenciam-se as marcas e rupturas oriundas da desigualdade social e da condição de vulnerabilidade a que foram e continuam sendo submetidos ao longo de suas trajetórias de vida.

“Essa vulnerabilidade é tanto mais intensa: a) quanto maior seja a precariedade das condições de vida; b) quanto menos estabelecido estiver, no contexto nacional examinado, o respeito aos direitos humanos fundamentais e à cidadania” (Seligmann-Silva, 2011, p. 136).

Com relação aos acidentes de trabalho, sabe-se que, normalmente, as empresas e o Estado se responsabilizam pelo pagamento de indenizações aos trabalhadores, muitas vezes por determinação judicial. Certamente, porém, esses recursos não resolvem as graves consequências psicossociais na vida desses trabalhadores, vítimas de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, pois necessitam, por longo período ou permanentemente, do Poder Público, ou melhor, do Estado, através de políticas públicas de atenção e reparação à saúde, ao trabalho, à educação, à cultura, ao lazer etc.

Isto posto, ressaltamos a importância de políticas sociais como a reabilitação profissional, entre outras, a fim de garantir o acesso à formação educacional e cultural para posterior reinserção profissional no mercado de trabalho de maneira minimamente digna e protegida, conforme o trabalho decente defendido pela OIT

-
2. Segundo Abramo e Branco (2005), realizado pelo Instituto Cidadania e Fundação Perseu Abramo, “[...] o projeto juventude buscou propiciar mudanças e avanços na maneira de os poderes públicos compreenderem as demandas da juventude nas múltiplas dimensões envolvidas: trabalho, educação, saúde, cultura, lazer, esportes, vida artística, sexualidade, direitos, participação, segurança e várias outras”.
 3. Conforme o artigo 203 da Constituição Federal de 1988 e o artigo 89 da Lei 8.213/1991, o serviço de reabilitação profissional é “[...] assistência (re)educativa e (re)adaptação profissional que visa proporcionar aos beneficiários incapacitados, parcial ou totalmente para o trabalho, os meios indicados para proporcionar o reingresso no mercado de trabalho e no contexto em que vivem”.

(Organização Internacional do Trabalho): “[...] aquele desenvolvido em ocupação produtiva, justamente remunerada e que se exerce em condições de liberdade, equidade, seguridade e respeito dignidade da pessoa humana”. (Barzotto, 2019, p. 60)

Apresentação dos jovens e perfis socioprofissional e da acidentalidade⁴

Mauro, solteiro, 28 anos • Profissão atual: motoboy • Experiências profissionais: prensista, operador, motoboy • Trabalhador do setor de serviços (empresa de pequeno porte) • Acidente de motocicleta • Diagnóstico: seqüela no braço e perna esquerda • Em reabilitação profissional há quatro anos. Empresa não ofereceu outro posto de trabalho. Estuda radiologia por conta própria e aguarda resultado da prova da ETEC).	César, solteiro, 24 anos • Primeira e única experiência profissional: auxiliar de produção • Trabalhador do setor da indústria (empresa de grande porte) • Acidente operando máquina • Diagnóstico: seqüela de plexo braquial direito (braço direito inoperante) • Em reabilitação profissional há quatro anos. Empresa não ofereceu outro posto de trabalho. Estuda teologia por conta própria e cursos EAD na área de tecnologia – manutenção de computadores e outros.
--	---

Atualmente, estão em acompanhamento no programa profissional⁵ do SRP do INSS do Município de Guarulhos/SP, aproximadamente 1.400 trabalhadores: 1.050 (75%) estão afastados por doenças de qualquer natureza; 350 (25%), por acidentes de trabalho e doenças a ele relacionadas. Cabe registrar que se entende por acidente aquele que ocorre durante o exercício do trabalho, na forma de lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que levem à perda ou redução da capacidade laborativa (permanente ou temporária). Para acompanhar esse contingente de trabalhadores segurados, contamos com uma equipe multiprofissional com oito profissionais de referência (quatro assistentes sociais, duas psicólogas, um fisioterapeuta e uma terapeuta ocupacional), que acompanham, em média, 175 trabalhadores.

O perfil socioprofissional dos jovens trabalhadores, na faixa etária de 18 a 29 anos, afastados por acidente de trabalho e em programa de reabilitação profissional,

4. Apresentação dos jovens trabalhadores entrevistados e levantamento quantitativo a partir de fontes primárias e secundárias sobre a Reabilitação Profissional da APS (Agência da Previdência Social) da cidade de Guarulhos/SP.

5. Consulta realizada em 5/6/2019 ao Boletim Estatístico de Reabilitação Profissional (BERP), 2019.

é composto por 37 jovens: 35 do sexo masculino e apenas dois do sexo feminino. Em relação ao estado civil, 25 jovens declaram-se solteiros, e 12 declaram-se casados.

Neste estudo, o acidente típico de trabalho, considerado quando acontece no local e no horário de trabalho, representou 73% dos afastamentos; o acidente de trajeto, no percurso residência-trabalho-residência, 27%. As doenças relacionadas ao trabalho são reconhecidas quando seu histórico está ligado à atividade profissional e compõem o universo de afastamentos por acidentes de trabalho. Nesta modalidade, não houve nenhum afastamento na faixa etária pesquisada.

Sobre o levantamento da renda mensal do benefício devido a afastamento por acidente de trabalho, 81% dos jovens recebem de um a dois salários-mínimos, 14% recebem até um salário-mínimo e 5% recebem mais de dois salários-mínimos.

A pesquisa aponta que 62% dos jovens trabalhadores estão vinculados a empresas de médio e grande porte; 22%, a empresas de pequeno porte; 16%, a microempresas⁶. Ressalta-se que somente as empresas de médio e grande porte têm obrigatoriedade ao cumprimento das cotas para pessoas com deficiência. Do total de 37 empresas pesquisadas, portanto, 23 têm responsabilidade de preenchimento das cotas conforme o artigo 93 da Lei 8.213/91, que determina: 2% de cotas de 100 a 200 empregados e 3% de cotas de 201 a 500 empregados (empresas de médio porte); 4% de cotas de 501 a 1.000 empregados; 5% de cotas a partir de 1.001 empregados (empresas de grande porte).

De acordo com o levantamento dos ramos de atividade⁷ que mais acidentaram os jovens trabalhadores, o setor de comércio está em primeiro lugar, com 39%; o setor da “indústria”, em segundo, com 30%; em terceiro lugar, o setor de transportes, que pode ser somado ao setor de serviços, com aproximadamente 24%; por último, o setor de construção civil, com aproximadamente 6%.

No tocante à escolaridade, 46% dos jovens possuem ensino médio completo; 22%, estão no 1º ano do ensino médio; 14%, possuem ensino fundamental completo; 8,5%, nível superior incompleto. A partir dos levantamentos realizados pelos orientadores socioprofissionais, entre os cursos técnicos de interesse dos jovens trabalhadores, destacam-se: informática, logística, segurança do trabalho, radiologia e eletricista de automóveis.

6. Dados consultados no site da Receita Federal. Disponível em: <<http://receita.economia.gov.br/orientacao/tributaria/cadastros/consultas-cnpj>>. Acesso em: maio 2019.

7. Dados consultados no site da Receita Federal. Disponível em: <<http://receita.economia.gov.br/orientacao/tributaria/cadastros/consultas-cnpj>>. Acesso em: maio 2019.

DESEMPREGO, MERCADO DE TRABALHO E JUVENTUDE: O QUE PENSAR?

Segundo o sociólogo Ruy Braga⁸, no Brasil o número de jovens que nem estudam e nem trabalham (conhecidos como “nem nem”) subiu de sete para 12 milhões em 2019, e o desemprego juvenil representa a taxa mundialmente mais elevada. Esses dados demonstram o quanto o mercado de trabalho desperdiça essa força de trabalho, causando efeitos deletérios, do ponto de vista social, para a juventude brasileira, principalmente em relação à inserção profissional no mercado de trabalho, agravada pela desigualdade social e as novas tecnologias.

Adentrando os resultados da pesquisa, com relação ao perfil socioprofissional e à acidentalidade, observa-se que, do montante de 27 empresas que já responderam para o INSS, 88,5% negaram a readaptação profissional dos jovens trabalhadores e 11,5% ofereceram outra função para se readaptarem. No entanto, os resultados dos treinamentos foram insatisfatórios no cumprimento dessa etapa do programa profissional. Cabe ressaltar que, normalmente, as empresas negam vagas em outra ocupação para seus funcionários, porque não têm obrigatoriedade de cumprir a Lei de Cotas ou não dispõem de funções compatíveis com as limitações clínicas dos trabalhadores.

Esse resultado nos faz pensar que os jovens, ao concluírem o programa de reabilitação, mesmo com qualificação profissional para exercerem outra profissão, obrigatoriamente têm que retornar para suas empresas de vínculo, as quais negaram a readaptação no início do programa.

Em consequência, as possibilidades são relativamente altas de entrarem para as estatísticas dos jovens desempregados, considerando, ainda, que esses jovens possuem limitações físicas que dificultam a reinserção no mercado de trabalho. Além das consequências psicossociais para o desenvolvimento pessoal, profissional e social, após os acidentes de trabalho.

Outro resultado significativo para reflexão é que o número de afastamentos dos jovens trabalhadores é relativamente baixo para essa faixa-etária: apenas 10,6% do total de 350 trabalhadores afastados por acidente de trabalho em programa de reabilitação da cidade de Guarulhos.

8. Em palestra proferida em 6 de maio de 2019, no programa jornalístico *Globo News Painel*. Disponível em: <www.g1.com.br/globonews>. Acesso em: 6 jun. 2019.

Esse resultado está distante da realidade de muitos trabalhadores jovens nas mais diversas modalidades de emprego como, por exemplo, na informalidade (contrato por dia, intermitente por horas e até contrato zero hora). Há, ainda, os trabalhos precarizados, os quais, mesmo com registros de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), temporários ou terceirizados, não estão no Regime Geral de Previdência Social (RGPS), uma vez que existe elevado número de acidentes de trabalho subnotificados pelas empresas. Em outras palavras, observa-se que muitos jovens trabalhadores sofrem algum tipo de acidente de trabalho e nem constam nas estatísticas previdenciárias, visto que uma parcela significativa sequer trabalha com registro em carteira.

A partir da entrevista com o jovem Mauro, após o relato de suas experiências profissionais em empregos formais e informais, cabe registrar sua reflexão sobre o mercado de trabalho atual:

[...] Eu, ah... sempre tem que acreditar na esperança. Que vai melhorar. Ah... você vê que cresceu nos últimos tempos, cresceu bastante esse negócio de informalidade. Sim, e está aumentando e a moto sempre foi assim, eu não sei por que, eu não sei se fica caro para a empresa [...] teve também essas empresas start up agora vir para o Brasil, e você vê muita gente que... como é que fala? Devido ao desemprego, comprou uma moto e vou me cadastrar no aplicativo [...].

O jovem Mauro também destaca que o trabalho informal sempre dominou o mercado de trabalho para a categoria de motoboys e acredita que seja em função da redução de despesas com direitos trabalhistas para as empresas. Ele relaciona o aumento da informalidade com a entrada das empresas de aplicativos no mercado, atraindo os jovens motoboys desempregados.

Ante o cenário atual de desemprego, informalidade e precariedade, dominando as possibilidades de trabalho para a juventude, indaga-se: a) o que fazer em face do descaso das empresas em absorver essa demanda de trabalhadores com deficiência?; b) qual a esperança de trabalho decente e digno para esses jovens?

CONDIÇÕES E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO: PARA QUEM?

Este tópico refere-se à síntese dos resultados a partir de uma das hipóteses deste estudo: a partir dos acompanhamentos de orientação socioprofissional, observa-se que os acidentes de trabalho com o segmento de jovens trabalhadores

ocorrem, expressivamente, num curto tempo de experiência profissional nas empresas. Segundo os dados pesquisados, 65% dos jovens acidentaram-se com menos de um ano na empresa; 19%, entre um e dois anos; 16%, com mais de dois anos. Desse modo, percebe-se que as condições degradantes e a própria organização do trabalho impostas aos trabalhadores corroboram a ocorrência desse grave fenômeno do mundo do trabalho.

Trata-se da análise das situações de trabalho dos dois jovens entrevistados: César, que trabalhava como auxiliar de produção numa grande empresa no setor da indústria, e Mauro, que trabalhava como motoboy numa pequena empresa no setor de serviços de transportes:

Eu entrei na empresa foi aonde eu começo a trabalhar, e aí na empresa as coisas na empresa acabou mudando o rumo da minha trajetória. Foi ali que eu acabei sofrendo um acidente, [...] acabou finalizando ali, porque nesse trabalho na empresa e as coisas ali, começaram as coisas estavam acontecendo muito rápido para mim, eu acabei me destacando na empresa eu era muito esforçado, comecei como auxiliar de dentro de produção, e pelo meu esforço e dedicação fui promovido, eu ia ser promovido a [...] operador de máquina [...] estava fazendo até o treinamento já para receber essa promoção, e com cinco meses que eu estava ali trabalhando, tinha acabado de passar da experiência que era três meses, acabei sofrendo um acidente [...].

Para César, seu esforço e dedicação foram aspectos que possibilitaram rapidamente sua promoção de auxiliar de produção⁹ a operador de máquina¹⁰. Conforme as definições das funções, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), o auxiliar de produção não é responsável pelo controle dos equipamentos de produção. Vale registrar que, até o episódio do acidente, a prometida promoção ainda não havia se concretizado. Então, evidencia-se que a empresa foi negligente, pois desviou o jovem de sua função e, somente após um rápido treinamento (uma semana), colocou-o como o único responsável por operar uma máquina – sem treinamento adequado, formação ou experiência mínima para exercer tal função.

9. Segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), o auxiliar de produção prepara materiais para alimentação de linhas de produção, organiza a área de serviço abastece linhas de produção, alimenta máquinas e separa materiais para reaproveitamento.

10. Segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), o operador de máquina é responsável pelo controle dos equipamentos de produção, promovendo o desenvolvimento de produtos de modo que prepare materiais para alimentação de linhas de produção, organize a área de serviço, abasteça linhas de produção, alimente máquinas e separe materiais para reaproveitamento.

Em síntese, a partir da análise dos relatos dos jovens sobre as características das empresas nos respectivos ramos de atividade dos jovens, a empresa de grande porte do ramo industrial foi vendida para outra empresa, bem conhecida no mercado, cujas exportações trazem maiores investimentos para o Brasil. No ramo de serviços, muitas empresas de pequeno porte estão falindo, porque, com a chegada das grandes empresas de outros países, uma demanda grande de motoboys é absorvida pelo novo mercado de serviços por aplicativos.

Segundo análise de Giovanni Alves, a lógica das grandes empresas no atual estágio de desenvolvimento capitalista:

Ora, o novo complexo de reestruturação produtiva, que surge sobre a acumulação flexível e possui vínculos sociometabólicos com a acumulação por espoliação, é um elemento compositivo do novo estágio do desenvolvimento capitalista, que Chenais denomina “mundialização do capital”, identificando-o como a constituição de um “regime de acumulação predominantemente financeirizado”. Isso significa que o predomínio da “financeirização” foi o principal veículo de constituição de um regime de acumulação por espoliação, tendo em vista que incrementou a velocidade, intensidade e amplitude do ser-precisamente-assim do capital, propiciando, desse modo, um salto qualitativo em seu potencial ofensivo sobre o trabalho assalariado. (Chenais, 1998 apud Alves, 2011, pp. 29-30)

Assim, verifica-se que esse regime de acumulação por espoliação, na era da acumulação flexível, se mostra ainda mais perverso, ao expressar a precarização total das condições de trabalho e a exploração sem limites do trabalhador.

Na análise de Alves (2013), o toyotismo como ideologia orgânica da produção de mercadorias surgiu no bojo da maquinofatura, na medida em que a “captura” da subjetividade do homem-que-trabalha pelo capital se tornou seu nexos essencial. O capitalismo manipulatório inaugura a era da maquinofatura como derivação lógica (e ontológica) da grande indústria.

Refletindo sobre a situação de César, a captura da sua subjetividade pode ser interpretada a partir do momento em que a empresa promete que será promovido rapidamente a operador de máquina, bem como a do outro trabalhador, responsável pelo treinamento, que assumirá outra máquina. Em sua narrativa, repetidamente, o jovem menciona que estava no treinamento para receber a promoção. Essa ideia, em seu imaginário ainda sem experiência profissional, lhe traz satisfação e expectativas, às quais ocultam a percepção dos perigos e riscos no ambiente laboral bem como da condição de superexploração imposta pela organização do trabalho.

Em relação a Mauro, relata que em sua experiência anterior como moto-boy, trabalhando para um restaurante, recebia uma taxa em dinheiro por dia e por entregas de marmitex, então, quanto mais entregas fazia, mais ganhava, porém sem nenhum contrato de trabalho. Assim, exige-se produtividade para aumentar os ganhos e, nessa corrida para ganhar um pouco mais, obrigatoriamente aumentava ou dobrava a jornada de trabalho diária, além de aumentarem os riscos de acidentes. Na agência de motoboys, o jovem também trabalhou na informalidade, recebendo um valor fechado por dia.

Nas palavras de Antunes (2018), estamos numa nova fase de desconstrução do trabalho, sem precedentes em toda a era moderna, aumentando os modos de ser da informalidade e da precarização.

Se no século XX presenciamos a vigência da era da degradação do trabalho, na transição para o século XXI passamos a estar diante de novas modalidades e modos de ser da precarização e a terceirização tem sido um dos seus elementos mais decisivos. (Antunes, 2018, p. 156)

Em seu depoimento, o jovem Mauro diz:

O mercado mas o trabalhador no caso motoboy tem que se ligar que talvez aí ele tava registradinho e lá na onde ele entrou não, então ele tá perdendo o direito dele. [...] Que às vezes você perde direito a uma cesta básica que aqui dá, ali não, [...] e vai para os aplicativos ele tem que ter noção que eles estão perdendo o direito deles [...]. Na hora que acontecer algum acidente, eles não vão estar cobertos [...]. Não sei, que é tipo a coisa parece que está mudando parece que está aumentado essa coisa de PJ que chama que é pessoa jurídica, esses negócios de MEI tal [...] por que essas empresas deu tanto certo, tão certo? Porque... Ah eu não sei como é que funciona, mas a Uber abriu o capital dela agora né? Então ela tá na bolsa de valores [...].

Ele questiona sobre as novas modalidades de trabalhos precários serem alternativas ao desemprego. A “pejotização”¹¹, o microempreendedorismo individual e a “uberização”¹², obrigam o trabalhador individual a ser empresário de si mesmo,

11. De modo simplificado, essa expressão caracteriza a ampliação dessa forma de contratação de empregados pelo empregador através da abertura de Pessoa Jurídica (CNPJ), mesmo que o trabalhador seja Pessoa Física (CPF).

12. De acordo com o filme *GIG – a uberização do Trabalho*, uma produção do projeto Repórter Brasil, dirigido por Carlos Juliano Barros, Caue Angeli e Maurício Monteiro Filho, Uber é um novo sistema

seguindo a lógica das inovações tecnológicas geridas por grandes empresas que estão nesse nicho de mercado, cujos capitais estão aplicados no mercado especulativo, como, por exemplo, as empresas de “uber”¹³. Enfim, após todas as reflexões sobre as novas modalidades de emprego, Mauro defende que a melhor opção é o trabalho formal, com garantia de direitos trabalhistas e previdenciários.

EDUCAÇÃO, CULTURA E SOCIABILIDADE: ALTERNATIVAS POSSÍVEIS?

Neste tópico revelam-se alguns dados de pesquisas sobre temáticas que envolvem a juventude, a partir da análise das entrevistas com os dois jovens trabalhadores do SRP. Cabe registrar que as pesquisas do Projeto Juventude reuniram esforços de muitos pesquisadores e políticos para a construção de um debate nacional na tentativa de implementar políticas públicas voltadas para os jovens, mais precisamente a partir de 2003, num período histórico de construção de políticas de inclusão social no Brasil, no início do primeiro mandato do ex-presidente Lula.

De acordo com a pesquisa nacional sobre o perfil da juventude brasileira, ao serem indagados sobre quais são os assuntos que mais lhe interessam atualmente, os jovens deram as seguintes respostas (primeiras colocadas): 38% escolheram educação; 37%, emprego/ atividades profissionais; 27%, cultura/ lazer; 21%, esportes/ atividades físicas (Abramo e Branco, 2005, pp. 139-140).

Observa-se que 75% dos jovens escolheram educação e trabalho; 65% escolheram educação e cultura; 49% escolheram cultura, lazer e esportes como assuntos que mais lhes interessam. A partir desse diagnóstico, podemos pensar que:

A enorme relevância para os jovens do trinômio educação-cultura-emprego, de tal maneira que não se deverá acolher como autorizadas as leituras mais simplificadoras que se limitem a associar as preocupações com o trabalho a iniciativas voltadas para a constituição de uma demanda por força de trabalho estimulada por atividades e/ou ocupações apenas restritas ao mundo da agregação de mais valor de mercado. (Ibid., p. 240)

de regulação das relações de trabalho com mediação de aplicativos tecnológicos como, por exemplo, dos motoristas por aplicativos, empregadas domésticas, que pode se estender para muitas profissões no século XXI.

13. Sinônimo de empresas de transporte com mediação de aplicativos tecnológicos de conexão.

Em suma, o papel da orientação social e profissional aos jovens não deve limitar-se apenas a prepará-los para o mercado de trabalho. Os dados demonstrados sugerem a integração das políticas sociais e a atuação a partir de uma perspectiva de educação para a cidadania.

A fim de pensarmos os desafios das políticas de juventude, destacamos esta fala de César:

Sim, assim antes do acidente eu era muito ativo [...]. Era muito ativo eu praticava muito esporte, tanto que lá em casa é se deixar é 24 horas no canal de esporte como eu falei para senhora, eu tive o sonho em ser um jogador de futebol eu gosto disso, hoje também passei a gostar também de basquete ou acompanhar, então nessa parte assim eu sou muito ligado, sou muito tem química sabe? E antes do acidente era muito ligado isso desde que abandonei o futebol, sempre no tempo livre eu tento procurar praticar esportes essas coisas, sempre gostei então eu me dava bem, uma pessoa bem sociável [...]. Era bem ligado às pessoas, relacionamento com as pessoas muito bem, hoje essas coisas todas são limitadas em questão do esporte, essas coisas todas eu acompanho, mas hoje é um pouco...é difícil para mim a prática [...].

O jovem, na adolescência, praticava atividades esportivas (futebol e basquete) e, assim, exercia a convivência em grupo. Conforme afirma, antes do acidente era muito ativo e sociável. Observa-se que esse interesse pelo esporte ainda é presente em sua vida quando diz acompanhar os esportes pela televisão, no entanto, nota-se que, após o acidente de trabalho, ocorre a transferência da sociabilidade pública para a esfera privada. A família é o seu lugar privilegiado de convivência social, sente-se muito bem e acolhido na esfera familiar. Mantém relação com alguns amigos, salientando que aceitam bem sua deficiência.

Importa, aqui, lembrar o histórico inicial do jovem na Reabilitação Profissional, o quanto a dimensão do isolamento social contribuiu para a não adesão aos tratamentos de reabilitação física e emocional no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) e à continuidade no curso profissionalizante presencial. Hoje César consegue fazer um curso de teologia presencial, mas, com relação ao programa profissional de reabilitação, adaptou-se melhor na modalidade de educação a distância na área de tecnologia. Posto isso, nota-se que a sua sociabilidade na esfera pública permanece limitada após o acidente.

Durante a entrevista, Mauro também considera a convivência familiar como o principal espaço entre as suas relações sociais. Nunca participou de grupos de jovens, mas destaca a importância da participação logo no início da adolescência. De acordo com Brenner, Dayrell e Carrano (2015, p. 177): “[...] a convivência em

grupos possibilita a criação de relações de confiança; desse modo, a aprendizagem das relações sociais serve também de espelho para a construção de identidades coletivas e individuais”.

O jovem Mauro ressalta a importância da orientação profissional, também no início da adolescência, entre outras atividades importantes, como esportes e idiomas, no contraturno escolar, para que sejam acessíveis a todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o cenário apresentado, conclui-se que, possivelmente, a totalidade dos 37 jovens trabalhadores pesquisados compõe o contingente populacional em condições de trabalhos precários. As narrativas das trajetórias profissionais dos dois entrevistados, cujas experiências profissionais se deram na informalidade, e mesmo em empresas com vínculos formais, evidenciam a exposição aos riscos laborais e às condições degradantes no ambiente de trabalho.

Nota-se uma invisibilidade da juventude comparada aos demais trabalhadores em acompanhamento no SRP do INSS, que se justifica pelos alarmantes índices de subnotificações de acidentes de trabalho e de jovens trabalhadores na informalidade, pois não são computados pelo RGPS.

Ao concluir as análises dos jovens trabalhadores, entendemos que os conceitos de “precariado”, construído por Braga¹⁴, e de “superpopulação relativa”, de Marx¹⁵, explicam esse contingente de trabalhadores. Para Braga (ibid.), o precariado compõe a parcela urbana e rural de trabalhadores com pior remuneração, então, seria o proletariado mais precarizado, excluindo os trabalhadores mais pauperizados e o lupemproletariado.

Dito isso, tornam-se imprescindíveis ações concretas e permanentes do Estado (Ministérios Público do Trabalho, da Previdência Social e do Trabalho e órgãos afins) dos sindicatos e da sociedade civil, a exemplo das campanhas realizadas pela pastoral operária ligada à igreja católica, a Fundacentro, pela Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) para a ampliação da fiscalização,

14. Em detalhes no livro de Ruy Braga. A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo: USP; Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2012, pp. 17-27.

15. Ver detalhes “Diferentes formas de existência da superpopulação relativa. A Lei geral da acumulação capitalista” in Karl Marx, *O Capital: Livro 1*. São Paulo: Boitempo, 2013 (Marx e Engels), pp. 716-723.

da sensibilização e da visibilidade da problemática dos acidentes e doenças relacionadas ao trabalho e da SST, bem como, para que as empresas cumpram as cotas de contratação de trabalhadores com deficiência ou reabilitados do INSS.

O debate sobre o serviço de reabilitação profissional com centralidade nas políticas sociais voltadas ao segmento juvenil vislumbra possibilidades de ações intersectoriais e educativas de proteção integral aos trabalhadores reabilitados e com deficiência.

Por fim, defende-se que, na atual época histórica de avanço do capitalismo mundial, as saídas contra a precarização estrutural do trabalho e a superexploração dos trabalhadores apenas serão possíveis com o avanço das lutas sociais do trabalho, no Brasil e no mundo, em busca da construção de outra ordem societária, anticapitalista ou socialista, verdadeiramente humana, justa e livre.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (org.) (2005). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. 1 ed. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.
- ALVES, G. (2011). *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo, Boitempo.
- _____. (2013). *Dimensões da precarização do trabalho: ensaios de sociologia do trabalho*. Bauru, Canal 6 (Projeto Editorial Praxis).
- ANTUNES, R. L. C. (2018). *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. 1. ed. São Paulo, Boitempo .
- BARZOTTO, L. C. (2019). Novas tecnologias do trabalho. *Revista Cipa*, n. 475. São Paulo, abril (Artigo Trabalho Decente -- Caderno Informativo de Prevenção de Acidentes).
- BRAGA, R. (2012). *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo, Boitempo e USP, Programa de Pós-Graduação em Sociologia.
- _____. (2019). Programa Globo News Painel. Disponível em: www.g1.com.br/globonews. Acesso em: 6 jun. 2019.
- BRASIL (1998). *Constituição da República Federativa do Brasil*, de 5 de outubro.
- BRENNER, A. K.; DAYRELL, J.; CARRANO, P. (2005). “Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros”. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (orgs.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. 1 ed. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, pp. 175-214.
- GONZAGUINHA. Música (1980). *E vamos à luta*. Álbum de Volta ao Começo. Lado A. Faixa 5 (3:41).

- MARX, Karl. (2013). *O capital: crítica da economia política*. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo, Boitempo.
- MARTINELLI, M. L. (org.) (1999). *Pesquisa qualitativa: um instigante desafio*. São Paulo, Veras (Série Núcleo de Pesquisa; 1).
- SELIGMANN-SILVA, E. (2011). *Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo*. São Paulo, Cortez.

HISTÓRIA ORAL E SAÚDE MENTAL: REFLEXÕES ÉTICO-POLÍTICAS A PARTIR DO COTIDIANO PROFISSIONAL¹

Gracielle Feitosa de Loiola²

Ligia Sampaio Oliveira³

Shinobu Nakano de Melo Pereira⁴

INTRODUÇÃO: INQUIETAÇÕES E RESISTÊNCIAS

‘Ignorado ou Ignorada, acrescido de um número’, era assim identificado/a alo ‘paciente’ que, em crise, chegava ao hospital. Encontrado/a perambulando pelas ruas, era levado/a pela Delegacia de Polícia, ou que sozinho/a procurava socorro, era apelidado/a rebatizado/a com outro nome ou identificado/a por um número. Perdia sua identidade, sua referência, sua história. (Pereira, S., fev. 2020, grifo nosso)

-
1. Dedicamos este artigo a assistente social, Neiri Bruno Chiachio (*in memoriam*), e a todos/as (coletivos, movimentos sociais, trabalhadores/as, usuários/as) que lutam cotidianamente por uma nova ordem societária; sem manicômios, que problematizam a naturalização dos comportamentos, na defesa da singularidade do existir e na direção da emancipação humana.
 2. Assistente social no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP). Mestra e doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social (PEPGSS) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). É pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade (NEPI) e do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Crianças e Adolescentes (NCA) da PUC-SP.
 3. Assistente social da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo (SMADS-SP). Mestra em Serviço Social pelo Programa de Estudos Pós-graduados (PEPGSS) em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade (NEPI) da PUC-SP.
 4. Assistente social. Pós-graduada em Gestão Pública pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP). Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade (NEPI) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Neste artigo, introduz-se uma reflexão sobre as possibilidades de contribuição da metodologia da história oral ao trabalho profissional do/a assistente social. Parte-se do cotidiano profissional das autoras – que atuam ou atuaram com políticas públicas de assistência social, saúde e no sistema de justiça –, com destaque para a vivência profissional de Shinobu Nakano de Melo Pereira⁵ em atividades como assistente social no Hospital Psiquiátrico do Juquery⁶, localizado na região de Franco da Rocha/SP, no período de 1973 a 1978.

A partir da sua trajetória profissional, buscou-se compreender como se desdortinaram os modelos de atenção em saúde mental no Brasil e os impactos da reforma psiquiátrica e do movimento de luta antimanicomial, voltados a instaurar novas formas de cuidado e compreensão da “loucura”⁷, atualmente ameaçadas por conjunturas política, econômica e social que têm orientado as políticas nacionais de saúde mental para o retorno à lógica manicomial.

A escolha por centralizar as reflexões no âmbito da saúde mental deu-se por ser um campo historicamente marcado pelo conservadorismo, em que a relação com o sujeito social não parte de “um experimento de igualdade”, nos dizeres de Portelli (1997). O “louco”⁸, muitas vezes, é visto como “não capaz”; seu direito à fala é “ignorado” como se coubesse a outro ser seu porta-voz. Como lembra Shinobu Pereira, em sua narrativa na epígrafe deste artigo, à qual a metodologia da

-
5. Shinobu Nakano de Melo Pereira atuou como assistente social no Hospital Psiquiátrico do Juquery de 1973 a 1978, quando a instituição contava com quase 18 mil pessoas internadas. A realidade, à época, era de pouco ou quase nenhum convívio familiar e comunitário dos ditos pacientes com suas famílias e seus territórios. Neste período, foi sua mestre e companheira a assistente social Neiri Bruno Chiacchio (*in memoriam*).
 6. Conforme destaca Silva (2015, p. 33), “[...] em 18 de maio de 1898, com o apoio financeiro do governo paulista, era inaugurada a Colônia Agrícola de Alienados do Juquery em terreno de 170 hectares localizada a menos de 50 quilômetros da cidade [...] o asilo paulista tinha dimensões de uma grande fazenda e pressupunha-se que o trabalho agrícola, em ambiente bucólico, poderia contribuir para a regeneração dos internos”. A alteração do nome de asilo para Hospital do Juquery ocorreu em 1925. A superlotação hospitalar foi uma constante na história da instituição, que utilizou desde práticas de ergoterapia ou laborterapia, até terapias biológicas, como eletrochoques, entre outras. Com a Reforma Psiquiátrica e a luta antimanicomial, iniciou-se o processo de desativação do hospital. Em dezembro de 2019, havia 57 pacientes. Disponível em: <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,como-vivem-os-ultimos-57-pacientes-do-hospital-psiquiatrico-do-juquery,70003115537>. Acesso em: 2 maio 2020.
 7. Os termos “loucura” e “louco” aqui são empregados entre aspas. A utilização das aspas, nas duas expressões, busca traduzir certa cautela no uso delas, devido a uma forma estigmatizada e moralizante que comumente perpassam suas aplicações.
 8. Vide nota de rodapé nº 7.

história oral atribui centralidade, o manicômio homogeneiza os sujeitos, na identificação por numeral, pelo corte de cabelo, as mesmas vestimentas, enfim, promove um apagamento das experiências individuais dos sujeitos sociais.

Parte-se do reconhecimento e das problematizações que a metodologia da história oral, com o aporte do método crítico-dialético, possibilita. Seja para entender os processos históricos vividos pelos sujeitos sociais com os quais atuamos em nosso cotidiano profissional, seja, como nos lembra Martinelli (2019, p. 28), “[...] para conhecer esses sujeitos e seus modos de vida [...]” – o que implica ter uma postura ético-política de colocar-se disponível para “conhecer a história a partir da narrativa”. É, pois, uma forma de trazer reflexões que permitam reconhecer a importância daqueles/as cujas narrativas nem sempre estiveram inseridas na história, porque sofreram processos de desumanização, destituição do direito de ser e existir na pluralidade de suas singularidades, próprios de uma sociabilidade regida pelo capital.

UMA ASSISTENTE SOCIAL “INQUIETA” E SUA TRAJETÓRIA NO HOSPITAL PSIQUIÁTRICO DO JUQUERY: DESVENDANDO HISTÓRIAS SILENCIADAS

É importante demarcar que os hospitais psiquiátricos, no Brasil, surgem no final do século XX, profundamente influenciados pela psiquiatria francesa e pelo tratamento moral. O Hospital Psiquiátrico do Juquery foi planejado como “instituição modelo” para os padrões da época, o que não ocorreu, pois a superlotação e as denúncias de violação dos direitos humanos marcaram a maior parte de sua existência.

Cunha (1986, pp. 14-15), no livro *O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo*, ao retratar sua experiência com a instituição, assim a descreve:

A primeira vez que entrei no Juquery, a instituição atravessava uma crise, decorrente de denúncias da imprensa e das tentativas do governo recém-empossado em promover uma reformulação em algumas de suas práticas tradicionais. No entanto, tanto a pesquisa quanto a própria discussão levada a efeito naquele momento, evidenciaram que o Juquery vivera, desde a década de 1930, sucessivas crises, marcadas por denúncias relativas quase sempre à esfera dos direitos humanos. Estes momentos têm suscitado o debate, a indignação pública e até mesmo providências governamentais que incidem sobre os aspectos mais visíveis e imediatos do problema: as condições de

vida da população internada, a higiene do hospício, a violência das práticas repressivas, a alimentação deficiente, a falta de funcionários, a precariedade das instalações.

A década de 1970, que marca o ingresso de Shinobu Pereira como assistente social no Hospital Psiquiátrico do Juquery, é densa em mobilizações e questionamentos sobre as condições à que eram submetidos/as os/as pacientes psiquiátricos/as. Ferreira (2006, p. 132) menciona:

Poderíamos dizer que a Reforma Psiquiátrica iniciou seu percurso na década de 70, durante a ditadura militar, época em que a medicalização era o modelo básico de intervenção. O poder centralizador do hospital psiquiátrico e o elevado índice de internações passaram a ser considerados as causas estruturais das condições desumanas a que era submetidos os pacientes psiquiátricos.

Contudo, em um contexto de ditadura militar, a precarização do trabalho, o aumento da desigualdade social, a falta de investimento nas políticas públicas – em especial na política de saúde, que à época já centralizava os recursos destinados à saúde mental na rede privada⁹ – “[...] o hospital psiquiátrico passa a ser a resposta de intolerância social com aqueles que não podem administrar sua enfermidade por meios próprios” (Ferreira, 2006, p. 133). Isso acaba por atingir com maior destaque os segmentos mais empobrecidos da população. Para esses casos, o diagnóstico muitas vezes é a oportunidade de legitimar formas de isolamento e apartamento social, reforçando que a “loucura” é determinada pelas relações de classe, gênero, raça, etnia e território.

Ao iniciar sua trajetória no Hospital Psiquiátrico do Juquery, Shinobu Pereira observa como ideal para a instituição que o “[...] paciente internado fosse conformado, submisso, colocando-se na condição de dependente do Estado generoso”. Nessa perspectiva, portanto, era considerado “um sujeito de favor”, e não de direito:

Excluídos socialmente, privados do convívio social, estigmatizados, esquecidos, isolados, silenciados, viviam com muitas pessoas, separados do mundo e controlados pelas regras da instituição e da sociedade. A vida ficava despojada de muitas das suas necessidades humanas. O sentimento era ficar exilado da vida. A meu ver, o manicômio permitia garantir a ordem social. Mas também

9. Em 1971, o Instituto Nacional de Previdência Social (Inamps) gastava 95% do fundo de saúde mental com 269 hospitais da rede privada. (Ferreira, 2006).

eu observava o quanto muitas famílias tinham receio de visitar os seus familiares no hospital pelo medo de que eles fossem “devolvidos” ao seu convívio, mas aos poucos quando conseguimos problematizar esta questão foi possível garantir uma aproximação familiar de muitos pacientes que ficavam anos institucionalizados e sem nenhum contato com a família. Lembro de duas senhoras que não visitavam o sobrinho e depois de compreenderem a importância da presença da família na vida dele passaram a visitá-lo semanalmente, ocasião em que faziam um piquenique nos jardins do Juquery. Lembro que ele ficava muito feliz esperando por elas (rememora esse momento com uma fala emocionada). Algo a meu ver extremamente importante. (Pereira, S., fev. 2020)

A partir dessa trajetória, que perdurou por cinco anos (1973 a 1978), Shinobu Pereira rememora algumas situações que aqui serão descritas com o objetivo de desvendar e problematizar a realidade de muitos/as que “viveram” no Juquery.

O senhor José¹⁰, um homem com 56 anos, puxando seu carrinho de madeira no centro de São Paulo foi atropelado e encaminhado à Santa Casa de Misericórdia de São Paulo para ser tratado. Recebeu alta hospitalar e como não se comunicava verbalmente, e dada a sua idade, foi encaminhado para uma instituição de longa permanência e, depois, transferido para o Hospital do Juquery. Durante todo o período de internação, não se comunicava de forma verbal, mas também não apresentava comportamento que pudesse sugerir algum transtorno mental. Em seu prontuário, havia apenas a seguinte informação: “Não se comunica”. Por que, então, fora encaminhado a um hospital psiquiátrico?

[...] partindo da ideia de que o louco seria necessariamente detentor de uma fala confusa e sem sentido, o médico iria bem mais além, definindo e classificando as múltiplas formas de expressão distintivas da doença mental. Assim, o mutismo ou a fala abundante, os graus de sonoridade, os tremores e hesitações da voz, a rouquidão e o vocabulário utilizado seriam considerados, frequentemente, como sintomas de perturbação mental, sendo que as variações indicariam o tipo de doença. (Engel, 2001, p. 156)

Os caminhos percorridos pelo senhor José nos serviços de saúde revelam a lógica imposta e o saber-poder psiquiátrico como determinantes da vida e dos corpos ditos “loucos”.

10. Nome fictício adotado para preservar sua identidade.

Uma pesquisa minuciosa em seu prontuário não permitiu identificar dados que dessem pistas sobre sua história de vida. Quando esteve em entrevistas com a assistente social, emitia alguns sons verbais, porém ininteligíveis. No entanto, a partir da observação da sua vida diária e cotidiana na instituição, resolveu-se utilizar o recurso da palavra escrita e, para surpresa de todos/as, o senhor José sabia ler e escrever! A partir da palavra escrita foi possível conhecer sua história de vida e possibilitar o reencontro e a retomada do contato com sua família de origem, que vivia na região Nordeste do país.

Observa-se que, historicamente, as pessoas com sofrimento psíquico eram isoladas, esquecidas e silenciadas. O senhor José fora severamente punido por não conseguir se comunicar utilizando a linguagem falada, assim, foi diagnosticado como “pessoa com transtorno mental”, passando longos anos da sua vida institucionalizado, confinado, aprisionado, escondido e abandonado. Não chegou a retornar ao convívio familiar; após muitos anos institucionalizado, veio a falecer, fato bastante presente na história de muitos/as que passaram por instituições manicomiais.

Como nos lembra Martinelli (1999, pp. 24-25):

[...] o contato direto com os sujeitos é importante e precioso. Conhecê-los significa ouvi-los, escutá-los, permitir-lhes que se revelem [...] e se pretende conhecer o sujeito, precisa ir exatamente ao sujeito, ao contexto em que vive sua vida.

A partir dessa direção ético-política, foi possível romper com o instituído, com a identidade atribuída e acessar, como aponta Martinelli (2019) a “história por trás da história” do senhor José, o que possibilitou a construção de relações mais humanizadas e o seu reconhecimento como sujeito de direitos, para além do diagnóstico e da “doença”.

A maioria dos/as pacientes internados/as não tinha perspectiva de sair/deixar o hospital, que não proporcionava nenhuma atividade social, cultural ou esportiva. Em novembro de 1976, foi programada uma Olimpíada para os/as pacientes com todo o protocolo exigido para um evento esportivo desse porte, dessa grandeza e importância. Participaram 500 pacientes. A organização do evento envolveu tão somente os funcionários, por isso, a comissão não foi ouvir, escutar os/as pacientes, para os/as quais as atividades haviam sido pensadas e programadas. Contudo, os/as interessados/as mobilizaram-se e escreveram uma carta para a coordenação do evento.

17/11/76¹¹

Caríssima assistente social

Chinobu

Saudações

Venho pedir-vos um grande favor em nome de todos os internados e internadas do Hospital Central do Juqueri: tentar incluir baile durante os festejos que serão levados a efeito nos dias 18-19-20. Enquanto os inscritos em modalidades esportivas, as levam a efeito, os demais poderiam entreter-se dançando caso não gostasse de assistir a esportes. Devo ressaltar que fui procurado para solicitar tal favor e creio que V.S. possa agraciar-nos com este pequeno desejo que aliás V.S. também deve ter refletido no sentido de ser possível. Desde já grato em nome de todos. Aceite os cumprimentos do internado Messias¹².

Quem formula este pedido em nome de todos os internados é com respeito e apreço. Messias.

Observa-se que a carta redigida por Messias é uma expressão de resistência e enfrentamento à lógica manicomial até então posta, que diz sobre o lugar do “louco” como aquele que não teria nada a dizer e/ou contribuir, com abordagens centradas na doença e na estigmatização da loucura. Representa a busca por evidenciar o cotidiano manicomial, resignificar a existência e a luta por espaços mais humanizados na instituição, contrariando a visão estigmatizante da psiquiatria sobre a loucura, questionando o saber psiquiátrico e o dispositivo tecnicista que, até então, tinham centralidade.

Embora nesse período os movimentos sociais e políticos no Brasil já denunciassem a lógica manicomial, somente em 1992 ocorreu a tramitação da Lei 10.216, a primeira da reforma psiquiátrica brasileira, sancionada apenas no ano de 2001, substituindo gradualmente o modelo de assistência à saúde mental e trazendo as bases para a reorientação da assistência psiquiátrica. Porém, de fato, encontrou um terreno fértil, que efetivamente rompesse com o modelo assistencial asilar, até então hegemônico no país?

11. A carta, elaborada por Messias e endereçada à assistente social Shinobu Pereira, uma das representantes da comissão organizadora da Olimpíada, que a guarda consigo até hoje, foi transcrita de forma literal. Uma escolha ético-política de preservar a escrita e o movimento coletivo de resistência.

12. Optou-se por utilizar um pseudônimo para resguardar o sigilo do participante.

DO MANICÔMIO À REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

O estigma da loucura, que impede o exercício pleno da cidadania das pessoas com algum tipo de transtorno mental, foi questionado por Erasmo de Rotterdam em sua obra *Elogio da loucura*, publicada em Paris no ano de 1509. O autor menciona:

[...] embora os homens costumem ferir a minha reputação e eu saiba muito bem quanto o meu nome soa mal aos ouvidos dos mais tolos, orgulho-me de vos dizer que esta loucura, sim, esta loucura que estais vendo é a única capaz de alegrar os deuses e os mortais. (Rotterdam, 2002, p. 4)

Na história da atenção à saúde mental no Brasil, constam diversos relatos, que reproduzem tristes episódios do que foi chamado o “holocausto brasileiro”¹³. Esses relatos coincidem, de maneira assombrosa, com o ocorrido no Hospital Colônia, fundado em 12/12/1903 na cidade de Barbacena, em Minas Gerais. Inicialmente projetado para atender às pessoas com transtornos mentais, tornou-se um campo de extermínio, onde 60 mil vítimas não resistiram aos maus-tratos.

Utilizando os recursos da metodologia da história oral, recolhemos algumas memórias da assistente social Shinobu Pereira que nos propiciaram um mergulho profundo nessa realidade ao compartilhar sua experiência profissional no maior hospital psiquiátrico do Brasil, o Juquery, que ainda contava com um manicômio judiciário e um pavilhão de menores.

Pode-se dizer que a reconstituição da história pessoal aponta para o desvendamento da história geral do país, portanto, cumpre-se assim o chamado para a revisita desse triste episódio da história nacional. Essa problemática constitui-se um recorte intencional devido às recorrentes ameaças de retorno a um passado sombrio, que ressurge em momentos de impasse civilizacional, em que as profundas contradições ocultas não podem mais ser contidas e ignoradas.

O corpo e a mente são componentes essenciais do processo de trabalho no capital, destinados aos deveres do trabalho e não aos direitos da cidadania.

13. “Em 1930, com a superlotação da unidade, uma história de extermínio começou a ser desenhada. Trinta anos depois, existiam cinco mil pacientes em lugar projetado para 200. Somente em 1980, quando os primeiros ventos da reforma psiquiátrica no Brasil começaram a soprar por lá, é que os gemidos do desengano foram sendo substituídos por alguma esperança. Sessenta mil pessoas perderam a vida no Colônia. As cinco décadas mais dramáticas do país fazem parte do período em que a loucura dos chamados normais dizimou, pelo menos, duas gerações de inocentes em 18.250 dias de horror. Restam hoje menos de 200 sobreviventes dessa tragédia silenciosa.” (Arbex, 2013, p. 24)

O homem torna-se uma mercadoria submetida aos “[...] ‘padrões de qualidade’ estabelecidos; o capital é trabalho morto, que, como um vampiro, vive apenas da sucção de trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais trabalho vivo ele suga”. (Marx, 2017, p. 307)

Desenvolve-se um sistema que seleciona, racionalmente, indivíduos aptos e não aptos a contribuir para o progresso econômico, o tecnológico e o social. Concebe-se, assim, uma estrutura de apartação social que determina qual é o lugar destinado aos “indivíduos não produtivos”¹⁴, sendo as instituições asilares sua máxima expressão.

Em relação à saúde mental no Brasil, Brito e Ventura (2012) evidenciam que a autonomia da assistência às pessoas com transtorno mental é uma criação da República, visto que os primeiros estabelecimentos destinados ao acolhimento de alienados surgiram durante o Segundo Reinado, configurando as Santas Casas de Misericórdia como estruturas asilares primordiais. Nos hospícios fundados nesse período, a presença de médicos era rara; esses espaços eram vistos como casas de reclusão para loucos, e não como hospitais com fins terapêuticos.

Segundo Messas (2008 apud Brito e Ventura, 2012), essa situação somente foi alterada 57 dias após a proclamação da República, com a expedição do Decreto 142, separando o Hospício de Pedro II, que passou a se chamar Hospício Nacional de Alienados, do Hospital da Santa Casa de Misericórdia da capital, adquirindo *status* de independência pública. O mesmo decreto previa a expedição de instruções

14. “A primeira colônia agrícola do Asilo de Alienados do Juquery abria suas portas no ano de 1898, para abrigar os mais diversos tipos de excluídos da sociedade de então: eram 80 pessoas, entre mendigos, marginais, negros e doentes mentais. O nascimento do Juquery inaugura a medicina alienista de aviltamento científico e ocorre num cenário republicano ligado ao mercado, transparecendo a característica higienista do momento que tem como traço o conceito de limpar as ruas, sanear a imagem e o espaço urbanos, tirando da vista tudo que implique estorvo à produção: prostitutas, mendigos, pobres, negros, enfim, grupos de pessoas que não respondiam à produção, representantes de um proletariado degenerado. Os imigrantes passavam por um período de quarentena, chegavam aos milhares, atraídos pelo chamamento de ter terras, conquistar o país. Quando se percebia que algum deles não era aproveitável para a produção, portava problemas físicos ou mentais, ele era convidado a voltar ao seu país de origem. Caso não dispusesse de dinheiro para fazê-lo, poderia ser sumariamente jogado no hospital psiquiátrico, que, assim, se afirma como um espaço asilar de convergência de todos os que eram considerados improdutivos, o que é sinal de uma lógica eugenista. A história é narrada por Isabel Cristina Lopes, psicóloga e fundadora da Associação SOS Saúde Mental, uma ONG que, ao lado de outras entidades integrantes do Movimento Nacional de Luta Antimanicomial, trabalha no desmascaramento das festividades que se vêm promovendo por ocasião do aniversário da instituição.” Disponível em: http://www.crsp.org.br/portal/comunicacao/jornal_crp/113/frames/fr_denuncia.aspx. Acesso em: 3 maio 2020.

para sua administração, que foram aprovadas pelo Decreto 206, criando o serviço de assistência médica e legal de alienados, com o objetivo de socorrer os doentes mentais carentes do auxílio público.

O início do processo de reforma psiquiátrica no Brasil é contemporâneo da eclosão do “movimento sanitário”, nos anos 1970, em favor da mudança dos modelos de atenção e gestão nas práticas de saúde, defesa da saúde coletiva, equidade na oferta de serviços e do protagonismo de trabalhadores e usuários dos serviços de saúde em processos de gestão e produção de tecnologias de cuidado.

Embora contemporâneo, possui uma história própria, inscrita num contexto internacional de mudanças em favor da superação da violência asilar. Fundado no final dos anos 1970, durante a crise do modelo de assistência centrado no hospital psiquiátrico, por um lado, e na eclosão, por outro, dos esforços dos movimentos sociais pelos direitos dos pacientes psiquiátricos, o processo da reforma psiquiátrica brasileira vai além da sanção de novas leis e normas e do conjunto de mudanças nas políticas governamentais e nos serviços de saúde. A reforma psiquiátrica é um processo político e social complexo, composto de atores, instituições e forças de diferentes origens, que incide em territórios diversos, nos governos federal, estadual e municipal, nas universidades, no mercado dos serviços de saúde, nos conselhos profissionais, nas associações de pessoas com transtornos mentais e de seus familiares, nos movimentos sociais, nos territórios do imaginário social e da opinião pública. Compreendida como um conjunto de transformações de práticas, saberes, valores culturais e sociais, é no cotidiano da vida das instituições, dos serviços e das relações interpessoais que o processo da reforma psiquiátrica avança, marcado por impasses, tensões, conflitos e desafios. (Brasil, 2005, p. 6)

A quebra de paradigma do modelo de institucionalização e medicalização das pessoas com transtornos mentais ocorre no bojo da ditadura civil-militar (1964-1985) e, como parte das transformações societárias e políticas ocorridas nesse período, o Sistema Único de Saúde (SUS) dá um salto na área da saúde mental no que se refere à cidadania dessas pessoas, com a promulgação da Lei n. 10.216, de 6 de abril de 2001. Os artigos 1 e 2 versam sobre os direitos e a proteção das pessoas acometidas de transtornos mentais e como devem ocorrer os atendimentos em saúde mental, tendo a centralidade terapêutica redirecionada para os convívios familiar e comunitário, incluindo serviços médicos, de assistência social, psicológicos, ocupacionais, de lazer, acesso ao trabalho e outros.

Segundo o Ministério da Saúde (ibid.), a Rede de Atenção Psicossocial (Raps) rompe com a ótica biomédica e estabelece ampliada compreensão do sofrimento, como propõe a clínica psicossocial:

[...] um novo modelo de atenção em saúde mental, a partir do acesso e a promoção de direitos das pessoas, baseado na convivência dentro da sociedade. Além de mais acessível, a rede ainda tem como objetivo articular ações e serviços de saúde em diferentes níveis de complexidade. Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) nas suas diferentes modalidades são pontos de atenção estratégicos da Raps: serviços de saúde de caráter aberto e comunitário constituídos por equipe multiprofissional e que atua sobre a ótica interdisciplinar e realiza prioritariamente atendimento às pessoas com sofrimento ou transtorno mental, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas, em sua área territorial, seja em situações de crise ou nos processos de reabilitação psicossocial e são substitutivos ao modelo asilar. (Ibid., p. 6)

Contudo, faz-se necessário problematizar os riscos iminentes à continuidade dos serviços públicos de atenção psicossocial conforme preconizados. Como marco inicial dessa instabilidade, cita-se a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, que reduz consideravelmente os investimentos nas políticas públicas pelo período de 20 anos, após ser sancionada pelo ex-presidente Michel Temer (Movimento Democrático Brasileiro – MDB), que assume a Presidência da República após o afastamento definitivo da presidente Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores – PT) em um contexto de golpe parlamentar pseudolegal.

No bojo dos retrocessos políticos advindos da fragilização das bases democráticas nas instituições brasileiras, nos deparamos, no primeiro ano de mandato do presidente Jair Messias Bolsonaro (sem partido), com a emissão da nota técnica n. 11/2019, que apresenta mudanças na Política Nacional de Saúde Mental (PNSM) e nas diretrizes da Política Nacional sobre Drogas (PNAD).

O documento, publicado em fevereiro de 2019, ataca diretamente os avanços conquistados com a reforma psiquiátrica brasileira, referenciada internacionalmente à Organização Mundial da Saúde (OMS) e suas demais instâncias, e que sustentou as ações de cuidado das pessoas com transtornos mentais nos últimos 19 anos, baseando-se no atendimento humanizado e territorializado. Acrescentando que, já no início de 2018, ocorreram também mudanças nas diretrizes da PNAD (Resolução do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas – Conad

01/2018), com o objetivo de promover ações de enfrentamento ao crescente uso de álcool e outras drogas, mas ainda apoiadas em uma perspectiva proibicionista e de ampliação da criminalização dos/as usuários/as.

Evidencia-se o caráter ético-político da reforma psiquiátrica brasileira, e os avanços conquistados são frontalmente atacados nessa nota técnica, ao resgatar modelos de atendimento já superados. Fomenta o discurso da guerra antidrogas; sustenta a expansão das comunidades terapêuticas, muitas com viés de trabalho conservador e religioso; posiciona-se contrária à regulamentação do uso e da comercialização das drogas classificadas como ilícitas, contrapondo-se à política de redução de danos; indica a reabertura de leitos públicos em hospitais psiquiátricos; incentiva a prescrição e aplicação da eletroconvulsoterapia, entre outros retrocessos.

É perceptível como as questões da saúde mental vêm adquirindo centralidade na vida cotidiana, e como as experiências de sofrimento têm se tornado cada vez mais inseparáveis do discurso biomédico. Percebe-se o sucateamento das políticas públicas e a ausência de uma perspectiva emancipatória que ofereça as condições materiais necessárias para o pleno exercício da cidadania das pessoas com transtornos mentais e possibilite às famílias uma convivência saudável com seus entes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: TRAJETÓRIAS DE VIDA QUE IMPORTAM E A CONTRIBUIÇÃO DA HISTÓRIA ORAL

[...] o dom do despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que tampouco os mortos estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer. (Benjamin, 2012, p. 244; grifos nossos)

Ao longo deste artigo, reflete-se sobre o uso da metodologia da história oral como potencialidade para subsidiar o trabalho cotidiano do/a assistente social. No entanto, ao analisar os processos evidenciados no Hospital Psiquiátrico do Juquery, a partir da trajetória de Shinobu Pereira, descortinaram-se conexões históricas construídas na sociabilidade brasileira, no âmbito da saúde mental, ainda muito entranhadas no cotidiano atual, em uma lógica manicomial que insiste em permanecer.

As narrativas trazidas à tona revelam uma estrutura societária mais ampla, baseada na violência de classe, raça e gênero, que também integra historicamente o manicômio e suas práticas. É sabido que o cotidiano profissional é “pleno de alienação”, contudo, a história oral nos convoca a acessar outros contornos e viveres,

para além do que aparece, de forma imediata, como uma narrativa centrada na “doença” e uma visão estigmatizada e tutelar sobre a “loucura”. Isto é, desafia os profissionais a ouvirem os sujeitos com quem atuam, privilegiando as fontes narrativas e os relatos orais de indivíduos singulares e coletivos, considerando a análise histórico-crítica e a perspectiva de totalidade.

A incorporação da história oral na produção do conhecimento ocorre a partir das perspectivas dialética, histórica e crítica. Implica apreender os fatos para além dos aspectos aparentes; desvendar as tramas e determinações sociais, políticas, culturais e econômicas que incidem sobre o real vivido. Implica em reconhecer a centralidade do sujeito e da sua história; em ter flexibilidade para ouvir o outro; em movimentar a troca, a relação e o vínculo, ou seja, o reconhecimento como aponta Martinelli (2019) de que “[...] não há sujeito humano incapaz de refletir sobre sua história [...]”, mesmo que a sociabilidade do capital reforce que não “há um lugar social” para o “louco”.

A narrativa oral possibilita acessar “a trama do real” sob a ótica dos sujeitos que a vivem, conhecer os significados que atribuem às suas experiências, como mantêm suas vidas e as expressões da questão social em seu cotidiano. Trata-se de superar uma ação meramente descritiva e estigmatizada sobre a “loucura” para compreender os significados atribuídos pelos sujeitos às próprias histórias, condições materiais de existência, modos de vida e contradições que enredam e tecem suas trajetórias cotidianas. Isso porque: “[...] pela aproximação das histórias de vida é possível articular experiências concretas e cotidianas dos indivíduos sociais com questões genéricas que envolvem as relações humanas e, assim, compreender as multifaces da questão social”. (Guiraldelli, 2013, p.128)

A metodologia de história oral propicia a ampliação do diálogo teórico com a realidade vivida. Apresenta-se como modo investigativo que não suprime o movimento histórico e se ampara na perspectiva de totalidade, considerando as singularidades dos sujeitos (individuais e coletivos) que vivenciam o conjunto das expressões da questão social e as contradições constitutivas da sociabilidade capitalista.

Portanto, traz aportes significativos para o trabalho profissional das/os assistentes sociais, com a certeza de que há dimensões histórica e social nas narrativas por nós acessadas, que só são alcançadas quando são historicizados os relatos dos sujeitos e evidenciadas as contradições vivenciadas na realidade. Por meio das narrativas orais, o contexto sócio-histórico mais amplo se revela, expondo os determinantes que conformam um modelo societário baseado na discriminação, exploração e opressão, nem sempre evidenciado pela historiografia oficial.

Reconhecemos, aqui, como nos provoca Walter Benjamin na epígrafe que abre as considerações finais deste artigo, a importância de “lembrar” o passado para não incorrer na repetição das mesmas barbáries. Com o desafio e uma postura ético-política de conhecer a história, os sujeitos e seus modos de vida a partir da narrativa, mesmo daqueles classificados como incapazes, inexistentes, nulos, meros números, como bem representada na história do senhor José, nas expressões de resistência presentes na carta elaborada por Messias, que retrata o desejo de um coletivo, ou mesmo na postura “inquieta” de Shinobu Pereira ao valorizar e ouvir de forma atenta os sujeitos e suas histórias.

Há, portanto, uma dimensão ética e política na história oral, que deve ser preservada quando a utilizamos como subsídio para o trabalho profissional, pois, conforme Portelli (2002 apud Martinelli, 2019), “[...] é precisamente um método para contestar, para dizer não à ideologia hegemônica, deixando claro que sempre houve uma participação popular nos acontecimentos históricos” – mas também para descortinar, inquietar, ir além do aparente e das identidades atribuídas. Nossa luta é por “uma sociedade sem manicômios!¹⁵, pela recusa da mercantilização da saúde e da doença, pelo direito a ser e a existir na plural singularidade que a cada um assiste.

REFERÊNCIAS

- ARBEX, D. (2013). *Holocausto brasileiro: vida, genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil*. São Paulo, Geração Editorial.
- BEJAMIN, W. (2012). *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras Escolhidas, v. 1. São Paulo, Brasiliense.
- _____. (2012a). *Rua de mão única*. Obras escolhidas, v. 2. São Paulo, Brasiliense.
- BRASIL (2005). Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Primária, Políticas e Programas Estratégicos (DAPE). Coordenação Geral de Saúde Mental. *Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil*. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. Organização Pan-Americana da Saúde (Opas). Brasília, nov.

15. Um dos princípios da luta antimanicomial contida na Carta de Bauru. Construída e escrita durante o II Congresso de Trabalhadores em Saúde Mental, realizado na cidade de Bauru em dezembro de 1987, representou a fundação de um movimento social que questionava a política manicomial feita até então. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/05/manifesto-de-bauru.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2020.

- BRITO, E.; VENTURA, C. (2012). Evolução dos direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais: uma análise da legislação brasileira. *Revista de Direito Sanitário*, v. 13, n. 2, pp. 41-63. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rdisan/article/view/56228>. Acesso em: 1º abr. 2020.
- CARDOSO, G. F. L. (2017). *(RE) Produção de famílias “incapazes”: paradoxos à convivência familiar de crianças e adolescentes institucionalizadas*. 199p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP),.
- CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS). Disponível em: <https://www.saude.gov.br/noticias/693-acoes-e-programas/41146-centro-de-atencao-psicossocial-caps>. Acesso em: 3 maio 2020.
- CUNHA, M. C. P. (1986). *O espelho do mundo: Juquery a história de um asilo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra
- ENGEL, M. G. (2001). *Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930)*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz.
- FERREIRA, G. (2006). A reforma psiquiátrica no Brasil. *Revista Psicanálise & Barroco*, v. 4, n. 1, jun.
- GUIRALDELLI, R. (2013). O enfoque metodológico da História Oral na pesquisa em Serviço Social. *Emancipação*. Ponta Grossa, v. 13, n. 3, pp. 121-131. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao>. Acesso em: 10 fev. 2020.
- MARTINELLI, M. L. (1999). “O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em serviço” social. In: MARTINELLI, M. L. (org.). *Pesquisa qualitativa: um instigante desafio*. São Paulo, Veras.
- _____. (2011). O serviço social e a consolidação de direitos: desafios contemporâneos. *Revista Serviço Social e Saúde*, Unicamp, v. X, n. 12.
- _____. (2019). “História oral: exercício democrático da palavra”. In: MARTINELLI, M. L. (et al.). *A história oral na pesquisa em Serviço Social: da palavra ao texto*. São Paulo, Cortez.
- MARX, Karl (2017). *O capital: crítica da economia política*. Livro 1: O processo de produção do capital. 2 ed. São Paulo, Boitempo Editorial.
- PORTELLI, A. (1997). O que faz a história oral diferente. *Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História*, n. 14, São Paulo, Educ.
- REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (RAPS). Disponível em: <https://www.saude.gov.br/acoes-e-programas/rede-de-atencao-psicossocial-raps>. Acesso em: 3 maio 2020.

- ROTTERDAM, E. de (2002). *Elogio da loucura*. Tradução Paulo M. Oliveira. Fonte Digital: eBooksBrasil.com,. Disponível em: https://www.cairu.br/biblioteca/arquivos/Filosofia/Elogio_Loucura_Hume.pdf. Acesso em: 12 abr. 2020.
- SILVIA, E. L. F. M. da. (2015). *Do sonho à loucura: portugueses e a doença mental em São Paulo (1929-1939)*. 163p. Dissertação de mestrado em História. São Paulo, Universidade Federal de São Paulo.

A CULTURA DA VIOLÊNCIA: MACHISMO E SEXISMO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Ana Cláudia Vasconcelos Mendes¹

Renato Tadeu Veroneze²

INTRODUÇÃO

Ao pensarmos a metodologia da história oral como uma forma específica do discurso, na qual a “história” registra uma narrativa do passado, e o “oral” como um meio de expressão (Portelli, 2011), percebemos que este procedimento metodológico nos permite registrar fatos, acontecimentos e pessoas, permite aos excluídos e esquecidos reconstruírem suas histórias e registrar suas memórias, entre outras formas do discurso e da linguagem que valorizam a oralidade (Veroneze, 2019).

Ao utilizarmos este procedimento metodológico por meio de entrevistas em pesquisas, muitas vezes nos deparamos com situações ou depoimentos que expressam formas de violência, ódio, denúncias, testemunhos de atos cruéis ou de violação dos direitos e desproteções sociais, principalmente, mas não apenas, daqueles que estão em situação de vulnerabilidade e risco social. Identificamos traços de

-
1. Doutoranda em Serviço Social e mestra em Serviço Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social (PEPGSS) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora na Universidade Anhanguera (UNI-Anhanguera). É pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade (NEPI) da PUC-SP.
 2. Assistente Social e pós-graduado em Educação, Metodologia e Didática do Ensino Superior pelo Centro Universitário da Fundação Educacional Guaxupé. Pós-graduado em Filosofia Contemporânea pela PUC-Minas. Mestre e doutor pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social (PEPGSS) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pós-doutorando pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social (PEPGSS) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Membro do Comitê Científico de Serviço Social do Centro de Investigação de Estudos Transdisciplinares (CET) Latino-Americano da Bolívia e membro do Núcleo de Estudos e Pesquisa Sobre Identidade (NEPI) da PUC-SP.

uma cultura da violência que se constitui e se reformula a partir de ideologias pautadas na acumulação e concentração de riqueza e poder, reproduzindo, na maioria das vezes, padrões de dominação pertencentes ao modelo patriarcal, machista e heteronormativo.

Considerando esses fatores, a construção deste artigo partiu de reflexões sobre a cultura da violência, exteriorizada por meio de reprodução de valores históricos e sociais de uma sociabilidade que evidencia as distinções de classe, gênero, raça e etnia, padrões estes assumidos ao longo da história da formação das sociedades, diretamente relacionados a uma educação que prioriza o papel do “homem” como dominador e “[...] senhor de todas as coisas [...]”. (Nunes, 2002, p. 63)

Assim, para a elaboração deste estudo, partimos de uma pesquisa bibliográfica, na perspectiva histórico-crítica, e de uma pesquisa de campo, embasada pelos fundamentos da metodologia da história oral, por considerar sua relação dialética entre objetividade e subjetividade, fazendo um contraponto entre as formas de violência vivenciadas por mulheres vítimas de violência sexual (Mendes, 2019).

A CULTURA DA VIOLÊNCIA NO CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO BRASILEIRO

Considerando o “sentido da colonização”, o “trabalho escravo” e o “desenvolvimento desigual e combinado”, vetores analisados por Ianni (2004) em seu livro *A ideia de um Brasil moderno*, perceberemos que o Brasil apresenta, ao longo de sua história e tradição cultural, práticas de violências institucionalizadas, que expressam o sentido mais cruel das desigualdades, padrões culturais consuetudinários, desproteções e injustiças sociais. Nada obstante, podemos considerar que a sociedade brasileira está marcada por injustiças e desigualdades sociais geradas, sobretudo, pelo sentido exploratório e mercantilista do capitalismo, pela herança dos padrões socioculturais do patriarcado, por valores sexistas, machistas e heteronormativos, que evidenciam a dicotomia entre classes, raça, etnia e gênero.

Há de considerar o indicativo de que as violências materializadas a partir de processos culturais, ideológicos e sociais se constituem em um complexo processo histórico, fundadas em estruturas sólidas, com objetivos bem definidos por valores de posse, poder ou mesmo preconceitos e discriminações impregnados no cotidiano da vida social.

Nesse sentido, há uma aparente dicotomia entre as expressões de “violências espontâneas” e as “institucionalizadas”³. A primeira surge de um ato geralmente individual e tende a produzir algum tipo de agressão em determinada pessoa ou grupo. Vale marcar que, mesmo sendo realizada de maneira individual, é parte de uma produção e/ou reprodução coletiva, com interferências históricas, culturais e sociais, por exemplo, as violências de gênero. Já a segunda se vale sempre de uma instituição ou repartição para sua efetivação.

A violência, indubitavelmente, não é somente aquela que agride pela brutalidade, por meio de gritos e golpes covardes. Também é aquela que deriva da indiferença, da perseguição sistemática e silenciosa, das expressões verbais pejorativas, dos abusos de toda ordem, da falta de respeito, das manipulações, das condutas perversas e ofensivas, dos preconceitos, das discriminações, das injustiças e desproteções sociais, entre outras formas que desestimulam e condenam a vítima. Estes fenômenos têm sido reproduzidos no Brasil desde o processo de colonização e escravização dos povos originários e negros, e suas implicações são recorrentes nos dias atuais.

As raízes da violência contra a mulher estão firmadas desde o início do processo civilizatório, quando os mitos valoravam a figura do “homem” (macho; forte) superior à da “mulher” (fêmea; fraca). Tomemos, por exemplo, os estudos sobre sexualidade de César Aparecido Nunes (2002) ao apontar para o surgimento do “mundo patriarcal”, ou seja, da dominação do “homem” sobre a “mulher”, que, segundo o autor, têm suas origens firmadas por volta do oitavo milênio a.C., no Oriente Médio, ou mesmo os estudos de Engels (1976) ao apontar a acumulação e a propriedade na definição dos papéis de gênero e divisão sexual do trabalho.

A Bíblia, por exemplo, nos traz relatos e exemplos das experiências do povo hebreu e do mito da criação descrito no livro do Gênesis. Este já apresenta política sexual e ideologia machista/sexista ao dizer que Deus criou a “mulher” da costela de Adão, um símbolo da dependência e submissão perante o “homem”, nomeando-o “[...] senhor de todas as coisas [...]”. (Nunes, 2004, p. 63)

De acordo com Nunes (2004, p. 63) “[...] a ideologia religiosa inverte a realidade, pois é o homem que ‘sai’ da mulher e não esta que ‘sai’ do homem, como relata o mito adâmico”. Se analisarmos cuidadosamente as *Sagradas escrituras*, perceberemos muitos exemplos de um mundo descrito sob a ótica machista, sexista

3. Violência institucionalizada: prática de torturas por parte de membros de prestadoras de serviços públicos ou privados – como hospitais, delegacias, escolas, instituições – principalmente perpetrada por agentes intolerantes ou mesmo pela intolerância social, cultural ou religiosa. Utiliza-se de ameaças, torturas, agressões para impor poder ou reparar algum dano.

e patriarcal. Para os hebreus “[...] a mulher era um ‘ser inferior’ ao homem, não podendo participar ativamente da religião a não ser sob a obediência do marido. A adúltera era apedrejada e a menstruação era tida como impureza. A mulher era discriminada e semi-escravizada [sic] pelo marido, pai ou senhor” (ibid.). Tal pensamento ideológico é impregnado na cultura judaico-cristã e reproduzido até os dias de hoje.

Esta mentalidade também estava exposta na Grécia Antiga. Conforme Nunes (2004, p. 73), “[...] com o mito da complementaridade ‘natural’ entre os sexos, Aristóteles justifica e legitima a forma patriarcal do domínio da mulher e as estruturas básicas de sustentação da aristocracia grega”. Tais valores e crenças são reproduzidos ao longo da história da humanidade e estão firmados na cultura dos povos.

Atualmente, as expressões de violência têm sido inscritas na vida cotidiana como uma realidade tratada com parcimônia e, na maioria das vezes, sendo naturalizada. Sua ressonância e repercussão se manifestam no discurso de ódio que impera no país nos últimos anos, numa dimensão assustadora, e ultrapassa o ódio de classe.

Definir violência não é tarefa fácil, tendo em vista os vários conceitos e formas por meio dos quais se exterioriza e se expressa. Do ponto de vista dos direitos humanos, a violência é compreendida como toda forma de violação dos direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais dos indivíduos sociais. Podemos, ainda, defini-la como qualquer tipo de agressão, imposição ou esforço que cause um grau significativo de dor e/ou sofrimento físico, psicológico ou moral a alguém (Williams, 2007) – ou mesmo condições de guerra, atos violentos, expressão de ódio, agressões físicas. Enfim, em seu sentido *latto*, “[...] tudo o que obriga um *partner* [parceiro/a; par] a aceitar coisas que não quer aceitar [...]” (Heller, 1982, p. 188), assumindo também uma “cobertura ideológica” (idem, p. 184), como o terrorismo ou as práticas de dominação entre desiguais, o que caracteriza um tipo de “violência institucionalizada”.

Nesse sentido, as expressões de violência ganham dimensão cultural, entendendo a cultura, em sua abordagem antropológica, como a expressão da totalidade dos modos de vida dos grupos humanos, que se identificam em termos de suas linguagens, meio ambiente, crenças, mitos, religiosidade e modo de ser. Para Williams (2007), a cultura nos remete ao ato ou efeito de cultivar algo, um ato concreto, real, de labuta e trabalho, um ato de cuidado de alguém para alguma coisa ou pessoa. Sua etimologia está diretamente ligada ao ato de cultivar a terra, na terra e da

terra. Por isso, nos tempos atuais, quando alguém fala ou cita o termo cultura, nos remete automaticamente à arte, à educação, a alguma coisa que envolve o processo de criação, representação e de tradição.

Entretanto, se olharmos para a cultura como ato ou efeito de cultivar algo, verificaremos que podemos tanto cultivar atos e efeitos bons (ou positivos) ou ruins (negativos). Se olharmos para a nossa história, verificaremos que a nossa cultura é fruto da dominação e exploração de um povo dominante sobre outro (os dominados). O exemplo clássico desse tipo de violência é a europeização dos indígenas do continente americano.

Nesse sentido, partimos da compreensão de cultura como processos social do desenvolvimento civilizatório, material e espiritual humano, de modo a reconhecer as formas particulares do desenvolvimento intelectual, espiritual e estético de um povo, período, grupo, nação ou humanidade em geral (Williams, 2007).

A cultura brasileira é miscigenada, isto é, fruto de vários povos. Ianni (2004) nos esclarece que foi o trabalho escravo que compôs a organização da sociedade colonial e imperial brasileira, o qual, segundo Iamamoto (2004), marca profundamente o nosso passado histórico e é fator determinante da “questão social” e da organização do trabalho, da vida social, econômica, política e cultural do país.

Para Ianni (2004, pp. 57-58):

Os séculos de trabalho escravizado produziram todo um universo de valores, padrões, ideias, doutrinas, modos de ser, pensar e agir. Na Colônia e no Império nem tudo era diretamente baseado no regime de trabalho escravo, mas esse regime influenciava bastante o conjunto da sociedade. O que não era escravista estava adjetivo, dependente, referido, influenciado – ou permanecia à parte. O “norte” da sociedade e do poder, da economia e política da cultura e ideologia estava assinalado pelo escravismo.

Em meio ao trabalho escravo, é importante destacar a existência de homens e mulheres livres e pobres, ligados à estrutura agrária arcaica e à vida urbana nacional, vinculada ao imperialismo colonizador e às formas tradicionais dos poderes econômico e político. De acordo com Franco (1997), a produção mercantil, no século XV, implicou na exploração de uma massa de trabalhadores livres e pobres, extensão dos braços, muitas vezes, dos seus senhores. A escravidão representava a “[...] possibilidade de mobilizar mão-de-obra [sic] e fornecer os contingentes adicionais necessários [...]” (idem, p. 10) para a produção, principalmente nos processos básicos de fabricação de açúcar e, mais tarde, nas lavouras de café, algodão e tabaco.

Para Franco (1997, p. 11): “[...] a produção e o consumo diretos encontraram sua razão de ser na atividade mercantil, como meio que se definiu juntamente com a extensão das terras apropriadas, as técnicas rudimentares, a escravidão”. Assim, a organização do trabalho que se desenvolveu na grande propriedade fundiária conciliou “[...] dois princípios reguladores da atividade econômica que são essencialmente opostos: produção direta de meios de vida e produção de mercadorias” (ibid.).

Essa organização do trabalho culminou com expressões e relações antagônicas entre seus representantes: de um lado estavam os “senhores”, latifundiários capitalistas que detinham o poder, os meios de produção e o capital; do outro, os negros, que trabalhavam em regime escravista e eram explorados pelos seus “senhores”, e, ainda, homens e mulheres livres, que incorporavam a opressão e exploração de seus “senhores” sob os escravos na maioria das vezes, sendo também excluídos e marginalizados, gerando formas de preconceito e discriminações entre classes.

A monocultura, altamente rendosa, determinou os rumos da economia e da divisão social do trabalho no Brasil, promovendo um incipiente movimento de diferenciação, de exclusão e integração. Sertanejos, viajantes, mascates, capatazes, entre outros, marcaram o cenário rural. Nos centros urbanos, escriturários, artesãos, funcionários públicos, vendedores ambulantes, comerciantes, entre outros, compuseram a população dos homens e mulheres brancos e mestiços, livres e pobres, retrato “direto e vivo” da composição populacional da Colônia, do Império e da República. Obviamente, não podemos deixar de citar o poder clerical, que também compunha a formação social das cidades brasileiras.

Franco (1997, p. 13) aponta:

[...] a partir dos séculos XV e XVI, quando a escravidão aparece suportando um estilo de produção vinculado ao sistema capitalista, o escravo surgiu redefinido como categoria puramente econômica, assim integrando-se como mercadoria de troca às sociedades coloniais [...].

O negro não era visto como mão de obra, como indivíduo social, mas como coisa, como mercadoria.

De acordo com Ianni (2004, p. 59):

Boa parte da cultura, em seus valores, padrões, ideias, doutrinas, explicações, ideologias, ficou vincada por essa determinação essencial. As relações e estruturas fortemente marcadas pelas linhas de casta influenciaram também o pensamento, o imaginário de senhores, fazendeiros, comerciantes,

governantes, militares, bispos, populares, escritores. Acontece que há sempre alguma contemporaneidade entre as formas de pensamento e as de ser, os modos de vida e trabalho e os de pensar, sentir e agir.

É inegável, atualmente, a violência que recai sobre a população negra no Brasil. A marginalização e discriminação aos mais vulneráveis é visível principalmente nas periferias brasileiras, onde, em sua grande maioria, negros e pobres são culpabilizados, criminalizados, violentados ou mesmo exterminados, deixando explícita a opressão, o preconceito e a discriminação social a determinados grupos sociais.

Gorender (2010) apresenta a escravidão como categoria que reside na condição de “propriedade” de outro ser humano para a produção de bens e serviços. O escravo é um instrumento vivo que está sujeito ao seu senhor. Sua condição de vida é desapropriada arbitrariamente pelo senhor, a quem pertence. Passou a ser mercadoria altamente rendável aos interesses mercantilistas, de modo que a propriedade se sujeita ao proprietário.

Em sua condição de propriedade e mercadoria, passa a ser considerado uma coisa (ou mercadoria), um bem objetivo, o que descaracteriza sua condição de humano. Seu corpo, sua força de trabalho e suas aptidões tornam-se propriedade. Sua identidade é impregnada pela contradição manifestada na forma de ser coisa e ser humano, coisificando-se na cultura social como instrumento servil, animal de trabalho, muitas vezes comparado à condição de asno, quadrúpede doméstico, seres “[...] sem fé, sem rei e sem lei” (Chauí, 2000, p. 14).

A sociedade escravista deixou cicatrizes de uma estrutura hierárquica determinada pela situação de subordinação, na qual um superior manda e o inferior obedece, várias vezes reproduzindo o “mito da criação”. As características de subalternidade e inferioridade, impregnadas no Brasil à identidade dos negros e índios, se expressam em atitudes discriminatórias e preconceituosas direcionadas a esta população, que, em grande maioria, é subalternizada e marginalizada.

Segundo com Chauí (ibid., pp. 87-88):

As diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação mando-obediência. O outro jamais é reconhecido como sujeito nem como sujeito de direito, jamais é reconhecido como subjetividade nem como alteridade. As relações entre os que se julgam iguais são de “parentesco”, isto é, de cumplicidade ou de compadrio; e entre os que são vistos como desiguais o relacionamento assume a forma do favor, da clientela, da tutela ou da cooptação. Enfim, quando a desigualdade é muito marcada, a relação social assume a forma nua de opressão física e/ou psíquica. A divisão

social das classes é naturalizada por um conjunto de práticas que ocultam a determinação histórica ou material da exploração, da discriminação e da dominação, e que, imaginariamente, estrutura a sociedade sob o signo da nação una e indivisa, sobreposta como um manto protetor que recobre as divisões reais que a constituem.

Ao longo da história, o autoritarismo e o poder de dominação se impuseram como poderes político e social, que se reproduzem, sobremaneira, no Estado burguês e nas relações sociais. Essa fratura pela matriz senhorial da Colônia, do Império e da República é alargada pela divisão social de classes antagônicas, raça, e gênero que, em grande medida, naturalizam as desigualdades sociais postas pela inferioridade às mulheres, negros, índios, imigrantes, trabalhadores pobres. Diferenças de gênero, crenças, opiniões, raça, condição sexual e etnias permitem a naturalização de todas as formas invisíveis e visíveis de violência, causadas, sobretudo, pela cultura da opressão, do preconceito e da discriminação das minorias subalternizadas.

Contudo, a rebeldia das classes subalternizadas gerou um fenômeno muito presente na sociedade atual: a hostilidade destas em relação a seus senhores, dominadores. Fenômeno este que transcende o relacionamento entre senhor e homens e mulheres livres, entre crime e castigo, entre delito e penas, entre vida e morte.

Não vamos entrar no mérito desta questão por não ser objeto deste artigo, porém, “[...] embora a legislação positiva portuguesa e brasileira nunca tivesse admitido o direito de vida e morte sobre o escravo, os senhores e feitores assassinos de escravos sequer eram incomodados no Brasil colonial” (Gorender, 2010, p. 97). Tal fator gerou um clima de impunidade aos infratores e agressores, senhores do mando, em relação a seus subordinados.

Do ponto de vista formal, “trabalho” e “castigo” se constituíram como termos indissociáveis no sistema escravocrata. O trabalho assumiu a condição de castigo, submissão e dominação, não incorporando a forma humanizadora. De acordo com Gorender (2010, p. 99):

[...] o escravo exterioriza sua revolta mais embrionária e indefinida na resistência passiva ao trabalho para o senhor. O que, aos olhos deste último, aparece como vício ou intolerância inata. Daí se tornaram indispensável a ameaça permanente do castigo e sua execução exemplar, conforme o arbítrio do senhor.

Arbitrariamente, isso dava o direito “privado” de castigar fisicamente o escravo, levando, muitas vezes, à morte. Desse modo, o castigo e a vigilância são levados à condição de necessidade, justificada tanto para os homens quanto para as mulheres.

Apesar da abolição da escravatura ocorrer em 1888, a população negra foi deixada à própria sorte, sem amparo do Estado, sem formação, na maioria das vezes sem possibilidade de ascensão social, sem trabalho, sem condições mínimas de sobrevivência. Além disso, a política de imigração decretada pelo governo deu prioridade aos imigrantes para se incorporarem à massa de trabalhadores assalariados, em detrimento dos negros, que se sujeitavam a trabalhos subumanos e degradantes para sobreviver, pois, culturalmente, não se acreditava fossem qualificados para exercer outro tipo de trabalho que não o emprego da força física ou, no caso das mulheres, favores sexuais e domésticos.

A “questão racial” no Brasil não só perpassa pelos agravantes da “questão social”, mas cria uma ideologia racista assentada no processo de desenvolvimento e organização da classe trabalhadora. A cor da pele está implicitamente relacionada a desigualdades socioeconômicas e raciais. Por isso, pensar a “questão social” brasileira sem passar pela sua particularidade mais marcante é desconsiderar sua processualidade sócio-histórica e seu passado recente.

A CULTURA DA VIOLÊNCIA NA DINÂMICA DA VIDA COTIDIANA

Pensar a cultura da violência introjetada no cotidiano da vida das pessoas não é tarefa simples. Exige cuidados para não cairmos em juízos preconceituosos e ultrageneralizações. Para fundamentar as reflexões sobre a “cultura da violência”, consideramos relevante partir da história de uma jovem acompanhada pelo Serviço de Proteção Social à Crianças e ao Adolescente Vítimas de Violência (SPVV), analisada na dissertação de Mendes (2019), sob orientação de professora doutora Maria Lúcia Martinelli. Escolhemos, para esta discussão, o depoimento de Milena, uma das entrevistadas, por tratar-se de um caso que reflete implicações gerais sobre a violência sexual, a expressão da cultura machista, sexista, racista e heteronormativa, não desprezando seu recorte de classe e gênero.

Milena traça um caminho de resistência em face da diversidade de violações que objetivaram minar sua potência de vida. Os fragmentos de sua história, apurados pela oralidade, apresentaram as marcas objetivas e subjetivas de um universo de

situações conflitantes e desafiadoras que, assim como ela, outras mulheres nas mesmas condições, ou seja, negras, pobres e da “periferia”, vivenciam desde os primeiros anos da infância, revelando uma problemática que está longe de ser superada. Tais características são recorrentes em outros casos investigados.

A narrativa de Milena expõe uma longa trajetória de situações de violência e violações vivenciadas por ela e sua mãe. Revela também a condição de sofrimento e precariedade da vida ao impor desafios para a sobrevivência de quem habita esses territórios e, frequentemente, não dispõe de recursos para sair dessa condição ou sequer encontra apoio por meios legais e institucionais para o enfrentamento e superação da condição de escassez e exposição a inúmeras violações.

Mendes (2019) aponta que um dos primeiros contatos de Milena com expressões de violências ocorreram nos primeiros anos de sua vida: a falta de comida e moradia segura. Ela e sua família moravam em um barraco de madeira, com um cômodo, à beira de um córrego. Como a situação era difícil, a mãe passava muito tempo buscando trabalho. “*O ambiente da casa era ruim*” (ibid., p. 54), diz Milena. Logo, parecia melhor permanecer o maior tempo possível na rua ou na casa de vizinhos, onde, ao menos, conseguia matar sua fome.

Além disso, à medida que crescia, a presença do padrasto tornava-se cada vez mais ameaçadora, tanto física como pelos olhares em relação ao seu corpo, que ela já percebia. Por ser muito nova, sem possibilidades de defesa, Milena ficava exposta a um ambiente que hoje identifica como *não protetivo* (ibid., p. 55), bastante conflituoso e violento, agravado pela situação de pobreza e fome. A rua passou a ser um local de outras possibilidades e vivências para sanar carências e necessidades primárias, algo que enfatizava ser comum para muitas crianças que enfrentavam a mesma realidade.

Para elas, o “lugar social favela” configurava-se como território de aprendizagem, forçada à sobrevivência na prática, assim como um espaço de interatividade e desenvolvimento considerado “sadio”, pois o espaço lhes oferecia possibilidades para amenizar suas carências e necessidades materiais, sociais e afetivas. Nele Milena experimentou drogas pela primeira vez: maconha, cocaína, entre outras. Mesmo sem dinheiro, o acesso às drogas se dava por diversas formas. No caso das meninas, o corpo era o principal instrumento de troca.

Alguns anos mais tarde, no início da adolescência, disse que seu corpo chamava bastante atenção, por ser mais desenvolvido em relação ao das outras garotas da sua idade, gerando elogios por parte dos adultos e, algumas vezes, até assédios. Como uma menina que vive em uma sociedade machista, sexista e heteronormativa, é condição *sine qua non* que seu corpo seja alvo de desejo e investidas

masculinas, independentemente da relação de parentesco ou idade. Esta cultura, impregnada no comportamento social masculino, tende a naturalizar as situações de assédio e abuso sexual. Entretanto, ao mesmo tempo, era um corpo que também expressa preconceitos e discriminações devido ao cabelo, à cor da pele e às roupas que usava.

De acordo com Davis (2016, p. 181):

O abuso sexual de mulheres negras, é óbvio, nem sempre se manifesta na forma de uma violência tão aberta e pública. Há o drama diário do racismo representado pelos incontáveis e anônimos enfrentamentos entre as mulheres negras e seus abusadores brancos – homens convencidos de que seus atos são naturais. Essas agressões têm sido sancionadas por políticos, intelectuais e jornalistas, bem como por literatos que com frequência retratam as mulheres negras como promíscuas e imorais.

Milena conta que era responsabilizada pelas investidas dos “homens”. Aponta que o próprio padrasto se insinuava, mostrando o pênis e exigindo que ficasse nua, tentando persuadi-la consecutivas vezes com investidas sexuais e agressões físicas constantes – comportamentos que expressam nitidamente os valores de uma “cultura do falo” –, alegando depois que estava sob efeito do álcool.

Na tentativa de escapar das investidas do padrasto, buscou a ajuda do pai biológico, Antônio. Ele manifestou que tinha saudades e desejo de reencontrá-la. Ela, por sua vez, alegava que a situação estava difícil. Então, o pai lhe promete uma vida melhor e a convida para morar com ele e sua esposa no interior do Estado da Bahia, o que a faz se organizar rapidamente e partir, pois até o dinheiro da passagem de avião ele havia enviado.

No entanto, ao chegar à casa de seu pai, percebeu que ele mantinha relação conjugal violenta com a atual esposa, Samara, e mantinha abertamente relações sexuais com várias mulheres na presença da esposa e da filha. Nesse novo cenário, que lhe trouxe recordações do ambiente anterior, Milena era tratada como mais uma das mulheres que frequentavam a casa, sendo obrigada a realizar tarefas domésticas, além de sofrer agressões verbais, físicas e sexuais.

Samara, a esposa de Antônio, torna-se uma importante aliada de Milena. As duas se fortalecem e buscam resistir para sair da condição na qual se viam amarradas, principalmente por não terem meios de se sustentar economicamente. De acordo com Davis (2016, p. 20), um dos fatores determinantes no capitalismo é encorajar “[...] homens que detêm poder econômico e político a se tornarem agentes cotidianos da exploração sexual”.

O pai de Milena utilizava a condição de ser o único provedor para manter Milena e Samara em situações de violência, que impunha, encorajado pelo sistema cultural e econômico opressor, que vê nesses processos a possibilidade de estruturar um novo modelo societário, pautado essencialmente em diferenças de gênero, raça e classe. O impacto de todo esse processo foi devastador para Milena, contudo, observou-se uma força em sua narrativa, força de quem resistiu e sobreviveu às tentativas de dominação do seu corpo e da sua mente. Ela disse: “*Eu tinha medo, não sabia do que, até que fui crescendo e descobri*” (Mendes, 2019, p. 57).

A todo tempo, os fragmentos de memória trazidos por ela traduzem a historicidade e a complexidade de uma rede de relações e interesses atravessada pela dinâmica societária erigida sobre as bases de uma cultura da violência, na qual modelos de masculinidade e feminilidade, assim como as relações étnico-raciais, foram forjados com propósitos de dominação, exploração e degradação das relações sociais, de modo a minar qualquer possibilidade de resistência – e, aqui, vale enfatizar que é a própria vida de Milena.

Apropriar-se do entendimento dessa construção histórica é fundamental para perceber que estamos fadados a reproduzir e atualizar essas marcas da cultura da violência no nosso cotidiano. Ao mesmo tempo, nos tornamos coautores de violações como as que Milena vivenciou, pois seu processo de reprodução envolve relações sociais das quais fazemos parte. A culpabilização da “vítima” ou do “agressor”, nesse sentido, em nada contribuiria para a superação do processo de produção e reprodução dessas violências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a formação do Brasil, o legado histórico da escravidão, do racismo, do sexismo, da diferenciação entre os indivíduos, devido à raça, etnia, gênero e classe, apresenta as bases em que a violência sexual se sustenta, como fonte desagregadora da potência revolucionária. Milena, reconhecendo-se sempre como mulher negra, representa mais do que um indivíduo: é também um “constructo social”.

Sua história não é única, pois se entende que a história de uma pode ser a história de muitas meninas, jovens e mulheres adultas negras em situação de pobreza, moradores em periferias, atingidas ainda mais devido do fenótipo, vivenciando as mesmas violências de suas antepassadas, de suas ancestrais. Isso não quer dizer que a situação de pobreza seja determinante para a reprodução da violência sexual, pois, como já explicitado, é fruto de relações sociais e culturais firmadas pelas instituições fundantes ao longo do desenvolvimento das sociedades.

Realizar qualquer discussão sobre violências racial e sexual, entre outras formas, assim como pensar em intervenções sem considerar o arcabouço de interesses socioeconômicos, políticos e culturais nos quais se constituem, é individualizar a questão e corresponsabilizar apenas uma ou duas pessoas pela violência vivida, incorrendo na grave falha de não implicar toda a sociedade na produção e reprodução de elementos que colaboram para a manutenção dessas formas de violência.

REFERÊNCIAS

- CHAUÍ, Marilena (2000). *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. 9 ed. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.
- DAVIS, Angela Yvonne. *Mulheres, raça e classe*. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo, Boitempo Editorial.
- ENGELS, Friedrich (1976). *A origem da família, da propriedade e do Estado*. Tradução H. Chaves, 3 ed. Lisboa/São Paulo Presença/ Martins Fontes.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho (1997). *Homens livres na ordem escravocrata*. 4 ed. São Paulo, Editora Unesp.
- GORENDER, Jacob (2010). *O escravismo colonial*. 4 ed. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.
- HELLER, Agnes (1982). *Para mudar a vida: felicidade, liberdade e democracia – entrevista a Ferdinando Adornato*. Tradução Carlos Nelson Coutinho. São Paulo, Editora Brasiliense.
- IAMAMOTO, Marilda Villela (2004). *Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos*. São Paulo: Cortez Editora.
- IANNI, Octavio (2004). *A ideia do Brasil moderno*. São Paulo, Editora Brasiliense.
- MENDES, Ana Claudia Vasconcelos (2019). *Produção e reprodução da violência sexual: Uma perspectiva do serviço social*. Dissertação de mestrado em Serviço Social. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- _____. (2019). “A violência sexual como elemento da cultura e das sociabilidades; sua produção e reprodução”. In: MARTINELLI, Maria Lúcia et al. (orgs.). *A história oral na pesquisa em Serviço Social: da palavra ao texto*. São Paulo, Cortez Editora, pp. 319-341.
- NUNES, César Aparecido (2002). *Desvendando a sexualidade*. 4 ed. Campinas, Papirus.
- PORTELLI, Alessandro (2011). Entrevista com Alessandro Portelli. *Revista Historiar* - Universidade Estadual Vale do Acaraú, v. 4, n. 4, jan./jun. Disponível em: http://www.uvanet.br/hist/janjun2011/alessandro_portelli.pdf. Acesso em: 25 jun. 2017.

- VERONEZE, Renato Tadeu (2018). *Liberdade ainda que tardia: Agnes Heller e a teoria das "necessidades radicais" frente à devassa da devassa brasileira*. Tese de doutoramento em Serviço Social. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- VERONEZE, Renato Tadeu (2019). "A magia de narrar: a arte de tecer, dialogar e contar histórias". In: MARTINELLI, Maria Lúcia et al. (orgs.). *A história oral na pesquisa em Serviço Social: da palavra ao texto*. São Paulo, Cortez Editora, pp. 147-175.
- WILLIAMS, Raymond (2007). *Palavras-Chave: um vocábulo de cultura e sociedade*. Tradução Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo, Boitempo Editorial.

SOCIABILIDADES¹ E TERRITÓRIOS²: BOLIVIANOS EM SÃO PAULO

Thais Felipe Silva dos Santos³

André Katsuyoshi Misaka⁴

Gilcélia Lima da Silva Reis⁵

INTRODUÇÃO

Neste artigo, refletiremos sobre alguns elementos que consideramos indispensáveis para a intervenção com a população diaspórica, sem pretensão de finalizar a questão, mas de pontuar aspectos que possam contribuir para as análises que balizam a atuação profissional da/o assistente social com esse contingente populacional.

-
1. Baseado na dissertação intitulada A travestilidade e a transexualidade: o serviço social e a perícia de retificação de nome e sexo, de autoria de Thais Felipe Silva dos Santos, apresentada no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2020.
 2. Baseado na dissertação intitulada “Eu sou andina! As faces e contrafaces da mulher boliviana na Praça/Feira da Kantuta, de autoria de André Katsuyoshi Misaka, apresentada no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2020.
 3. Assistente social do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP). Mestra e doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social (PEPGSS) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade (NEPI) da PUC-SP.
 4. Assistente social da Prefeitura de São Paulo – São Paulo/SP. Mestre e doutorando em Serviço Social pelo Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social (PEPGSS) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). É pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade (NEPI) da PUC-SP.
 5. Assistente social, mestra e doutoranda pelo Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social (PEPGSS) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Debruçar-se sobre sujeitos emigrados significa refletir sobre histórias de vida, laços familiares, pertencimento, identidade, modo de produção capitalista, venda da força de trabalho, relações sociais, rompimentos e muitas outras dimensões que atravessam o ser social, de forma muitas vezes violenta, que se vê forçado a deixar seu local de origem por razões diversas.

Ante um cenário pleno de determinações, nosso objetivo não é aprofundar cada uma dessas categorias, mas entendê-las nas vivências da população emigrada, especialmente o território e a sociabilidade, categorias de análise que poderão povoar as pesquisas em serviço social.

As tramas urbanas e a ocupação dos seus espaços podem ser um maravilhoso desafio dos processos de pesquisa, a fim de ampliar o olhar, agregar sentidos e significados às pesquisas para fazer avançar o conhecimento.

Martinelli (2019, p. 33) pontua:

Relacionar vidas individuais e história constitui-se em um grande desafio do pesquisador. É uma relação que tem a configuração de um mosaico, no qual cada peça tem o seu significado, pois ali se articulam acontecimentos passados, lembranças narradas e vidas presentes.

A aproximação com os seres sociais traz à baila as estratégias traçadas para enfrentamento do cotidiano, o que permite reconstruir a história a partir das narrativas dos sujeitos, conforme aponta Lima (2018, p. 39): “[...] o que se pretende é conhecer visões e histórias de um evento ou uma realidade, o que nos leva à aproximação [...] da experiência compartilhada pela narrativa”.

Para Baptista e Battini (2009), a/o assistente social trabalha com o movimento teoria-prática e, nessa forma de trabalho, a pesquisa, a investigação possibilita a apreensão da realidade como concreto pensado e a aproximação das estratégias que os sujeitos traçam para converter territórios e sociabilidades em espaços de resistência.

OCUPAÇÕES ESPACIAIS URBANAS: A FEIRA DA KANTUTA

Segundo Diniz (2012), refletir sobre o território abrange pensar sobre as relações sociais que se estabelecem nesse espaço. Tomemos como exemplo a Praça da

Kantuta⁶, que abriga, aos domingos, a feira da Kantuta. O local não pode ser reduzido formalmente, como sendo mero logradouro público. Trata-se de um ponto de encontro dos povos andinos, com predominância de bolivianos, onde ocorrem manifestações culturais afetas às tradições da Bolívia, como alimentos e danças típicos, artesanato, tapeçaria, instrumentos musicais, vasos, lã de lhama e outros aspectos da cultura andina⁷. Portanto, o espaço dessa praça reúne uma infinidade de relações que suplantam o pensar somente sobre a geografia. Tem-se a sociabilidade como fator primordial para se compreender o quê ou quem abrilhanta e dá o tom na Kantuta: os seres sociais.

No exercício de aproximação com a categoria território, Koga (2011, p. 33) ensina:

O território também representa o chão do exercício da cidadania, pois cidadania significa vida ativa no território, onde se concretizam as relações sociais, as relações de vizinhança e solidariedade, as relações de poder. É no território que as desigualdades sociais tornam-se [sic] evidentes entre os cidadãos, as condições de vida entre moradores de uma mesma cidade mostram-se diferenciadas, a presença / ausência dos serviços públicos se faz sentir e a qualidade destes mesmos serviços apresentam-se desiguais.

Num conjunto riquíssimo de construção teórica, a autora (2011) traz para a roda de discussões o grandioso desafio de desvendar as nuances que compõem o território, como a cidadania, a solidariedade, as relações de poder, a presença/ ausência do Estado, entre outras, que demarcam a vida cotidiana dos sujeitos. Por isso, nada melhor do que se utilizar do “olhar de lupa”⁸ e passar a enxergar em detalhes esse complexo todo.

-
6. Espaço de sociabilidade paulistano situado no distrito do Pari, bairro Canindé, em São Paulo (SP), cuja nomenclatura adveio da luta e resistência do migrante boliviano para a ocupação territorial, destinando-o à manifestação cultural, e também para a demonstração de luta pelo firmamento da cultura latino-americana, mais precisamente a dos povos andinos.
 7. A cultura andina advém do exercício dominical da presença do migrante boliviano na praça e feira da Kantuta, onde se vê a demonstração cultural da dança, comidas típicas, da oralidade contida nos diálogos entre os/as bolivianos/as e os/as visitantes deste espaço de sociabilidade. Compreendemos que tais expressões de sociabilidade e cultura se conectam às demais elaborações do texto, elevando o sentido e a interpretação das principais categorias discutidas, quais sejam a sociabilidade e o território.
 8. Essa elaboração criativa advém da professora Dirce Harue Ueno Koga, a qual foi muito utilizada nas aulas ministradas por ela na disciplina “Construção do conhecimento em serviço social” (módulos I e II) em 2017 e 2018. Ressalta-se que tal disciplina compõe a organização curricular do Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da PUC-SP.

Em uma análise de chofre, essas relações sociais nas cenas do cotidiano poderiam ser avaliadas como tradicionais, como continuidade dos fatores sociais, culturais e expressões de arte dos povos reunidos em outro espaço geográfico. Entretanto, por meio das potências da crítica, podemos analisá-las como sujeitos coletivos que se organizam em ato de resistência frente à cultura local, um modo de manter os laços e as tradições com e do território de origem. São sujeitos em disputas simbólicas para manter o vínculo e a sociabilidade com o espaço territorial denominado como nação, que lhes conferiu muito mais que pertencimento geográfico, mas marcadores sociais que compõem sua identidade. Esses marcadores podem se expressar com mais vigor nos fins de semana na praça da Kantuta.

Silva demarcou, de maneira expressiva, dados elementares sobre a feira da Kantuta, na praça de mesmo nome:

Além da Feira da Madrugada, tem a Feira da Kantuta, localizada no bairro do Pari, região central do município de São Paulo, que representa uma das características da imigração boliviana: a mobilidade. Essa feira acontece, com permissão da Prefeitura, desde junho de 2002, aos domingos, na Praça da Kantuta, depois da expulsão dos imigrantes da Praça São Bento motivada por um abaixo-assinado, organizado pelos moradores do bairro. Hoje, a feira da Kantuta é o ponto de encontro obrigatório para quem é boliviano e trabalha no ramo da costura. Esse espaço propicia também relembrar de seu país pela presença de diversas barracas de comidas, roupas, especiarias, CDs e DVDs e manifestações culturais com danças e festas típicas. (Silva, 2012, p. 73)

Segundo Ianni (2004), a diáspora é um processo dificultoso de “abandono” das potências territoriais do país de origem para a reconfiguração da própria vida em terras distantes. Especificamente em decorrência do contexto econômico boliviano (Silva, 2012), os trabalhadores são compelidos ao movimento migratório em busca de novas esperanças de vida no Brasil.

Nas manifestações culturais do povo imigrante, que ocupa semanalmente a praça da Kantuta, podemos considerar a presença massiva da força da arte, das manifestações de sobrevivência que compõem a criatividade cotidiana (Arruda, 2017).

Para Campos (2013, p. 60):

Os imigrantes sempre desejam o retorno. Os refugiados de todo o mundo agarram-se à própria história para não desaparecerem. Todos reinventam suas memórias para suprir as demandas decorrentes da necessidade de origem e superação das contradições.

A tradição, neste caso, pode ser uma luta contra a assimilação no espaço em que foram obrigados a se inserir por necessidade.

No território, as manifestações histórico-culturais são agentes da tradição, transformação e resistência. O/a pesquisador/a que se dispõe a aproximar-se desse lugar geográfico precisa estar atento a essas nuances. Aqui reside um dos mais instigantes desafios da pesquisa em serviço social no território: desvendar o significado embutido nas manifestações culturais que se apresentam para além do espaço geográfico.

Via “olhar de lupa”, adentrar num espaço representativo e social que se pode considerar de extrema força e “poder” nos serão apresentados vários desafios. A tríplice aliança para o conhecimento e o exercício profissional, formada pelas perspectivas ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, será a bússola que direcionará a captura desses intrincados processos relacionais e, consequentemente, trará à tona a essência das relações sociais manifestadas.

Koga (2014) alerta para a dimensão política do que se denomina “diagnóstico socioterritorial”, pois, como ferramenta, pode ter uma utilização crítica e criteriosa de conhecimento da realidade abarcada, podendo servir para promoção de políticas públicas, entretanto, a depender da intencionalidade, pode servir a interesses menos providenciais, uma vez que a terra é um bem de cobiçado valor de uso e de troca. A autora ensina que essa análise do território permite ir à essência dos fenômenos temporais, ou seja, capturar as “[...] conexões com outros intervenientes [...]” que movimentam a realidade estudada. (Koga, 2014, p. 192)

Por fim, Ribeiro (2012, p. 65) agrega ao lugar geográfico as historicidades que nele se manifestam, pontuando:

Superar as representações hegemônicas do espaço popular implica em confrontar a noção predominante de território, permitindo o reconhecimento de historicidades singulares, da potência de sujeito dos muitos outros [...].

Nesse sentido, aponta para as relações sociais que sintetizam as singularidades que compõem a configuração do espaço popular urbano, como as efetivadas na praça da Kantuta. Portanto, na formação do tecido social, onde o homem inteiro e inteiramente é constituído de peculiaridades que se apresentam de acordo com a experiência vivida (Arruda, 2017), há de se considerar o indivíduo, com suas diferenciações.

Inteiro e inteiramente no sentido dado por Heller (2001, p. 30) ao tratar do cotidiano:

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro, ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias [...] o homem da cotidianidade é atuante e fruidor, ativo e receptivo, mas não tem nem tempo nem possibilidade de se absorver inteiramente em nenhum desses aspectos, por isso não pode aguçá-los em toda sua intensidade.

OCUPAÇÕES ESPACIAIS URBANAS: A SOCIABILIDADE EM QUESTÃO

Território e sociabilidade. O que há de conexão em categorias aparentemente distintas, mas que podem ter um significado articulado, um interligado ao outro, quando analisadas sob o ponto de vista social?

Se a organização do território e sua ocupação é efetivada pelas pessoas, há de se considerar a sociedade na qual os sujeitos estão inseridos, a sociedade do capital.

Segundo Netto e Braz (2007), o que denominamos sociedade é “[...] o modo de existir do ser social; é na sociedade e nos membros que a compõem que o ser social existe [...]” (Netto; Braz, 2007, p. 37). A sociedade, então, é constituída pelos seres sociais, que têm uma característica inerente a si mesmos: o trabalho, gênese do ser social.

Se outrora o trabalho foi fruto da necessidade individual, hoje, na sociedade capitalista, também, e principalmente, atende à apropriação privada de riquezas produzidas por outrem.

Na década de 1980, intensifica-se a presença de bolivianos/as na cidade de São Paulo:

Vale observar que nessa mesma década (1980), intensifica-se a chegada de bolivianos na cidade de São Paulo, mais especificamente, nos bairros do Pari, Brás e Bom Retiro. Esse fato relaciona-se à busca de trabalho em outro país devido à queda dos preços de minerais, como o estanho, no mercado internacional, ao baixo nível de industrialização da economia boliviana e à falta de uma política voltada ao pequeno produtor. O resultado dessa situação na Bolívia foi o desemprego de muitos trabalhadores, especialmente, mineiros e pequenos produtores. (Silva, 2012, p. 58)

Segundo Silva (2012), é comum, na Bolívia, a veiculação de propagandas de agenciadores oferecendo trabalho no Brasil, com propostas de bons salários, alimentação e moradia, de maneira que engendram a perspectiva de uma vida melhor,

fomentando a diáspora de maciços contingentes de povos bolivianos para o Brasil. Esses trabalhadores, via de regra, se estabelecem na região central de São Paulo, em casas de parentes que trabalham no ramo da indústria têxtil, em condições de trabalho precário, intensificado, muitas vezes indocumentados, e permanecem à margem do sistema de proteção de direitos trabalhistas, que, a duras penas, conseguimos preservar minimamente no Brasil.

Roncato (2019, p. 106), ao analisar a imigração de descendentes japoneses que chegam no país oriental, faz um apontamento importante, com o qual concordamos:

[...] é possível perceber uma divisão social do trabalho de acordo com a nacionalidade [nos grupos diaspóricos], operando em conjunto com a clivagem de raça e sexo e levando a uma segmentação do trabalho entre os próprios imigrantes.

Desta forma, dependendo da origem do imigrante, seu trabalho será menos protegido. Trabalhadores dos países que compõem o G8, quando convidados para prestar serviços em filiais de empresas estrangeiras, entram no mercado de trabalho nacional em condições mais favoráveis que um imigrante boliviano, quando possuem a mesma qualificação técnica. Ambos são imigrantes e trabalhadores, mas o sujeito boliviano poderá ser mais discriminado em razão do seu território de origem, a América do Sul, em comparação ao trabalhador vindo do norte do globo.

A vida cotidiana está fundamentada na interação entre os seres sociais, ou seja, o conjunto do processo relacional que chamamos de sociabilidade. Esta é iminente à condição humana e tem duas vertentes: a relação entre o ser social e a natureza e a interação entre os seres sociais. Cada ramificação é mediada pela ontologia do trabalho.

Estamos nos referindo ao trabalho como protoforma do ser social, que é mediado pelo uso de instrumentos; que exige habilidades e conhecimentos e que se transmite por aprendizado; que elabora produtos antes não existentes e cria novas necessidades. Segundo Netto e Braz (2007, p. 34):

[...] o trabalho, através do qual o sujeito transforma a natureza (e, na medida em que é uma transformação que se realiza *materialmente*, trata-se de uma transformação prática), transforma também o seu sujeito. (Grifos dos autores)

No final do processo, não são os mesmos: o ser social e a natureza estão modificados.

Neste artigo, vamos nos ater na relação entre os homens enquanto dimensão da sociabilidade. De acordo com Netto e Braz (2007, p. 37), não existem seres sociais fora da sociedade e “[...] não há sociedade sem que estejam em interação os seus membros singulares [...] (homens e mulheres) [...]”.

O homem, como um ser público na vida prática, individualiza-se, torna-se singular, age para preservar a própria vida e é abarcado por questões que o levam à sobrevivência material.

No ato gregário do trabalho, o ser social produz objetos que atendem às suas necessidades, mas “[...] não há repetição do velho sem uma certa criação do novo [...]”, conforme Martins (2015, p. 57). Com isso, obtém as bases para superar as condições da vida social, e a humanidade faz girar a roda da história. Nesse sentido, Lessa (2011, p. 134) refere:

[...] como os homens criaram as relações sociais pode, além de transformá-las, aboli-las. Não podemos abolir a lei da gravidade, mas podemos destruir o feudalismo e colocar em seu lugar algo radicalmente novo, antes inexistente, como o capitalismo.

Na vida cotidiana, os seres sociais produzem e reproduzem as condições para sua sobrevivência. Nesse movimento, valem-se da capacidade criadora, que pode produzir novas necessidades e modificar o rumo da História. Por isso dizemos que a História é humanizada, ou seja, feita pelo ser social, modificada pelo homem. A humanização agrega, por meio do trabalho, o ser social ao humano-genérico e, assim, supera os aspectos puramente biológicos de sobrevivência. Entretanto, essas provisões não são vinculadas unicamente à manutenção da vida, abarcando também a arte, a filosofia, a política, a música, entre outras manifestações do gênero humano.

O aspecto humano-genérico está em coletivizar o conhecimento adquirido ante ao processo de construção de formas diferentes, cada vez mais complexas, de atender a necessidades individuais e coletivas do ser social, estabelecendo uma forma específica de vinculação entre os seres humanos.

Para Lessa, (2006, p. 6):

Na esfera da reprodução social, as novas necessidades e possibilidades geradas pelo trabalho vão dar origem a novas relações sociais que se organizam sob a forma de complexos sociais. A fala, o Direito, o Estado, a ideologia (com suas formas específicas, como a filosofia, a arte, a religião, a política, etc.),

os costumes, etc., etc., são complexos sociais que surgem para atender às novas necessidades e possibilidades, postas pelo trabalho, para o desenvolvimento dos homens.

As manifestações culturais bolivianas na praça da Kantuta compõem esse conjunto humano-genérico de trabalho em uma comunhão enriquecedora com a vida e as capacidades do ser social, ao promover a coletivização das forças produtivas oriundas dos povos chamados bolivianos, apesar da contingência da sociedade capitalista que provoca a diáspora forçada.

A potencialidade do trabalho na sociedade em que vivemos poderia converter o atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas em formas úteis ao conjunto da humanidade, tirando de cena a contradição entre o universal e o particular.

Porém, a despeito do elevado grau de desenvolvimento das forças produtivas, na sociedade capitalista, o trabalho é alienado e reificado, tornando o particular primordial, ou seja, na sociedade capitalista, as relações sociais emergem mediadas pela compra e venda da força de trabalho.

Lembramos que a sociedade capitalista produz um modo de ser que torna o homem egoísta, enfeixado no “[...] seu interesse privado e ao seu capricho privado e separado da comunidade [...]” (Marx, 2010a, p. 50), em oposição à sua genericidade humana e, por vezes, aos princípios éticos.

A forma alienada e reificada do trabalho na sociedade capitalista faz com que os povos bolivianos busquem territórios mais propícios para prover suas necessidades imediatas de sobrevivência. A sociabilidade, na era do capital, advém dos interesses econômicos da classe dominante, que detém os meios de produção, privilegiando a mercadoria, a posse material, a competitividade e o individualismo. A mercadoria guarda os segredos e ardis do capital, que não serão tratados neste breve artigo.

Importa saber que, junto com a mercadoria e a apropriação do trabalho, cria-se um modo capitalista de pensar, que induz processos de alienação, propiciando a subsunção do pertencimento ontológico.

As diásporas por melhores condições de vida, se não observadas com a acuidade necessária, podem passar como um problema individual, mas escondem um poderoso jogo de assimetrias das relações socioeconômicas, que dividem o mundo em países centrais e periferias do sistema econômico.

Em tempo de neoliberalismo, Marinucci e Milesi (2005, p. 3) apontam:

O desemprego passa a ser uma característica estrutural do neoliberalismo, e as pessoas, então, migram em busca, fundamentalmente, de trabalho. E isto se verifica tanto no plano interno como no internacional. Sobre a lógica do progresso econômico e do desenvolvimento social impera a lógica do lucro, onde todos os bens, objetos e valores são passíveis de negociação, como as pessoas e até os seus órgãos, a educação, a sexualidade e, inevitavelmente, os migrantes.

Tendo em vista a doutrina político-econômica neoliberal, é necessário que o assistente social tenha como farol de análise a teoria social de Marx para desvendar, de forma dialética e ampla, as tramas das relações sociais que se estabelecem com o modo de produção capitalista.

Ainda que em nosso trabalho final, nos diversos espaços ocupacionais dos quais participamos, não tenhamos como desenvolver com profundidade cada uma das tramas que o capital engendra para extração do mais-valor, consideramos importante ter nitidez das situações que se apresentam no cotidiano do trabalho, particularizadas como expressões da questão social e que abarcam um complexo de complexos com rebatimentos na vida do ser social.

Segundo nosso entendimento:

O reconhecimento desse contexto exige do/a profissional habilidades e competências para a apropriação da realidade, que se apresenta com a redefinição dos sistemas de proteção e políticas sociais, a partir das demandas dos/as usuários/as, que buscam os diferentes espaços sócio-ocupacionais; portanto, a ação precípua é a produção de conhecimento sobre o assunto em análise. (Santos e Misaka, 2019, p. 95)

Dessa forma, no tocante ao exercício profissional, o desvendamento da categoria sociabilidade exige um processo dialético de refinamento dos sentidos e conexões estabelecidos diariamente no cotidiano de trabalho. Nesta apreensão, a sociabilidade desvelada constitui importante objeto de estudo e análise dos/as profissionais e formandos/as em serviço social.

Segundo Brites e Sales (2007, p. 5), a “[...] incorporação consciente e crítica dos pressupostos teórico-filosóficos, valores e princípios presentes no Código de Ética [...]” de 1993 pode sedimentar o caminho para a “[...] elaboração de proposições intencionalmente imbuídas do compromisso social de consolidação do projeto ético-político do Serviço Social”.

Enfim, território e sociabilidade articulados, tendo centralidade no sujeito boliviano migrante, conferem vida a essas categorias.

Na sociedade capitalista, de forma dialética, ao mesmo tempo em que a diáspora promove a divulgação da rica cultura boliviana, por outro, revela as mazelas que impõe ao ser social, como a mudança de território e vinculação a outros modos de vida na pretensão de melhores condições de sobrevivência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na constituição da vinda do/a imigrante boliviano/a, o processo de acesso ao território brasileiro é um elemento para estudos cada vez mais profundos, dados os fluxos migratórios que impelem grandes contingentes populacionais pelo mundo. Entendemos que se faz necessário aproximar-se das demandas específicas desses segmentos, enquanto, em concomitância, lutamos pela superação do modo de produção capitalista. A proteção que os povos em diáspora requerem coincide com a derrota da individualidade e a valorização do coletivo, demandas também do serviço social, que luta por uma sociedade sem classes, livre de dominação, exploração e opressão.

Barroco (2014, pp. 475-478) afirma que a ética projetada como práxis, ou seja, “[...] como ação prática consciente derivada de uma escolha racional entre alternativas de valor [...]”, que objetiva alcançar transformação, estabelece a conexão do ser social com o humano genérico, suspendendo-o da sua particularidade, ainda que momentaneamente, para colocar-se em relação com o conjunto da humanidade, de modo a considerar as diferenças como “capacidades e possibilidades do gênero humano”. Com esse olhar, o outro é humanizado e sua luta passa a ser também a nossa. O capitalismo provoca barbáries como as diásporas forçadas, mas, ao mesmo tempo, engendra resistências como a ocupação do território da Feira da Kantuta.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, Daniel Péricles (2017). *Cultura Hip-Hop e Serviço Social: a arte como superação da invisibilidade social da juventude periférica* Daniel Péricles Arruda; orientadoras Profa. Dra. Myrian Veras Baptista (1/2013) e Profa. Dra. Maria Lúcia Martinelli (2/2013 a 1/2017). São Paulo.

- BAPTISTA, M. V.; BATTINI, O. (orgs.) (2009). *A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção do conhecimento*. São Paulo, Veras Editora, v. 1.
- BARROCO, M. L. S. (2014). Reflexões sobre liberdade e (in) tolerância. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 119, pp. 468-481, jul./set.
- BRITES, C. M.; SALES, M. A. (2007). *Ética e práxis profissional: curso de capacitação ética para agentes multiplicadores*. 4. ed. Brasília, CFESS, v. 2.
- CAMPOS, A. de O. (2013). *Sobre a tradição e a sua apropriação crítica: metamorfoses de uma afroamericalatinidade em luta*. Tese de outorado em Psicologia Social. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).
- DINIZ, R. A. (2012). *Territórios, sociabilidade e territorialidades: o tecer dos fios na realidade dos sujeitos dos distritos de Perus e Anhanguera na cidade de São Paulo*. Dissertação de mestrado em Serviço Social). São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) ,.
- HELLER, A. (2001). *O cotidiano e a história*. São Paulo, Paz e Terra.
- IANNI, O. (2004). *Capitalismo, violência e terrorismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira
- KOGA, D. (2011). *Medidas de Cidades - Entre territórios de vida e territórios vividos*. São Paulo, Cortez.
- _____. (2014). Diagnóstico socioterritoriais: conhecimento de dinâmicas e sentidos dos lugares de intervenção. *Serviço social e temas sociojurídicos: debates e experiências*. Rio de Janeiro, Lumen Juris.
- LESSA, S. (2006). *O processo de produção e reprodução social: trabalho e sociabilidade*. Disponível em: http://sergiolessa.com.br/uploads/7/1/3/3/71338853/producao_reproducao_1999.pdf. Acesso em: 18 abril 2020.
- _____. (2011). *Trabalho e proletariado: no capitalismo contemporâneo*. 2 ed. São Paulo, Cortez.
- LIMA, N. C. (2018). *Serviço Social em dois tempos: a experiência como destinatário do trabalho do assistente social e sua resignificação quanto profissional da área*. Tese de doutorado em Serviço Social. - São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).
- MARINUCCI, R. e MILESI, R. (2005). *Migrações internacionais contemporâneas*. Disponível em: <https://www.migrante.org.br/refugiados-e-refugiadas/migracoes-internacionais-contemporaneas/>. Acesso em: 17 abril 2020.
- MARTINELLI, M. L. (2019). “História oral: exercício democrático da palavra”. In: MARTINELLI, M. L. (et al.). *A história oral na pesquisa em Serviço Social: da palavra ao texto*. São Paulo, Cortez.
- MARTINS, J. S. (2015). *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo, Contexto.

- MARX, K. (2010a). *Sobre a questão judaica*. Tradução Nélcio Schneider, [tradução de Daniel Bensaïd, Wanda Caldeira Brant]. São Paulo, Boitempo. Coleção Marx-Engels.
- MISAKA, André Katsuyoshi (2020). *Eu sou andina! As faces e contrafaces da mulher boliviana na Praça/Feira da Kantuta*. Dissertação de mestrado em Serviço Social. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- NETTO, J. P; BRAZ, M. (2007). *Economia política: uma introdução crítica*. 3. ed. São Paulo, Cortez. Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 1.
- RIBEIRO, A. C. T. (2012). Homens Lentos, Opacidades e Rugosidades. *Revista REDOBRA*, UFBA.
- RONCATO, M. S. (2019). “Trabalho imigrante dekassegui: classe social, etnia e gênero”. ANTUNES, R. (org). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida*. São Paulo, Boitempo.
- SANTOS, Thais Felipe Silva dos (2020). *A travestilidade e a transexualidade: o serviço social e a perícia de retificação de nome e sexo*. Dissertação de mestrado em Serviço Social. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- SANTOS, T. F. S. e MISAKA, André K. (2019). “Sociabilidade: mediação do Serviço Social no cotidiano”. MARTINELLI, M. L.; LIMA, N. C.; MOTEIRO, A. A.; DINIZ, R. (orgs.). *A história oral na pesquisa em serviço social: da palavra ao texto*. São Paulo, Cortez,.
- SILVA, F. A. (2012). *Trabalho e (I)migração: Determinações do Movimento Migratório de Bolivianos da Cidade de São Paulo para Guarulhos*. Dissertação de mestrado em Serviço Social. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

TERRITÓRIO, COTIDIANO E TERRITORIALIDADE: NARRATIVAS E SOCIABILIDADES EM PERSPECTIVA

Rodrigo A. Diniz¹

*Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Elas são coadjuvantes, não, melhor, figurantes
Que nem devia tá aqui
Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Tanta dor rouba nossa voz, sabe o que resta de nós?
Alvos passeando por aí
Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Se isso é sobre vivência, me resumir à
Sobrevivência
É roubar o pouco de bom que vivi
Por fim, permite que eu fale, não as minhas cicatrizes
Achar que essas mazelas me definem é o pior dos crimes
É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nós sumir.²*

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta, de modo sintético, o processo metodológico e parte dos resultados da dissertação *Territórios, sociabilidade e territorialidades: o tecer dos fios na realidade dos sujeitos dos distritos de Perus e Anhanguera da cidade de São*

-
1. Assistente social licenciado da Prefeitura de São Paulo. Mestre e doutorando em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor da Faculdade Paulista de Serviço Social de São Caetano do Sul (FAPSS). Pesquisador do Núcleo de Estudo e Pesquisas sobre Identidade (NEPI) e do Núcleo de Estudo e Pesquisas Cidades e Territórios da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).
 2. Trecho da música AmarElo, composta pelo rapper Emicida (2019).

*Paulo*³, defendida em 2012 no Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da PUC-SP, cujo mote foi a *compreensão das mediações do território urbano na construção de sociabilidades, tomando por referência os distritos de Perus e Anhanguera da cidade de São Paulo*.

A escolha desse território de pesquisa não se deu ao acaso. Foi consequência de um processo de amadurecimento atrelado à escolha da metodologia de pesquisa da história oral, que prima pela construção de estudos alicerçados pela proximidade, pelo vínculo e a centralidade dos sujeitos no processo de pesquisa-ação.

Nesse sentido, a história oral permitiu-nos repensar os lugares, os sujeitos e a condução dos caminhos da pesquisa, remetendo-nos ao espaço territorial onde atuamos como assistentes sociais. Lugar este que constitui a gênese do processo de formulação, surgimento, construção de inquietações sobre a dinamicidade do território. Reconhecemos como sujeitos da pesquisa três mulheres que exercem atividades como líderes comunitárias e têm suas histórias individuais traçadas na construção dos particulares territórios.

Assim, elegemos como sujeitas⁴ do estudo: dona Nadir, Marília e Josemary, que atuam desde meados da década de 1990, contribuindo sobremaneira para a busca dos nexos da cidadania no lugar. São mulheres que se autorreferenciam como guerreiras, batalhadoras e dedicam parte de suas vidas a práticas sociais coletivas sempre direcionadas à procura da proteção social, quase nula em Perus e Anhanguera (Figura 1).

Territórios que têm suas histórias marcadas pela pobreza, vulnerabilidade e exclusão social, mas também se revelam lugares cheios de vida, com coloridos diversos, que dinamizam estratégias de luta pela sobrevivência. Lugares ricos de relações estabelecidas de forma complexa, em meio a inúmeros jogos de força e poder.

3. Sob a supervisão da professora doutora Maria Lúcia Martinelli.

4. O termo “sujeitas” é utilizado por nós para denotar uma escolha ética e política que assume a palavra no gênero feminino para designar a centralidade da mulher na sociedade. Parte da reflexão de gênero, observando as subalternidades e desigualdades entre os gêneros feminino e masculino, engendradas na sociedade da propriedade privada e exploração do trabalho, reiterada na sociedade brasileira pelo machismo e o autoritarismo, frutos do nosso desenvolvimento antagônico, parcelar, desigual e excludente.



Fonte: Disponível em: <http://profwladimir.blogspot.com/2012/02/mapas-relevo-clima-estado-de-saov-paulo.html>. Acesso em: 18 jan. 2021.

Figura 1 – Mapa das subprefeituras da cidade de São Paulo, com destaque para os distritos de Perus e Anhanguera

No processo de reconhecimento de alguns dos fios das tramas urbanas que constituem a periferia noroeste da cidade de São Paulo, procuramos trilhar nossas análises admitindo que o processo de adensamento da sociedade urbana, como modo de vida, é estabelecido pelo sistema produtivo para a reprodução de suas bases culturais, que adentram pelas cidades e espaços mais recôncavos e estabelecem novos paradigmas de produção e reprodução da vida social.

As cidades brasileiras têm sua gênese marcada pelo processo de apropriação dos espaços pela lógica privatista. Esse processo configura-se como forte tendência de privilégios no acesso a terras, desempenhado inicialmente pelo Estado Monárquico e reiterado pelo Estado Republicano em seus diferentes ciclos. O modelo de privilégios e benefícios concedidos historicamente para a elite nacional, seja urbana e/ou rural, desenhou caminhos privatizantes de formação da sociedade brasileira.

Com base nesse processo, os territórios brasileiros são tecidos e modelados sob as lógicas da exclusão, esquadrinhando traços peculiares da nossa formação social, sempre atrelada aos ditames da elite nacional, em consonância com as prerrogativas dos fluxos do capital internacional. O processo estabeleceu complexo arcabouço histórico em nosso país, que sempre negligenciou “[...] a classe que trabalha para viver” (Costa et al., 2019, p. 22).

Nesse ínterim, a urbanização da nossa sociedade revelou-se intensamente adensada por modelos desenvolvimentistas, que polarizaram cidades e regiões geográficas para a concentração de riqueza e tecnologia e, no mesmo passo, produziram experiências urbanas fraturadas entre a modernidade e a falta absoluta de meios para a concretização dos direitos à cidadania.

Com essas marcas históricas, delineia-se o processo contemporâneo das cidades e suas formas de organização e problematiza-se o abandono dos territórios das cidades considerados pobres, mas que estão contraditoriamente articulados aos processos culturais do capital, nas formas de organização e apropriação do espaço urbano, forjando lugares de exclusão e segregação urbana.

Os processos, caminhos e achados da pesquisa evidenciam a história oral como nossa escolha, utilizada como metodologia qualitativa de investigação, que busca as razões para os acontecimentos históricos em outros personagens, homens e mulheres de sociabilidade “simples”, que detêm a síntese dos processos históricos, sociais, econômicos e culturais em suas experiências, significados e sentidos.

TERRITÓRIO, COTIDIANO E TERRITORIALIDADES

O geógrafo Milton Santos (2000) estabeleceu, em suas apreensões, a noção de “território usado”. Essa análise permitiu um salto conceitual, ético e político na compreensão do espaço geográfico, uma vez que centraliza o sujeito no cerne das relações e mediações com o lugar. Sob essa perspectiva, todo e qualquer lugar só pode ser entendido como território se consideradas as relações humanas, as dobraduras, os percursos, as escolhas e os processos humanos no espaço.

Assim, o espaço territorial deve ser entendido a partir do seu uso, das vivências coletivas que lhe imprimem marcas, eventos e significações. Essa compreensão firma as noções social e coletiva, já que o território expressa concretamente as marcas das relações econômicas, sociais, políticas e culturais do contexto social em que os homens produzem e reproduzem a vida.

A apreensão do território usado permite entender que os espaços socioterritoriais resultam do processo histórico e da base material do trabalho humano. São expressões da ação dos sujeitos, conforme as mediações e os contextos sociais em que estão envolvidos, expressando também a totalidade das relações humanas.

As rugosidades são os espaços construídos, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço. As rugosidades nos oferecem, mesmo sem tradução imediata, restos de uma divisão de trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e dos trabalhos utilizados. (Santos, 1996, p. 138)

As rugosidades expressam as sínteses do tempo e das ações dos homens no espaço. São heranças que indicam a conexão entre tempo e espaço no processo de formação territorial. São os conteúdos de vida e vivência, de experiências e práticas sociais.

Essas marcas e rugosidades são tecidas e materializadas no espaço da existência cotidiana, ineliminável da vida de qualquer homem. No espaço da vida mais comum, onde as necessidades humanas são respondidas de forma imediata, é que se mostram as rugosidades e dobraduras do tempo nos vieses histórico, econômico e social.

Cotidiano e território, portanto, são pares dialéticos inexoráveis, que relevam a equação prática do tempo e espaço das relações humanas. Essa trama evidencia que o cotidiano é uma escala da vida no território e permite compreender

os eventos, episódios, relações, acontecimentos e como os sujeitos afetam uns aos outros e se movimentam. No cotidiano, as desigualdades sociais, as contradições do modo de produção se expressam de modo mais singular.

É importante delinear que território e cotidiano constituem, juntos, o chão da vida, o processo imbricado de relações que revela e ofusca as particularidades produzidas pelas tramas societárias e a reprodução particular dos sujeitos em determinado espaço.

No lugar, nosso Próximo, se superpõem, dialeticamente, o eixo das sucessões, que transmite os tempos externos das escalas superiores, e o eixo dos tempos internos, que é o eixo das coexistências, onde tudo se funde, enlaçando, definitivamente, as noções e as realidades de espaço e tempo.

No lugar – um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada um exerce uma ação própria, a vida social se individualiza, e porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vem solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, por meio da ação comunicável, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade. (Santos, 2014, pp. 321-22)

As relações entre homens e mulheres ocorrem nesse cotidiano compartilhado, em que os modos de vida e a conexão entre as ordens distantes (macrossociais) e próximas (cotidiano das experiências) dos sujeitos criam e recriam teias de relações, formas de vivências, modos de organização particulares da vida nos lugares.

Todo território institui uma rede de relações, tessituras, que estabelecem objetivos, determinam a direção e intencionalidade dos sujeitos nos lugares; constrói objetivos comuns e identidades entre as pessoas, o grupo social e o espaço. Cada espaço territorial possui uma identidade e processos de relações diferentes, o que lhe confere uma particular característica.

As territorialidades são construídas e reconstruídas por meio do conjunto de ações humanas, que edificam vivências, significados, particularidades e atribuem sentidos a um determinado espaço através de experiências histórica, política e prática (Raffestin, 1993). As territorialidades expressam a gramática das relações, dos processos interativos e interventivos entre os sujeitos sociais e seu lugar de vida.

Na trama do cotidiano, as territorialidades se fundem como um modo singular dos sujeitos se apropriarem e edificarem os lugares. É, portanto, um atributo humano e social, que está ligado e corresponde diretamente às tramas de poder, trocas, sociabilidades, necessidades e formas de respostas.

As sociabilidades e territorialidades confluem-se mutuamente nos processos de uso, vivência, na manifestação das diversas intervenções e práticas sociais dos sujeitos. Estão encampadas na vida dos lugares, do espaço vivido, que contempla os ritmos reais, as tramas, significações e apropriações do espaço pela sua forma e razão.

De tal modo, as territorialidades podem ser expressas e apreendidas por muitas mediações, entre as quais se destacam: os percursos e as mobilidades; os vínculos existentes; as relações de pertença; relações de poder de diversas clivagens; participação e controle social; expressões de desigualdades sociais; relações históricas e suas manifestações no tempo presente; relações culturais e modos de vida; trajetórias individuais e coletivas; expressões de proteção e desproteção social; relações entre legal e ilegal, entre outras tantas formas.

A HISTÓRIA ORAL COMO METODOLOGIA DE PESQUISA

Pesquisar sobre as mediações da cidade e seus territórios urbanos na construção das sociabilidades dos sujeitos pressupõe um movimento complexo, por tratar-se de questionamentos relativos e pertinentes à vida social e singular dos homens no contexto da vida urbana. Evidencia uma trama saturada de mediações históricas, culturais, políticas, econômicas e sociais.

Compreendemos que somente por via da razão dialética, da aproximação entre pensamento e reflexão crítica, será possível atingir o conteúdo das relações sociais, em um movimento constante de sucessivas aproximações com o real. Em nosso caso específico, estudando o território urbano da cidade na construção dos vínculos de sociabilidades dos sujeitos, buscamos apreender como a cidade, em suas formas de vivência, gera a necessidade da relação entre os sujeitos; como suas formas de vida urbana desencadeiam a necessidade da construção de vínculos entre os sujeitos e destes com o espaço onde vivem.

Neste estudo, consideramos a cidade por meio do seu território, que justamente expõe e centraliza, para sua compreensão, o papel ativo dos sujeitos, considerando as ações; práticas sociais e individuais; a experiência e as relações das pessoas com o espaço onde vivem e tecem suas amizades, mantêm suas famílias e o intercâmbio entre as gerações, e muita outras formas de conexão e vivência.

Para direcionar esse instigante processo de viagem pelos territórios urbanos, escolhemos, intencionalmente, a pesquisa qualitativa como metodologia privilegiada, que nos permitiu apreender o real por meio dos sujeitos sociais, compreendendo-os como seres políticos que expressam e movimentam a vida em sociedade.

É necessário que homens e mulheres, como sujeitos que constroem a história, possam ser percebidos, escutados e ouvidos, já que, se consideramos o território como um conceito relacional tecido e movimentado pelos indivíduos, não teria sentido estudar a sociabilidade a partir de outro referencial metodológico, pois estaríamos negligenciando a própria centralidade dos sujeitos e a identidade deste estudo.

Certamente, isso pressupõe um outro modo de fazer pesquisa, no qual não deixa de ser importante a informação quantitativa, mas sem que se excluam os dados qualitativos. Esses dados ganham vida com as informações outras, com os depoimentos, com as narrativas que os sujeitos nos trazem. (Martinelli, 1999, p. 21; grifo nosso)

A pesquisa qualitativa levou-nos a conhecer os modos de vida dos sujeitos. Para isso, verificamos qual foi a experiência de cada um; os acúmulos vivenciais das pessoas; o que já experimentaram; como compreendem os fatos, valores, acontecimentos e as repercussões dos fatos históricos em suas vidas.

A experiência, meio pelo qual os indivíduos se constituem como sujeitos, equivale ao fio condutor que moveu nossa inquietação sobre as sociabilidades nas cidades. Somente trazendo a experiência dos homens chegou-se à centralidade antropocêntrica, requerida pelo objeto de pesquisa.

A experiência é tão importante para o conhecimento da realidade, que dimensiona não somente a centralidade do homem no processo de reflexão mas também impinge a cultura como meio para movimentar as práticas sociais e a experiência humana, que se consolidam nos modos de vida dos sujeitos, na forma como as pessoas organizam, material e espiritualmente, suas vidas.

Desse modo, a pesquisa qualitativa, um instrumento político que viabiliza crédito às experiências, narrativas, expressões e à cultura dos sujeitos, também traduz os interesses aos quais serve. Está posta em um campo nítido de interesses e lutas políticas, atenta à centralidade dos sujeitos, muitas vezes negligenciados e/ou passando mudos pela história.

A escolha política da metodologia da história oral teve sentido no que tange à centralidade no sujeito e sua mais fiel forma de se relacionar com o mundo –, por intermédio da linguagem falada. Isso resultou em um novo relacionamento

entre os sujeitos da pesquisa, pressupondo também um novo relacionamento com a forma e compreensão do processo de pesquisar. Compreende-se que na pesquisa qualitativa – com a opção da história oral – existe uma relação fluida, dinâmica e imbricada entre sujeito pesquisador e sujeito pesquisado, que tece uma trama de trocas que vai além da mera coleta de dados e informações.

É preciso estar atento e aberto à troca e ao movimento das experiências, ao cuidado na edificação dos vínculos entre os sujeitos. Participantes e pesquisador devem se perceber e se reconhecer nessa troca proporcionada pela pesquisa para evitar compreensões equivocadas entre ambos e significados distorcidos nas narrativas e diversas expressões de linguagem que compõem essa rica experiência.

Nessa perspectiva, a palavra falada antecede a palavra escrita, antecede a tradução dos vocábulos na nitidez visual do texto. As oralidades estão presentes no processo de construção da sociabilidade humana, pois carregam consigo a experiência direta do homem, as tradições, a cultura e a história da coletividade.

Nessa metodologia, é preciso observar atentamente os contextos das narrativas, pois a oralidade expressa uma série de determinações políticas, sociais e econômicas que incidem sobre o modo de vida dos sujeitos. O que nos interessou, ao escolher a pesquisa qualitativa, é o conhecimento sobre como os sujeitos compreendem e percebem seus modos de vida, perpassados por sentimentos, valores, crenças, costumes e práticas sociais cotidianas (Martinelli, 1999).

Foi preciso buscar os significados dessas experiências, os nexos e as contradições muitas vezes velados pela linguagem imediata. Os próprios sujeitos expressaram as questões políticas do seu tempo, e a história oral buscou saber como a cultura e a história são vivenciadas e significadas cotidianamente pelos participantes. Tal metodologia se faz política por movimentar a troca entre os sujeitos participantes, em constante movimento entre entrevistado e pesquisador.

Por meio desse processo, atentou-se para as dimensões imaginária e simbólica de cada narrativa como realidades históricas para avançar na decodificação dos significados das relações sociais vivenciadas pelos sujeitos, já que as narrativas refletem a memória e consciência das pessoas na construção de seus enredos e expressam a construção desses indivíduos como sujeitos sociais.

As narrativas expressam o modo de vida, a história e suas transformações cotidianas que os sujeitos experimentam, vivem e sentem, haja vista que os campos subjetivo, afetivo e dos valores intensificam as realizações concretas do dia a dia. Nesse processo, a cultura se constrói e se reconstrói ao reinventar sentimentos e padrões estabelecidos.

As narrativas orais oferecem pistas sobre como os sujeitos reagem aos processos de ordem distante, em sua interpretação e ressignificação na ordem próxima. Interessa, via história oral, saber o modo como os sujeitos compreendem e reagem aos processos sociais, como formulam e reformulam práticas e valores, como tecem resistências a processos de mudança.

Os depoimentos⁵ enfatizaram determinado tema sobre o qual as sujeitas expressaram seus pensamentos, histórias, experiências, significados e memórias. Nesse processo, não interessaram as cronologias de tempo, a exatidão das datas, a equação linear sobre o tempo e espaço das narrativas, mas sim as memórias que conseguiram recuperar a respeito do tema dialogado.

TERRITORIALIDADE E SOCIABILIDADES: NARRATIVAS E EXPERIÊNCIAS DE LUTA DAS GUERREIRAS

A pesquisa evidenciou três trajetórias urbanas diferentes e particulares – as de dona Nadir⁶, Marília⁷ e Josemary⁸ –, mas com traços e aspectos que se entrelaçam na busca pela melhoria de um lugar e edificam as tramas da luta pela proteção social.

A luta é uma marca intensa e inesgotável de suas sociabilidades, por envolver o caráter político de suas práticas sociais, as formas de resistência e estratégias para superar os entraves gerados por uma “[...] democracia socialmente fissurada” (Cabanes, 2011, p. 466). Suas histórias de vida ganham sentido social quando

5. Todos os depoimentos foram colhidos em maio de 2012.

6. Nadir Balbina (74 anos), mais conhecida como dona Nadir, movimenta a luta por proteção social no distrito de Perus, onde reside há mais de 34 anos e criou seis filhos. Na década de 1980, estabeleceu o Centro Comunitário de Apoio de Perus (CACP) para combater a fome de crianças e famílias da região. Hoje o CACP, do qual é presidenta, constitui-se numa Organização da Sociedade Civil (OSC).

7. Marília Salmazo (54 anos) é militante na área da infância e assistência social. Sua vida pautou-se na luta por melhores condições de vida no distrito de Anhanguera, local em que reside há mais de 33 anos. Foi conselheira tutelar e esteve à frente do movimento de mulheres do bairro. Hoje é coordenadora do Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos (CCA) – Centro para Crianças e Adolescentes Guadalupe.

8. Josemary de Menezes (60) anos é operária aposentada da indústria plástica e reside há 27 anos no território de Anhanguera. Conhecida como Jô, tem se dedicado à luta popular. Militante da pastoral da mulher, atualmente é presidenta da União dos Moradores do Parque Anhanguera (UMPA).

passam a reconhecer, no outro e no lugar em que vivem, a possibilidade de encontrar saídas, ao tentar diversas e sucessivas vezes conquistar a melhoria da vida nos territórios de Perus e Anhanguera.

Na busca pela cidadania, pelo respeito, por um olhar aprofundado nos seus territórios, essas mulheres forjam alternativas e “saídas de emergência” (Cabanes, 2011) que transitam entre as privações singulares e as dimensões da pobreza econômica e financeira que as cercam, dimensionando-as no sentido coletivo de viver em distritos pobres e vulneráveis da cidade de São Paulo.

Porque São Paulo é uma cidade de luta, uma cidade de pessoas guerreiras. É uma cidade se você não souber remar bem o seu barco você morre na praia, você morre no mar, você morre na guerra, você entendeu? (dona Nadir, depoimento colhido em maio de 2012)

Mas foi tudo batalhas aqui, a gente luta para a gente conseguir alguma coisa, aqui a vida é difícil, complicada mesmo. Aqui é como se diz por aí... a gente mata um leão por dia, aqui é batalhas né. (Marília, depoimento colhido em maio de 2012)

Mulheres que são líderes comunitárias e conhecem bem o que é “[...] viver em risco, sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil [...]” (Kowarick, 2009) traçam suas trajetórias em meio às sociabilidades de lutas e resistência, movimentando o que chamam de trabalho social, tecendo a perspectiva do trabalho como meio de socialização. Sujeitas que transitam diariamente em meio a pobreza, privações, vulnerabilidades. Movimentam-se permanentemente entre a crise no mundo do trabalho e o desemprego estruturante, que marcam as dinâmicas das dobraduras de seus territórios de vida. Mobilizam as “[...] lógicas da viração tão próprias do mundo popular”. (Telles, 2006, p. 66)

As vulnerabilidades não são somente individuais e pessoais de alguns sujeitos dos distritos de Perus e Anhanguera. Estão presentes na dura realidade da dinâmica urbana da sociedade capitalista, que marca, nos territórios pobres das periferias das grandes cidades, a inexistência de qualidade de vida, de intervenções e serviços públicos de qualidade e restringem a vida dos lugares a ausências e precariedades.

O que eu penso é assim, que nas periferias demora muito de chegar as melhorias, principalmente aqui nessa região, tudo que tem aqui é com muita luta, parada e manifestação. Eu acho que eles do Estado demoram a investir nas periferias, porque têm muitos bairros na cidade de São Paulo que são bairros bons e ricos de se viver. Por que eles investem lá? Só que aqui a gente não vê investimentos no

todo, desde ônibus à saúde que é precária. O povo hoje vai no AMA⁹ que é uma transferência de problema, porque você vai passar no médico e se precisar de um especialista você demora de quatro a cinco meses para passar em consulta de novo. Aqui na periferia demora tudo para vir. Aqui não tem investimento, aqui a gente é enganada, eles deveriam investir aqui nesta população mais carente. (Marília depoimento colhido em maio de 2012)

Eu acho que os governadores deveriam ver esse lado da pobreza, tem como ver isso, mas não veem, não querem saber. A gente tem que viver na luta, fazendo a luta pra gritar e se proteger. (Josemary, depoimento colhido em maio de 2012)

Hoje eu passei aqui em Perus perto do viaduto e tinha uma moça nova dormindo ali com um colchão, aquilo é um sofrimento muito grande para ela e para gente [...]. (Dona Nadir, depoimento colhido em maio de 2012)

As pobreza e vulnerabilidades são engendradas por um processo “[...] desigual e combinado [...]” (Ianni, 2004) da sociedade brasileira e compõem um produto combinado das transformações econômicas, sociais, políticas, econômicas e culturais dos rumos do desenvolvimento nacional, atrelado aos ditames e ciclos do capital. No que tange à proteção do Estado, as políticas públicas e sociais se inserem em uma regulação tardia, fragmentada e individualizante.

No quadro da sociedade urbana, isso é vivido a partir do adensamento e da concentração das cidades metropolitanas, que não conseguem atender às condições de urbanização necessárias à qualidade de vida de seus habitantes. A mediação de serviços públicos de transporte, saúde, assistência social, educação, lazer, cultura, entre outros, é incompleta. Nas periferias e franjas das cidades, a intervenção estatal é mínima, e sua ausência sentida e experimentada cotidianamente pelos sujeitos.

Nessa mediação, ao fazerem a denúncia das precariedades, as trajetórias de vida se alinhavam e tecem uma bandeira de luta. Unem-se nas esferas coletivas da participação política, expressam-se pelo enfrentamento, as mobilizações e manifestações, pelas formas de resistência, solidariedade e tensões para a conquista do direito à cidade, às condições mínimas para melhorar a qualidade de vida, como ter acesso à rede de água encanada, ao asfalto, transporte, à energia elétrica.

A gente vê várias coisas: a questão da moradia, da comida que as famílias não têm, não têm dinheiro para o gás, não têm dinheiro para comprar, para pagar água e luz. E a gente acaba carregando para a gente a tristeza dos outros,

9. Assistência Médica Ambulatorial.

a precariedade do lugar, queira ou não você acaba carregando. Você vê o sofrimento das comunidades, de quem mora nas ruas e nos lugares de barro. (Marília, depoimento colhido em maio de 2012)

As sujeitas desta pesquisa, as guerreiras de Perus e Anhanguera, tentam mover-se como podem em face de uma realidade tão complexa da pobreza e da “espoliação urbana” (Kowarik, 1993). Desenvolvem estratégias e ações para a superação da pobreza das famílias que conhecem, com algumas intervenções imediatas, que garantem o mínimo de provisão aos que batem às suas portas; outras, mais politizadas e mediatizadas, que envolvem a mobilização das pessoas em torno de interesses comuns para os bairros onde habitam.

Narram, em seus depoimentos, que viver em Perus e Anhanguera é uma luta. Evidenciam as tensões e contradições, movimentam forças múltiplas para superar as adversidades e atribuições de territórios vulneráveis e pobres. Consideram-se guerreiras, inseridas em uma batalha urbana invisível, e presentes nas tramas das desigualdades da cidade como “soldadas”, sempre atentas ao combate.

Com essa inteligibilidade da sobrevivência, nossas sujeitas constroem as próprias trajetórias, atreladas ao interesse da proteção social aos seus pares no pedaço do território urbano da cidade que experimentam. Na trama da guerra, no dia a dia, pela conquista do pouco, que representa muito para os que vivem em Perus e Anhanguera, tecem suas vidas em tramas e contextos do território urbano do noroeste da cidade de São Paulo.

A luta e a prontidão das guerreiras de Perus e Anhanguera se estabelecem nas dinâmicas de muitas formas de viração. Por meio do trabalho social, como o designam, edificam práticas sociais atentas às novas e velhas formas de acontecimentos em seus territórios precários. Prontas para movimentar seu arsenal articulador de intervenções para aqueles que precisam e para aquilo que observam como urgência.

Nesses territórios, encontram seu papel político e tornam-se sujeitas coletivas. Na busca por suprir a escassa proteção social, movimentam suas trajetórias individuais em prol do coletivo. Entrelaçam e costuram a trama de suas vivências com as relações sociais do lugar, construindo e dando sentido ao que chamamos de território como elemento inseparável das relações e dinâmicas estabelecidas. Os espaços ocupados pelas sujeitas trazem a marca da luta e tornam-se territorialidades, pois expressam marcas, fissuras e dobraduras das suas experiências sociais.

Nas oralidades de dona Nadir, Marília e Jô, sobressai o movimento da dialética dos espaços públicos e privados, que traça experiências sociais diversas, por vezes dolorosas e opressoras, entre as sujeitas e as territorialidades estabelecidas no bairro.

Do mesmo modo, a relação com o tempo é vivenciada de um jeito particular pelas sujeitas, que se movimentam integralmente para demandas e eventos que surgem em seus territórios. O tempo é expresso como curto, rápido, sem parada; vivem em tempo quase integral às práticas sociais que desenvolvem, fugindo da formalidade e rigurosidade dos horários institucionais. A relação do tempo de nossas sujeitas obedece às lógicas do espaço, das territorialidades e dos eventos desenrolados nas tramas de Perus e Anhanguera.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas das sujeitas da pesquisa expressam que viver nas periferias é estar pronto/a, a qualquer hora, para combater e viver em uma guerra urbana silenciosa. Guerra esta da exclusão, da pobreza e das desigualdades, que recaem sobre todos, principalmente na maioria dos trabalhadores, que se veem desprotegidos, jogados à própria sorte do desemprego estruturante e reféns das crises dos ciclos da economia privatizante.

O território, como mote de relações, contém o ato criativo, relacional, dinâmico, que engendra múltiplas formas de significação e vivência, em que os sujeitos experimentam as preposições econômicas, culturais, sociais e políticas da nossa sociedade. As práticas territoriais das mulheres pesquisadas trazem à tona sociabilidades e territorialidades marcadas pela pobreza, pela violência e, principalmente, pela luta, como marca indissociável de resistência, inteligibilidade e brechas para o combate contra uma guerra urbana silenciosa e imperiosa, dada pelas desiguais condições de urbanização e vida na cidade de São Paulo.

Nesta pesquisa, foi possível compreender nitidamente o processo de construção de sociabilidades das sujeitas a partir da relação com seus territórios de vida, denotando que as localidades são saturadas de relações sociais, de condicionantes econômicos, políticos e culturais – mas também construídas na teia dos intercâmbios, por meio de vivências, interações e experiências, em constante mediação com as determinações macrossociais do mundo globalizado.

Consideramos que pensar sobre o território é refletir sobre as reais condições e os modos de vida das sujeitas. Significa atenção a como e de que forma as relações sociais se movimentam e se concretizam no chão dos lugares. Estar conectados às dinâmicas territoriais de sociabilidades e territorialidades nos coloca mais próximos do pulso e do colorido da vida das sujeitas e das relações sociais, pois, ao refletir sobre as dinâmicas da vida, estamos também considerando os nossos meios e fins civilizatórios.

REFERÊNCIAS

- CABANES, Robert (2011). “Qual a dialética é possível entre o espaço público e o privado”? In: CABANES, Robert (org.). *Saídas de emergência*. São Paulo, Boitempo Editorial.
- COSTA, Beatriz Adão Pascoal et al (2019). “Invisíveis da classe que trabalha para viver: ciganos e imigrantes angolanos e sua relação com o serviço social em São Paulo”. In: AMARAL, Maria Virginia Borges et al. *Lutas sociais, trabalho, “questão social” e serviço social*. Maceió, Edufal.
- DINIZ, Rodrigo (2012). *Territórios, sociabilidades e territorialidades: o tecer dos fios na realidade dos sujeitos dos distritos de Perus e Anhanguera da Cidade de São Paulo*. Dissertação de mestrado. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- HIRATA, Daniel (2011). “Vida loka”. In: CABANES, Robert (org.). *Saídas de emergência*. São Paulo, Boitempo Editorial.
- IANNI, Octávio (2004). *A ideia de Brasil moderno*. São Paulo, Editora Brasiliense.
- KHOURY, Yara Aun (2001). Narrativas orais na investigação da história social. *Projeto História*. São Paulo, n. 22, jun.
- KOGA, Dirce (2002). *Cidades entre territórios de vida e territórios vividos. Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, Cortez Editora.
- KOWARICK, Lúcio (2009). *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo, Editora 34.
- LEFEBVRE, Henri (2008). *O direito à cidade*. 5 ed. São Paulo, Centauro Editora.
- MARTINELLI, Maria Lúcia (1999). “O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em serviço social”. In: MARTINELLI, Maria Lúcia (org.). *Pesquisa qualitativa: um insitante desafio*. São Paulo, Veras Editora.
- _____(2005). Os métodos na pesquisa: a pesquisa qualitativa. *Temporalis*, Recife, ano 5, n. 9, jun.
- PORTELLI, Alessandro (1997). Forma e significado na história oral: a pesquisa como um experimento em igualdade. *Projeto História*. São Paulo, n. 14, fev.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de (1991). *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*. São Paulo, Editora T.A. Queiroz.
- REFFESTIN, Claude (1993). *Por uma geografia do poder*. São Paulo, Ática Editora.
- SANTOS, Milton (1996). *Por uma geografia nova: da crítica da geografia à geografia crítica*. 4 ed. São Paulo, Hucitec Editora.

SANTOS, Milton (2000). *Território e sociedade*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.

_____(2014). *A natureza do espaço*. São Paulo, Edusp.

_____(2014). *O espaço do cidadão*. 7 ed. São Paulo, Edusp.

TELLES, Vera Silva (2006). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo, Editora Humanitas.

TERRITORIALIDADE E CULTURA: A NARRATIVA PERIFÉRICA DE RESISTÊNCIA

Eliana Aparecida Francisco¹

INTRODUÇÃO

No meio do caos, quando sentir dor, Aquilombe-se! Se a luta parecer não acabar. Se a sua estrutura querer desabar, Aquilombe-se! Caso não tenha mais força prá seguir, quando pensar em desistir, Aquilombe-se! Se o medo quiser se instaurar, Aquilombe-se! Junte-se aos seus, volte um passo atrás. Ouça os seus ancestrais. Vá no útero de mãe, receba um abraço de uma irmã. Deita no colo do teu mais velho, brinque com o futuro prá esperar! Relembre do porquê começou a lutar. Se volte pra dentro de você, se una pra não retroceder. Se organize para não se acabar. Junte a tribo e tente rever, o que te faz aqui estar? Una forças, mãos, sorrisos, choros, pernas... E vamos juntos... se aquilombar!

— Luana Bayô, 2018² —

Quando falamos de narrativa periférica, estamos propondo um modo de pensar sobre a realidade social a partir da periferia como ponto inicial e de chegada, do singular para o plural, para que o significado das falas, que compõe o enredo do que representa viver nesse território, nos apresente um movimento da vida cotidiana em suas diferentes nuances.

-
1. Assistente social, mestra e doutora em Serviço Social pelo Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social (PEPGSS) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade (NEPI) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Ensino e Questões Metodológicas em Serviço Social (Nemess) da PUC-SP.
 2. Luana Bayô é poetisa, cantora e professora. Moradora do bairro de Campo Limpo, periferia da zona sul de São Paulo.

Assim, buscamos uma aproximação da importância do registro da “[...] história vista de baixo [...]” (Thompson, 1966, p. 279 apud Martinelli, 2019, p. 35) para valorizar a forma como os sujeitos, a partir do lugar em que vivem, relatam suas experiências de vida e expressam o seu olhar sobre o movimento da realidade social.

Desta forma, o poema de Luana Bayô, moradora da periferia da zona sul de São Paulo, tem uma narrativa arraigada na subjetividade e nos convoca a *aquilombar* para resistir, numa perspectiva de:

[...] uma ressignificação da palavra “Quilombo” no contexto urbano. O ato de aquilombar-se é a busca de construir espaços de resistência a um projeto societário que mantém a periferia como uma grande senzala, com um intenso aparato estatal de controle e monitoramento. (Francisco, 2019, p. 51; grifo nosso)

Considerado esse contexto e a busca do entendimento das múltiplas determinações que compõem a maneira de ser deste território chamado periferia, propomos compreendê-lo como testemunho histórico de um longo processo de acumulação econômica e especulação urbana, ao constituir-se como “[...] o aglomerado distante do centro onde passa a residir a crescente mão de obra necessária para girar a maquinaria econômica” (Kowarick, 1979, p. 31). Apreendê-lo, também, como um território existencial que abarca diferentes linguagens, ou seja, variadas formas de narrativas que o descrevem e lhe atribuem significados:

[...] os significados levam a uma vida dupla. Eles são produzidos pela sociedade e têm seu histórico no desenvolvimento da linguagem, na história do desenvolvimento das formas da consciência social; [...]. Nessa sua existência objetiva, os significados obedecem a leis sócio-históricas e, ao mesmo tempo, à lógica interior de seu desenvolvimento. Porém, apesar de toda a riqueza inexaurível, toda a diversidade dessa vida dos significados, eles permanecem escondidos dentro de outra vida e em outro tipo de movimento – seu funcionamento nos processos da atividade e consciência de indivíduos específicos, ainda que possam existir somente por meio desses processos. Nessa sua segunda vida, os significados são individualizados e “subjetivados” apenas no sentido de que seu movimento no sistema das relações sociais não está neles diretamente contido; eles entram em outro sistema das relações, outro movimento. Mas a coisa notável é que, ao fazer isso, não perdem a sua natureza sócio-histórica, a sua objetividade. (Leontiev, 1980, p. 68; grifo nosso)

Com esse conceito de Leontiev (1980), as narrativas são apresentadas a partir das suas singularidades, que atribuem sentido e significado ao movimento de construção do real “[...] na medida em que objetivamente e subjetivamente são também âmbitos de um mesmo processo, o de transformação do mundo e constituição dos humanos” (Bock e Gonçalves, 2009, p. 60).

A NARRATIVA DO TERRITÓRIO

A identificação do território a partir das narrativas locais possibilita analisar e conhecer as representações dos diferentes espaços para além de uma só direção da construção dessa realidade.

Na leitura de um dado território, o lugar, uma expressão do espaço, torna-se impossível de ser pensado, como afirma Milton Santos, em seu livro *Da totalidade ao lugar*, se o tempo não abarcar a existência como tempo histórico. Assim, é igualmente impossível imaginar que a sociedade se realize sem o espaço ou fora dele, ou seja, que a sociedade evolua no tempo e no espaço (Santos, 2014).

O tempo que trabalha para que as coisas evoluam é o tempo presente; o palimpsesto³ formado pela paisagem é a acumulação de tempos passados, mortos para a ação, cujo movimento é dado pelo tempo vivo atual, o tempo social. (Santos, 2014, p. 63)

Apreender o jeito de ser dos diversos territórios de uma localidade, portanto, significa analisar como se expressa o espaço a partir dos significados dados aos lugares vividos. “Vidas individuais e história, é uma relação que tem a configuração de um mosaico, onde cada peça tem o seu significado, pois ali se articulam acontecimentos passados, lembranças narradas e vidas presentes” (Martinelli, 2019, p. 33). Por isso, a fonte oral é um rico instrumento de apreensão do significado do saber vivido. Como bem relata Mia Couto em seu livro *Se Obama fosse africano?*

Sou biólogo e viajo muito pela savana do meu país. Nessas regiões encontro gente que não sabe ler livros. Mas que sabe ler o seu mundo. Nesse universo de outros saberes, sou eu o analfabeto. Não sei ler os sinais da terra, das árvores e dos bichos. Não sei ler nuvens, nem o prenúncio das chuvas. Não sei

3. Palimpsesto: pergaminho cujo texto foi escrito em cima de outro, que foi raspado. (Houaiss, 2004, p. 544).

falar com os mortos, perdi contato com os antepassados que nos concedem o sentido da eternidade. Nessas visitas que faço à savana, vou aprendendo sensibilidades que me ajudam a sair de mim e a afastar-me das minhas certezas. Nesse território, eu não tenho apenas sonhos. Eu sou sonhável. (Couto, 2011, pp. 14-15)

Para além dos dados estatísticos, cada lugar demonstra uma realidade social que, para ser apreendida, necessita de observação e escuta atentas, despidas de preconceitos, às diferentes formas de narrativas que constituem o processo histórico local, e que, ao mesmo tempo em que se apresenta a face micro dessa realidade, há uma interface macro com a realidade social mais ampla.

Cada localização é, pois, um momento do imenso movimento do mundo, apreendido em um ponto geográfico, um lugar. Por isso mesmo, “[...] cada lugar está sempre mudando de significação, graças ao movimento social: a cada instante as frações da sociedade que lhe cabem não são as mesmas”. (Santos, 2014, p. 13)

Na expressão “[...] o mundo é diferente da ponte pra cá [...]”, letra da música *Da ponte pra cá* (2002), dos Racionais MC's, a narrativa denuncia que, em uma cidade, nem todos os lugares são iguais. Nessa mesma letra, consta: “[...] não adianta querer, tem que ser, tem que pá [...] não adianta querer ser, tem que ter pra trocar”. Desnuda-se uma realidade desafiadora, em que as expressões da questão social pautam as diversas estratégias de sobrevivência, desvelando uma sociedade baseada em valores de mercado, em detrimento de valores tão essenciais como o direito à vida.

Falar da realidade das periferias, por exemplo, é falar não só de realidades vividas, mas também colocar em pauta os sentimentos de pertencimento; é trazer presente as diversas sensações despertadas pelo cotidiano de enfrentamento das vulnerabilidades sociais; é falar de valores que permeiam as relações entre as pessoas e a forma como se dá a sua conexão com o mundo.

Ao abordar a periferia, destacamos a linguagem do *rap* como uma das formas de cartografia antropológica do cotidiano dos bairros periféricos, vista na letra da música *Periferia é periferia*, de 1997, também dos Racionais MC'S:

Esse lugar é um pesadelo periférico. Fica no pico numérico. De dia a pivetada a caminho da escola. A noite vão dormir enquanto os manos “decola” Na farinha [...]. Na pedra [...]. [...] Aqui a visão já não é tão bela [...]. Não existe outro lugar [...]. Periferia [...]. Gente pobre [...]. Muita pobreza, estoura a violência [...]. Nossa raça está morrendo mais cedo [...]. Não me diga que está tudo bem [...]. Periferia é periferia [...]. Que horas são, não sei responder

[...]. Periferia é periferia [...]. Milhares de casas amontoadas [...]. Periferia é periferia [...]. Vacilou, ficou pequeno pode acreditar [...]. Periferia é periferia [...]. Em qualquer lugar [...]. Gente pobre [...].

O *rapper* chama atenção para o cotidiano da vida nas periferias, “[...] em qualquer lugar [...] periferia é periferia [...]”, ou seja, as pessoas que atuam nos espaços periféricos comungam cotidianamente de experiências de pobreza, violência; muitas pessoas dividindo o mesmo espaço geográfico e sentimento de medo, já que aparecem nas estatísticas como integrantes de um segmento populacional que mais morre, por serem as que mais ocupam e marcam presença nesse território.

Também notam-se considerações sobre o Estado de Direito nesses espaços, “[...] de dia a pivetada a caminho da escola [...]”, mas não somente dele. Percebe-se a presença de um Estado Paralelo⁴ no trecho “[...] a noite [...] os manos decola [...]”, ou seja, ao abordar o uso de drogas entorpecentes ilícitas, a letra revela a existência de uma organização de poder erigida à margem do Estado de Direito, um Estado paralelo, demonstrando a dualidade da vida cotidiana nas relações sociais das pessoas que aí residem. Utilizando a linguagem poética da música, segundo Tella⁵ (1999, p. 60), o *rapper* transmite seu discurso a partir das experiências vividas pelos jovens negros das periferias:

[...] todas as dificuldades enfrentadas por esses jovens são colocadas no *rap*, encaradas de forma crítica, denunciando a violência – policial ou não, o tráfico de drogas, a deficiência dos serviços públicos, a falta de espaços para a prática de esportes ou de lazer e o desemprego.

Outro exemplo pode ser visto na letra da música *Fórmula mágica da paz* (1997), dos Racionais MC's:

-
4. Referimo-nos ao Estado paralelo como o poder do tráfico de drogas, que, segundo Marcelo Navarro de Moraes (professor de ciência política e coordenador do projeto de Assistência Jurídica ao Preso (Ajupre) da Faculdade Assis Gurgacz, Cascavel/PR), em seu artigo “Uma análise da relação entre o Estado e o tráfico de drogas: o mito do ‘poder paralelo’”, alguns aspectos a serem analisados fazem do tráfico de drogas varejista uma atividade útil e necessária para a manutenção do *status quo* estatal, na sua configuração inicial de um ente criado para a “pacificação” social. Há inúmeros interesses do Estado e das classes sociais que o dirigem na manutenção dessa atividade, especialmente se a maior parte do tráfico de drogas varejista se perpetuar ilícito e circunscrito a favelas e bairros pobres das cidades.
 5. Marco Aurélio Paz: professor adjunto do curso de bacharelado em antropologia, e do Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Etnografias Urbanas (Guetu) da mesma universidade.

2 de Novembro era finados. Eu parei em frente ao São Luís do outro lado. E durante uma meia hora olhei um por um. E o que todas as senhoras tinham em comum. A roupa humilde, a pele escura, o rosto abatido pela vida dura. Colocando flores sobre a sepultura (podia ser a minha mãe que loucura). Cada lugar uma lei, eu tô ligado, no extremo sul da Zona Sul tá tudo errado. Aqui vale muito pouco a sua vida. A nossa lei é falha, violenta e suicida. Se diz que, me diz que, não se revela. Parágrafo primeiro na lei da favela. Legal [...] Assustador é quando você descobre que tudo deu em nada e que só morre pobre. A gente vive se matando irmão, por quê?

Ao observar o cotidiano de um cemitério público no Jardim São Luís, localizado na periferia da zona sul da cidade de São Paulo, são apontadas as principais vítimas da violência: “A roupa humilde, a pele escura, o rosto abatido pela vida dura”. A cartografia do território delineada demonstra a densidade demográfica a partir do quesito cor/raça das pessoas que vivem nessa localidade e os impactos de uma sociedade desigual. Dessa forma, para além dos números, os relatos orais apresentam os significados da vida em suas múltiplas faces.

Essa forma de narrativa aponta como o modo de ser de um dado território transcende a explicação apenas de um lugar específico, pois “[...] a cada momento a totalidade existe como realidade concreta e está ao mesmo tempo em processo de transformação” (Santos, 2014, p. 45). Assim, a letra “[...] assustador é quando você descobre que tudo deu em nada e que só morre pobre” representa um desabafo ante uma realidade muitas vezes apresentada como fato consumado, em que a banalização da vida começa a fazer parte do cenário social, levando a um sentimento de apatia e naturalização da violência.

Definir um território como violento é falar de um racismo estrutural que exclui, segrega e mata. Assim, a cartografia é construída pautada na desigualdade do espaço. Como Maura Vêras relata em seu livro *DiverCidade: territórios estrangeiros como topografia da alteridade em São Paulo*, a cidade é o lugar das contradições, zonas de deterioração, em contraste com áreas de “renovação” urbana e distribuição diferenciada de ocorrências de chacinas, risco de violência, discriminação, além de cenário de devastação ecológica. A configuração de territórios ganha relevo, e são exigidos para sua análise, cada vez mais, componentes étnico-culturais e políticos, assim como o recorte das identidades. (Vêras, 1995, p. 15)

Na realidade, as coisas não nos rodeiam, nós formamos com elas um mesmo mundo, somos coisas e gente habitando um indivisível corpo. Esta diversidade de pensamento sugere que talvez seja necessário assaltar um último

reduto de racismo que é a arrogância de um único saber e a incapacidade de estar disponível para filosofias que chegam das nações empobrecidas. (Couto, 2011, p. 21)

Parafraseando Mia Couto, na busca por narrativas plenas de significados há um desafio constante de manter-se disponível para apreender conhecimentos que chegam dos territórios empobrecidos, invisibilizados pela cartografia oficial. As populações que vivem nessas localidades, na busca por estratégias de sobrevivência, em contextos desfavoráveis, criam ações que as direcionem às políticas sociais, indicando que a cartografia é construída a partir de desejos, necessidades, vontades e anseios. Assim o lugar vai ganhando forma e relevo.

Os territórios conhecidos a partir das narrativas transcendem o delineamento de escalas numéricas ou gráficas e contribuem com estratégias para criar mediações entre o direito e a demanda, o local e o global. Dessa forma, “[...] o espaço reproduz a totalidade social à medida que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas” (Santos, 2014, p. 33).

Tal forma de reprodução social é demarcada pelo processo de produção, no contexto de uma sociedade capitalista. A dinâmica social de determinado local influencia a evolução de outras estruturas, faz com que o entendimento das expressões sociais manifestadas no cotidiano das pessoas monte um rico mosaico da realidade social que vivenciam.

A história, na verdade das coisas, se passa nos quadros locais, como eventos que o povo recorda e a seu modo explica. É aí, dentro das linhas de crenças coparticipadas, de vontades coletivas abruptamente erçadas, que as coisas se dão. (Ribeiro, 2015, p. 201)

As histórias narradas pelos sujeitos se entrelaçam e montam um amplo painel da realidade social; a forma de traduzi-las depende da proposta da coleta dos relatos. O observador deve procurar reunir pedaços, reconstruir espaços fragmentados para delinear uma linha interpretativa que sintetize a totalidade, que supere o olhar do cotidiano (Véras, 2003).

No processo de construção de territorialidades, as narrativas individuais tornam-se coletivas. Como diz Portelli (2001, p. 31): “[...] uma das coisas que faz a história oral diferente é seu potencial democrático”. Numa relação de horizontalidade e reciprocidade, narrador e ouvinte vão compondo a narrativa.

O ato de narrar é arraigado de subjetividades. Elas compõem o enredo das experiências vivenciadas pelos sujeitos históricos nos diferentes quadros sociais que formam sua trajetória de vida e seu processo de participação social. É assim que se materializa o registro das práticas sociais cotidianas,

práticas temporais e espaciais que se cruzam na memória da cidade: as inscrições (marcas) históricas e culturais da lembrança não estão no espaço, mas no tempo, e o tempo está dentro de nós. E é o tempo, o tempo perdido, em especial o tempo redescoberto, desenvolvido, vivenciado, que nos revela a imagem da eternidade. [Memória] significa compreensão, conservação, o vivido e o aprendido, sem, no entanto, uma regressão ao passado, mas com uma “presentificação” do que já passou. (Véras, 1998 apud Véras, 2003, p. 21)

Na música *Fim de semana no parque* (1993), a forma de narrativa convoca o ouvinte a vivenciar o cotidiano narrado:

Olha só aquele clube que dá hora. Olha aquela quadra, olha aquele campo, olha. Olha quanta gente, tem sorveteria, cinema, piscina quente. Olha quanto boy, olha quanta mina... Tem corrida de kart dá pra ver, é igualzinho o que eu vi ontem na TV. Olha só aquele clube que dá hora. Olha o pretinho vendo tudo do lado de fora. Nem se lembra do dinheiro que tem que levar, pro seu pai bem louco gritando dentro do bar. Nem se lembra de ontem de onde o futuro, ele apenas sonha através do muro [...]. (Racionais MC'S, 1993)

Nesse trecho, destaca-se o ato de “olhar” e a insistência em chamar atenção, a todo momento, para a importância deste gesto, uma observação crítica da realidade desigual, que exclui e segrega, em que as contradições de classe, gênero, etnia e raça estão colocadas no horizonte, uma observação crítica da forma como as relações sociais se estabelecem. Há, nesse mesmo contexto, um movimento constante de resistência: “Ele apenas sonha através do muro.” (Racionais MC'S, 1993)

Nas periferias das grandes cidades, uma fonte importante de narrativa do território é a música, com destaque para o *rap* como forma potente de apresentar a vida cotidiana por meio da fonte oral, em que o registro das histórias tem como pano de fundo um contexto social que resulta dos impactos de um projeto societário. Um trecho de *Homem na estrada* (1993) destaca:

Um homem na estrada recomeça sua vida. Sua finalidade: a sua liberdade.
Que foi perdida, subtraída; e quer provar a si mesmo que realmente mudou,

que se recuperou e quer viver em paz, não olhar para trás, dizer ao crime: nunca mais! Pois sua infância não foi um mar de rosas, não. Na Febem, lembranças dolorosas, então. Sim, ganhar dinheiro, ficar rico, enfim. Muitos morreram sim, sonhando alto assim, me digam quem é feliz, quem não se desespera, vendo nascer seu filho no berço da miséria. Um lugar onde só tinham como atração, o bar e o candomblé pra se tomar a bênção. Esse é o palco da história que por mim será contada. [...] um homem na estrada. (Racionais MC's, 1993)

O tempo presente dialoga com o passado nessa música; cada acontecimento narrado “[...] tem múltiplas relações com os acontecimentos gerais” (Martinelli, 2019, p. 29). Os fatos vivenciados apresentam realidades social e cultural que demarcam as zonas de inclusão e exclusão de um território que, para além das marcas das vulnerabilidades, possui as marcas dos sonhos, desejos, valores estabelecidos socialmente, apresentando-nos a sociedade das contradições.

A narrativa proposta nas músicas dos Racionais MC's apresentadas neste artigo nos convoca a revisitar o processo histórico do Brasil para entendermos a profundidade do que há nas entrelinhas das palavras ditas e, a partir da observação e reflexão sobre o cotidiano dos territórios das “ausências”, identificar a força da oralidade como registro da trajetória da constituição de um modelo de sociedade brasileira.

O ruim aqui, e efetivo fator causal do atraso, é o modo de ordenação da sociedade, estruturada contra os interesses da população, desde sempre sangrada para servir a desígnios alheios e opostos aos seus. Não há, nunca houve, aqui um povo livre, regendo seu destino na busca de sua própria prosperidade. O que houve e o que há é uma massa de trabalhadores explorada, humilhada e ofendida por uma minoria dominante, espantosamente eficaz na formulação e manutenção de seu próprio projeto de prosperidade, sempre pronta a esmagar qualquer ameaça de reforma da ordem social vigente. (Ribeiro, 2015, p. 330)

Em *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*, Darcy Ribeiro apresenta a coexistência paradoxal de duas realidades no contexto da sociedade brasileira: “[...] uma prosperidade empresarial, que às vezes chegava a ser a maior do mundo, e uma penúria generalizada da população local [...]” (Ribeiro, 2015, p. 327), sempre coexistiram. Aponta, assim, a importância de uma narrativa que inclua, no contexto do processo histórico brasileiro, as vozes dos invisibilizados pela história oficial.

As narrativas “dos territórios” trazem a correlação de forças, de disputas de projetos societários, mas também de resistências sendo necessário “[...] reconhecer e respeitar a autenticidade da narrativa, incluindo a voz do sujeito, como foi ouvida, suas palavras como foram ditas”. (Martinelli, 2019, p. 32)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Ao lado de uma língua que nos faça ser humanidade, deve existir
uma outra que nos eleve à condição de divindade.*

— Couto, 2011 —

As narrativas, como forma de construção da cartografia do território, possibilitam, além do entendimento do espaço, a objetivação de identidades.

Ao mesmo tempo ciência e arte, a cartografia é responsável pela representação da realidade, contribuindo para a melhor compreensão do mundo ao apreender as vivências dos sujeitos a fim de compreender as diversas faces dessa representação. Não só produz representações gráficas do espaço, mas também registra as marcas sociais evidenciadas nos territórios.

Ao narrar sua trajetória de vida, os sujeitos, historicamente invisibilizados pela cartografia oficial, apresentam territorialidades pautadas na afetividade. Nesse sentido, os significados dados às vivências ganham um relevo de pertencimento e apontam estratégias de construção social para a superação de realidades produtoras de vulnerabilidades.

Essa forma de busca de conhecimento das representações sociais, pautada na cartografia do território, visa:

[...] dialogar sobre a necessária desnaturalização de determinadas tipologias utilizadas como sinônimos e caricaturas homogeneizantes de grupos populacionais específicos, que tomam como referência preferencial linhas de corte de renda, aliadas a outras características de perfil demográfico. Coloca-se em questão o risco de reducionismo nessa tendência atual de estabelecimento de critérios, adotados por diferentes programas sociais brasileiros, calcados, exclusivamente, em características de pessoas e/ou famílias, desconsiderando a complexidade dos contextos em que estas vivem. (Koga, 2013, p. 31)

Para uma profissão interventiva, como no caso do serviço social, ir além das tipologias de elegibilidade para o acesso a determinadas políticas sociais é um

desafio, porque as narrativas revelam uma dinâmica social que muitas vezes está para além dessas tipologias preestabelecidas, exigindo diálogo constante com o saber adquirido.

Desse modo, territorialidade e cultura configuram potentes ferramentas de tradução de um cotidiano compartilhado. Portanto, entendemos as vivências coletivas como exercícios de participação social que não só se materializam em conquistas sociais, mas em saberes vividos coletivamente, passados de geração para geração, com importante foco na oralidade.

As falas dos sujeitos históricos apresentam uma forma de apreensão da realidade social que nos convoca a conhecer de perto as práticas cotidianas de enfrentamento das contradições de uma sociedade pautada em valores de mercado, em que os territórios só fazem sentido a partir da lógica do capital. No entanto, é nas fissuras do cotidiano que a ousadia de resistir, existir e construir cartografias possíveis de impulsionar transformações sociais são forjadas.

REFERÊNCIAS

- BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça Marchina (orgs.) (2009). *A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica*. São Paulo, Cortez Editora.
- COUTO, Mia (2011). *E se Obama fosse africano? E outras interinvenções*. São Paulo, Companhia das Letras.
- FRANCISCO, Eliana Aparecida (2019). *As narrativas populares na construção da cartografia do Jd. Irene, zona sul de São Paulo*. Tese de doutoramento em Serviço Social. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- KOGA, Dirce (2013). Aproximações sobre o conceito de território e sua relação com a universalidade das políticas sociais. *Serviço Social em Revista*. Londrina, v. 16, n.1, pp. 30-42, jul./dez.
- KOWARICK, Lucio (1979). *A espoliação urbana*. Coleções Estudos Brasileiros. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, v. 44.
- LEONTIEV, Alexis Nikolaevich (1980). “Actividade e consciência”. In: MAGALHÃES-VILHENA, Vasco Manuel de. (org.). *Práxis: a categoria materialista de prática social*. Tradução do inglês por Jorge Correia Jesuíno. Lisboa, Livros Horizonte, pp. 49-77.
- MARTINELLI, Maria Lúcia (2019). História oral: exercício democrático da palavra. In: MARTINELLI, Maria Lúcia et al. (orgs.). *A história oral na pesquisa em serviço social: da palavra ao texto*. São Paulo, Cortez Editora.

- MORAIS, Marcelo Navarro de (2006). Uma análise da relação entre o estado e o tráfico de drogas: o mito do “Poder Paralelo”. *Ciências Sociais em Perspectiva*, v. 5, n. 8, pp. 117-138. Paraná, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Cascavel, Centro de Ciências Sociais Aplicadas.
- PORTELLI, Alessandro (2001). História oral como gênero. Tradução Maria Therezinha Janine Ribeiro. *Projeto História*. São Paulo, v. 22, jun.
- RACIONAIS MC's (1993). *Homem na estrada*. Álbum Raio X Brasil, São Paulo.
- _____(1993). *Fim de semana no parque*. Álbum Raio X Brasil. São Paulo.
- _____(1997). *Fórmula mágica da paz*. Álbum Sobrevivendo no Inferno. São Paulo.
- _____(1997). *Periferia é periferia*. Álbum Sobrevivendo no Inferno. São Paulo.
- _____(2002). *Da ponte pra cá*. Álbum Nada como um Dia após o Outro Dia. São Paulo.
- RIBEIRO, Darcy (2015). *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 3 ed. São Paulo, Global Editora.
- SANTOS, Milton (2014). *Da totalidade ao lugar*. Coleção Milton Santos. São Paulo, Edusp..
- _____(2014). *Espaço e método*. 5 ed. Coleção Milton Santos. 2 reimpressão, São Paulo, Edusp..
- TELLA, Marco Aurélio Paz (1999). “Rap, memória e identidade”. In: ANDRADE, Eliane Nunes. (org.). *Rap e educação, rap é educação*. São Paulo, Summus Editorial.
- VÉRAS, Maura Pardini Bicudo (2003). *DiverCidade: territórios estrangeiros como topografia da alteridade em São Paulo*. São Paulo, Educ.

O ESPORTE COMO MEDIAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO COLETIVO E DE GARANTIA DE DIREITOS

Marilene Aparecida Massaro Ferreira¹

INTRODUÇÃO

[...] Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (Brasil, 1990, p.13)

A proposta deste artigo é analisar, a partir de uma experiência concreta, as possibilidades de construção de um projeto coletivo por meio da mediação do esporte. Para tanto, parte-se da experiência de uma Organização Social (OS) na cidade de Osasco², a Boxe Top Team Brasil (BTT), inicialmente marcada pela família Carvalho e Almeida. Em 2008, com 13 anos, o filho de Cristiano e Vera Lúcia Carvalho e Almeida estava com dificuldades na escola e diagnóstico de déficit de atenção. Neste momento, o boxe entra na vida da família por meio de uma orientação profissional. Desde então, o esporte não saiu mais de suas vidas e se expandiu para atender a crianças e adolescentes. Os participantes que contribuíram

-
1. Assistente social. Mestra em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Docente no curso de Serviço Social da Universidade Anhanguera (UNI-Anhanguera).
 2. A cidade de Osasco localiza-se a oeste da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Tem população estimada em 696 mil habitantes (dados do Censo de 2010). Maiores informações em <http://www.osasco.sp.gov.br/home>.

para a pesquisa³ foram colaboradores da organização; muitos foram alunos que se tornaram educadores, cada um da modalidade que mais conhecia e dominava.

A cidade de Osasco é considerada o terceiro centro urbano com o maior movimento de lojas comerciais do Brasil, ficando atrás apenas das ruas 25 de Março, na cidade de São Paulo, e da Sociedade de Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega (Saara), na cidade do Rio de Janeiro. Algumas das empresas que mais movimentam a economia brasileira estão instaladas em Osasco, como a matriz do banco Bradesco, uma das maiores instituições financeiras privadas do Brasil.

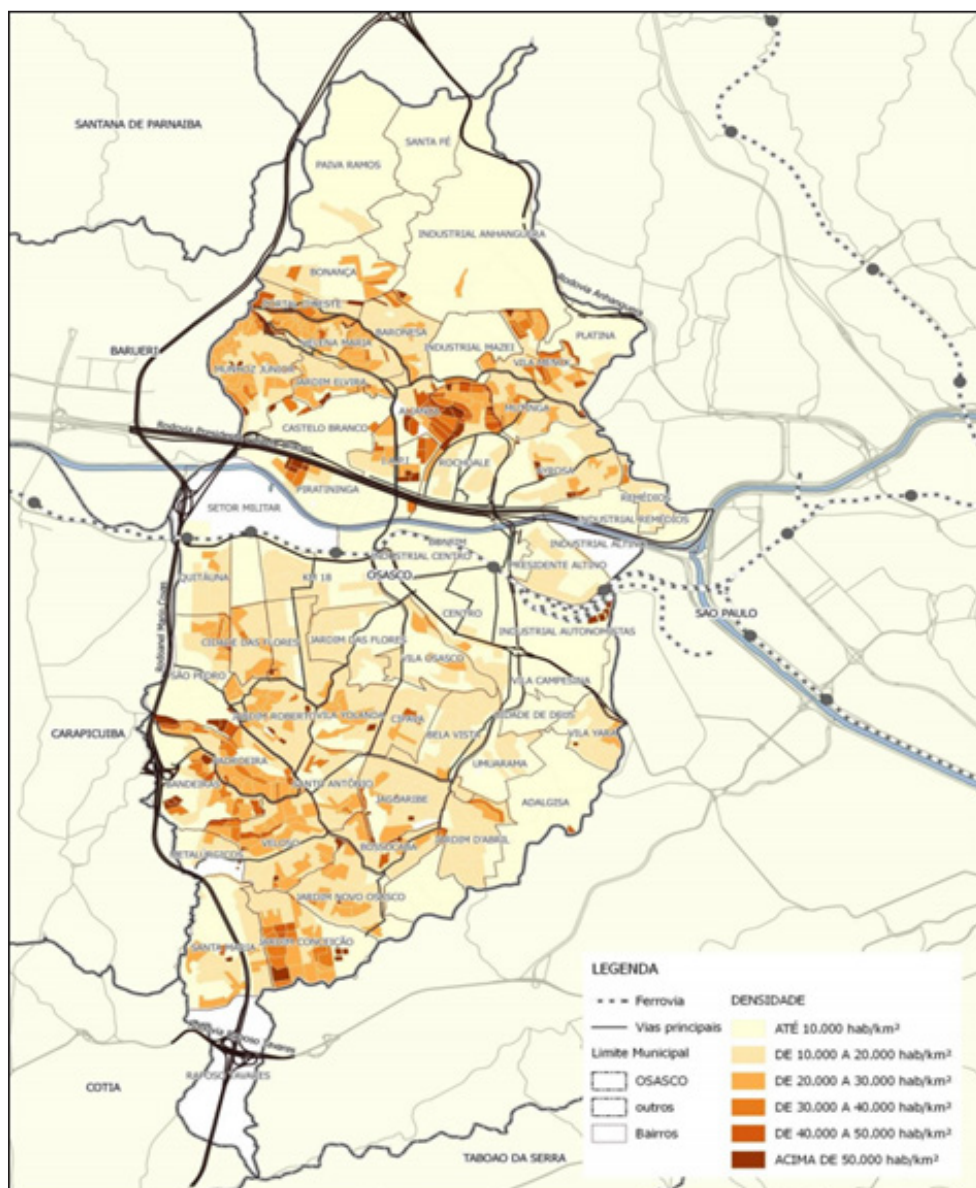
Osasco também é uma cidade de contradições. Na zona sul, região abaixo da rodovia e da ferrovia, está o bairro da Vila Yara, que possui o quarto melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da cidade (0,901). Localiza-se em uma das regiões mais movimentadas da cidade, cuja renda média é uma das mais altas do município, chegando a mais de R\$ 3.100 mil de renda *per capita*. Em seus limites, encontra-se o bairro da Vila Campesina, com casas luxuosas, ainda considerado o centro gastronômico e boêmio da cidade. Abriga também a Prefeitura Municipal e conta com a presença massiva do Estado por meio de escolas, terminal de ônibus, centro de atendimento ao trabalhador, e também da iniciativa privada, com a construção de três shoppings centers, grandes redes de supermercado e empreendimentos imobiliários. A figura 1 mostra a divisão da cidade em bairros e suas respectivas densidades demográficas.

Os bairros Cidade de Deus, onde há propriedades do Bradesco, Bela Vista, além das vilas Campesina e Yara, contam com as melhores estruturas do município. Juntos, possuem aproximadamente 100 mil habitantes, em contraste com outras regiões da cidade, como a zona norte, cuja população é o triplo da registrada na zona sul, com uma das menores rendas *per capita*.

O bairro Munhoz Júnior, na região norte da cidade, foi palco de uma chacina ocorrida em agosto de 2015, que se estendeu até o município vizinho, Barueri, deixando 23 mortos. Três policiais militares e um guarda civil foram condenados em 2017, acusados pelas mortes. Tal fato teve repercussão internacional, e os familiares cobraram das autoridades brasileiras o esclarecimento e a punição dos assassinos.

Quanto ao esporte, Osasco possui a liga de vôlei feminino e o time de futebol Audax, com reconhecimento nacional principalmente nos jogos de 2014. A questão da vulnerabilidade, nesse aspecto, foi e é um problema encontrado pela família Carvalho devido à ausência de recursos, o que despertou ao longo do tempo

3. Nota: este artigo é uma adaptação de uma pesquisa realizada originalmente para a confecção de uma dissertação de mestrado.



Fonte: Disponível em: <http://www.osasco.sp.gov.br/home>

Figura 1 – Mapa do município de Osasco

a mobilização das pessoas em prol do esporte. Em relação à vulnerabilidade social, estudos demonstram que seu conceito é multifacetado, devido às inúmeras situações que podem atingir indivíduos, famílias ou coletividades, englobando várias dimensões, entre as quais: a sociodemográfica, a ambiental, a afetivo-relacional e a dos bens materiais. A população residente na zona norte da cidade apresenta os maiores problemas sociais, cuja vulnerabilidade se concentra na baixa escolaridade, baixa renda e difícil acesso a serviços públicos, entre outros.

As ações da prefeitura são realizadas com maior ênfase no centro da cidade e na zona sul, ao contrário do que se observa na zona norte, deixando a periferia com serviços públicos precários, falta de esporte, lazer e recreação. As distribuições se concentram na região central ou bairros do entorno, como no Jardim das Flores e na Vila Osasco. As regiões extremas, como as zonas norte (Santa Fé) e Sul (Conceição), ou possuem somente um equipamento público que permita essas práticas ou não possuem nenhum.

O geógrafo Milton Santos (2007, p. 21), em seu conceito de trabalho, compreende que a discussão sobre território:

Só tem sentido quando podemos compreendê-lo de forma dinâmica, nas faces e interfaces com a cultura. Entendemos a cultura como um processo organizativo sócio-histórico, que diz respeito às ações e ao modo como os homens se organizam para construir suas vidas.

É, portanto, nesse espaço dinâmico, em movimento constante, adequado à atualidade, com os recursos e possibilidades disponíveis, que as organizações sociais acontecem, inseridas nos territórios. É interessante pensar que o território se constitui nesse grande movimento de faces e interfaces da relação daqueles que vivem, passam, conhecem; onde tudo acontece.

Contar uma experiência que utiliza a prática esportiva comunitária nos faz sair do lugar das “desgraças” para falar da esperança, das possibilidades, da prevenção, ousando projetar possibilidades de dias melhores, da construção de uma nova sociabilidade, em que a dimensão humana tenha centralidade.

O ESPORTE COMO ESPAÇO FAVORÁVEL PARA A GARANTIA DE DIREITOS

Os programas e projetos na área do esporte aparecem no Brasil, com destaque para o cenário das práticas educativas, a partir da década de 1990, com o

objetivo de promover o exercício da cidadania. São implementados e fomentados por entidades que se caracterizam como Organizações Não Governamentais (ONG), entidades filantrópicas, associações comunitárias, fundações e outras.

Pensar o esporte no território é pensar práticas esportivas que dependem das características do território e do espaço, por exemplo, região de mar para a prática do surfe ou vela. No entanto, em várias regiões do mundo, algumas práticas esportivas com participação coletiva são possíveis cotidianamente, em espaços de determinado território. Tais práticas, assim como as da BTTB, mudam a rotina do local, ocupando espaços, possibilitando a apropriação da cidade.

Considera-se o esporte como um fenômeno sociocultural universal, presente tanto nos países mais ricos como nos mais pobres. Sua globalização supera barreiras de gênero, crença religiosa, linguagem, etnia. É uma das atividades humanas a mobilizar pessoas em um evento, devendo ser entendido como patrimônio cultural dinâmico da humanidade, porque é criado, transmitido e transformado ao longo dos tempos.

Por meio da modalidade esportiva do boxe, a BTTB ampliou o atendimento às crianças e adolescentes do bairro Munhoz Júnior, garantindo direitos.

Em 2002, a família Carvalho inicia os treinos na Academia do mestre Clarão (que ficava no centro de Osasco) mas, em virtude de dificuldades financeiras, não conseguem manter essa condição, ocasião em que surge a ideia de manter os treinos na laje da casa da família, com a colaboração de um treinador profissional.

De 2008 a 2011, rapidamente, o número de crianças e adolescentes interessados atinge o limite do espaço. Não havendo mais condições de receber o crescente número de interessados, Cristiano e seus amigos iniciam a procura de um novo espaço. Este é alocado em um galpão cedido por um político da região, na rua Piacatu, onde permaneceram por dois anos. Para manter os materiais necessários aos treinos, com o constante crescimento de crianças e adolescentes interessados nas aulas de boxe, a equipe contou com o auxílio de pequenas parcerias.

Em 2011, Cristiano e sua equipe procuram a Secretaria de Educação do município e conseguem autorização para o uso dos espaços esportivos do Centro de Educação Unificado (CEU) Zilda Arns, localizado na Vila Munhoz Júnior, zona norte de Osasco. Desde então, precisamente a partir de 24 de março de 2012, o projeto funciona às segundas, quartas e sextas-feiras com treinos divididos para os públicos adulto e infantil, visando atender a todos os interessados por boxe e artes marciais (jiu-jitsu e muay thai), teatro e futebol – este promovido através de parceria com o Audax, time da cidade.

As novas modalidades são inseridas a partir da procura e das habilidades dos educadores envolvidos, interessados em oferecer outras possibilidades. Ressalta-se que acontecem no período noturno, já que alguns espaços só estão disponíveis nesse horário e os educadores têm outro trabalho durante o dia. Em 2012, quando as atividades iniciam no CEU Zilda Arns, o grupo envolvido na organização sente a necessidade da regulamentação do projeto, que, em 2013, se constitui como Organização da Sociedade Civil (OSC), cujo estatuto diz:

Art. 4º: A Associação tem por finalidade a promoção de atividades de relevância pública e social, de assistência social, de promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais, por meio de atendimento socioassistencial e psicossocial, bem como, proporcionamos atividades meios, como, oficinas lúdicas de BOXE, MUAY THAY, JIU JITSU, FUTSAL E TEATRO. (Estatuto Social da Boxe Top Team, p. 1)

Em 2016, a BTTB solicita à Secretaria Municipal de Educação um espaço que estava ocioso, um depósito do CEU Zilda Arns, um grande salão ocupado com mobílias sem uso. Posteriormente cedido à BTTB, tal espaço torna-se uma academia, onde ficam os tatames e equipamentos (ainda poucos) necessários para a prática do boxe. A quadra e o teatro também são usados. Do início, em 2009, na laje da família Carvalho e Almeida, até o final de 2015, segundo registros internos, já passaram pela BTTB em torno de 2.500 crianças e adolescentes da região.

A BTTB tem a sua importância no esporte não apenas como atividade física, fundamental para a saúde. Conforme orientação da Organização Mundial da Saúde (OMS), o esporte tem potencial educativo e seus benefícios para os desenvolvimentos físico, social e afetivo só contribuem na formação e no projeto de vida de quem o pratica. Isso só é possível com a própria compreensão da proposta da BTTB, a perspectiva e o entendimento de crianças e adolescentes. É uma trajetória de desafios e investimento em formação.

Na BTTB, a prática esportiva para crianças acontece de forma mais lúdica, sem grandes exigências no sentido da técnica, o que demonstra contribuir muito mais com na formação do desenvolvimento, proporcionando um espaço favorável para que a garantia ao convívio, ao lazer, ao esporte e à apropriação da cidade sejam garantidos.

Na perspectiva da prática esportiva, a BTTB transformou-se em um espaço favorável para algumas questões, como a possibilidade de trabalho por meio do viés do direito e o movimento no território, por tornar-se conhecido e

ampliar o atendimento para outros bairros. Originalmente contando somente com a prática do boxe, outras modalidades puderam ser ofertadas à comunidade a partir de contribuições dos envolvidos, cada um na área em que possui mais habilidades e conhecimentos. Assim, percebe-se o esporte como forma de pertencimento de determinado grupo ao bairro, de descobertas para pensar em projetos de vida, “expandir horizontes” de todos/as os/as envolvidos/as, tanto educadores/as como alunos/as.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A BTTB é um exemplo do potencial de resistência, da organização e do envolvimento das famílias. Ela comprova que o esporte, principalmente com crianças e adolescentes e o engajamento dos sujeitos envolvidos na trajetória, contribui profundamente para o fortalecimento de vínculos e ações coletivas.

Foi com esse engajamento político que se buscou percorrer um caminho que desvendasse os sentidos de um fazer coletivo, pois compreendemos que a análise do cotidiano só é permitida quando se conhece aqueles que o vivenciam para, assim, construir uma ideia de que lugar é esse. O lugar aqui descrito, o território de Osasco, conhecido como “cidade trabalho”, com contradições relacionadas à própria divisão geográfica, distribuição de espaços públicos e acesso a serviços.

Por um lado, o município incorpora a sede de um dos maiores bancos privados brasileiros, o Bradesco, com alguns projetos na área da educação, ganhando visibilidade na manutenção do direito à educação de qualidade. Por outro, registra uma das maiores chacinas acontecidas na região, no bairro Munhoz, violência que não poderá ser jamais esquecida.

Essas são manifestações da desigualdade social existentes em nosso país. Como se dá o enfrentamento, ou melhor, como construir outro sistema, que permita a vida em uma sociedade sem opressão, sem violência? Por meio da reflexão sobre o lugar do qual se está falando, do conhecimento desse espaço, sua geografia e, principalmente, das relações sociais e políticas, avanços e desafios. Como diz Milton Santos: “O papel ativo do território pode impor ao mundo uma revanche”⁴. A revanche que vem daqueles que sentem a dor da perda, da injustiça, mas que podem promover a mudança através da luta coletiva e do conhecimento.

4. No documentário *Encontro com Milton Santos: o mundo global visto do lado de cá*, 2001.

A história da BTTB expressa parte do que pode ser transformado em um território enquanto espaço do vivido, da experiência, que tem trajetória própria, pautada na história individual, que ganha forma por meio do coletivo. É uma resistência em face do enfrentamento das violações dos direitos das crianças e adolescentes.

Esta pesquisa pode conferir que essa organização, com uma história de trabalho pela força da ação coletiva, consegue garantir acesso à cultura, ao lazer e ao esporte, o que já aponta para um cenário de possibilidade de conquista, especificamente para o bairro Munhoz, através da militância política de um grupo de moradores.

Traz luz a uma questão central quando se fala em espaços educativos. Pode-se observar que os professores foram formados no cotidiano das ações e pela experiência de trabalho com outros sujeitos, uma formação além das “prescrições” dos manuais e que qualifica saberes e fazeres por meio da força do coletivo. Vê-se que a formação continuada dos professores esteve no cerne do trabalho: formar e qualificar a própria mão de obra através da leitura do território e seus sujeitos, discussão que tem sido relevante nos debates sobre educação.

A modalidade esportiva do boxe foi central no percurso, isto é, da prática esportiva, iniciada como movimento de cunho pessoal, mas que para muitos, no decorrer da experiência com a BTTB, proporcionou mudança de vida. Ganhou-se consciência de que não se trata apenas de “um treino”, mas do encontro entre histórias de vida. Consciência de que os sujeitos que ali estão têm dificuldades, o meu bairro tem problemas, pessoas sofrem, pessoas são felizes.

Entretanto, como eu posso contribuir? Ficou evidente que as reflexões foram geradas à medida que houve um movimento catalisador de buscas e encontros, de reflexões coletivas e diálogos com o território. Foi necessária uma construção, enquanto projeto que começa como ação voluntária e caminha para a militância política, para ressignificar o papel do professor como educador social, observado na pesquisa com o grupo pesquisado.

O esporte foi uma ação favorável para que isso ocorresse, dado que seu ambiente se constitui da dimensão educativa, da sociabilidade, da ação coletiva, como na história da BTTB, para a qual possibilitou, a partir da prática do boxe, o fomento a ações coletivas, posicionamentos e mudanças na visão de mundo. Isto se comprova na emoção revelada pelos participantes ao se olharem e ao olharem o outro como sujeito de direito, que tem potencial, e que juntos se fortalecem para seguir a luta, a busca da garantia de direitos.

Procurando mediações para solucionar esse(s) “problema(s)”, evidentemente causados pela falta de opção de atividades, surgiu o futebol, proposto a partir da demanda dos adolescentes, que também circulavam na área, sem muita motivação, ficando evidente que há pessoas que não se interessam por esportes como o boxe, ainda está associado a representações de violência, visão ainda muito arraigada na cultura, que mostra o limite da BTTB e traz questões que precisarão ser acatadas, ampliando as ações em rede.

Pensar o esporte como uma das formas de espaço de trabalho é muito importante, já que possibilita um olhar além do que muitas vezes se propõe, como a busca de alto rendimento ou uma atividade para incentivar as crianças. Mais do que isso, é um espaço de sociabilidade, de resistência, como bem evidenciou a experiência da BTTB. Um campo de múltiplas possibilidades de discussão, tais como desigualdades de gênero, etnorraciais, de classe, geração e possibilidades de resistência, organização e enfrentamento.

A intenção é pensar de modo mais amplo para chegar no “miúdo” do cotidiano, como afirma Heller (2000, p. 38): “A vida cotidiana não está ‘fora’ da história, mas no ‘centro’ do acontecer histórico: é a verdadeira ‘essência’ da substância social”.

Como é estar no acontecer histórico para o serviço social? O que já foi deixado de legado por nossos precursores profissionais e o que vem se construindo? A produção de conhecimento permite essa aproximação, fundamental para o profissional da área, para que tenha atuação qualificada e segura. O conhecimento está no fazer profissional, em cada atendimento, em cada visita, em cada possibilidade de resposta para expressões da questão social, no que indaga criticamente a realidade para que possa ser transformada.

A reflexão sobre os desafios do serviço social expõe um campo de tensionamento, ocasionado pela complexa realidade. Tensão representada pelos espaços sócio-ocupacionais, que nem sempre estão em defesa dos mesmos interesses do coletivo profissional, mas, ao contrário, voltam-se aos interesses do capitalismo, que prioriza números e produtividade. Lidar com números também pode ser importante para conhecer, levantar demandas e necessidades, porém não é suficiente só “olhar para isso” e esquecer o humano. São novos desafios para a profissão.

Se pensarmos nos novos espaços de atuação e suas exigências, por exemplo, o atendimento a refugiados e outros espaços de atuação, que exigem mais do profissional do serviço social, perceberemos que estamos diante de outras formas de

mediação para lidar com novas demandas. A mediação pela arte, pelo esporte e pela cultura possibilita uma conexão com outras formas de ver o ser humano e intervir em suas demandas.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, Senado Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 20 jan. 2020.
- _____. (1988). Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- _____. (1988). Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015. Altera a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 15 dez. 2015. Disponível em http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/30176271/do1-2015-12-15-lei-no-13-204-de-14-de-dezembro-de-2015-30176259. Acesso em: 20 jan. 2020.
- ENCONTRO com Milton Santos: O mundo global visto do lado de cá (2001). Direção: Sílvia Tandler.
- HELLER, Agnes (2000). *O cotidiano e a história*. São Paulo, Editora Paz e Terra.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (2010). *Censo demográfico 2010: Cidade de Osasco*. Disponível em: www.cidades.ibge.gov.br. Acesso em: 02 fev. 2019.
- OSASCO (SP). Plano diretor da cidade. Disponível em: www.seplag.osasco.sp.gov.br/Content/uploads/publicacao/arquivo/8a126a96-17ce-48fd-9139-2b0920538b5c.pdf. Acesso em: 21 jan. 2021.
- SANTOS, Milton (2000). *Território e sociedade: entrevista com Milton Santos*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.
- _____. (2007). *Encontros: entrevista com Milton Santos*. Rio de Janeiro, Beco do Azougue, 2007.

POVOS CIGANOS, MIGRAÇÕES AFRICANAS E MOVIMENTOS DE MORADIA NA CIDADE DE SÃO PAULO: UM CAMINHO PARA O SERVIÇO SOCIAL PELA MEDIAÇÃO DA ARTE

Beatriz Adão Pascoal da Costa¹

Cleonice Dias dos Santos Hein²

Iranildo da Silva Marques³

Ricardo de Holanda Leão⁴

INTRODUÇÃO

Neste artigo, apresenta-se, de modo sintético, um debate que une três movimentos presentes na cotidianidade social, realizando conexões com o serviço social a partir da perspectiva artística. De início, aborda-se a relação entre migração

-
1. Teóloga e assistente social, pós-graduada em Teologia com especialização em Gestão de Projetos Sociais. Mestra e doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social (PEPGSS) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). É pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade (NEPI) da PUC-SP.
 2. Assistente social atuante na assessoria técnica Ambiente Arquitetura e União dos Movimentos de Moradia de São Paulo. Doutora pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social (PEPGSS) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade (NEPI) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais (Nemos) da PUC-SP.
 3. Mestre em Serviço Social pelo Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social (PEPGSS) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Assistente social da Subsecretaria da Igualdade Racial da Prefeitura de Guarulhos. É pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade (NEPI) da PUC-SP.
 4. Assistente social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Mestre pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutorando do Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PEPGSS) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade (NEPI) da PUC-SP.

africana no Brasil, os povos ciganos e movimentos de moradia, particularmente na cidade de São Paulo, elucidando aspectos gerais da produção capitalista para, posteriormente, adentrar na categoria do serviço social e na arte como possibilidade de mediação⁵.

O que parece a princípio um debate amplo, logo se transforma em um emaranhado conexo de relações que se manifestam de modo preciso na sociedade, mesmo que não homogêneo, a partir do trabalho e das relações produzidas nesse lócus. Notou-se, pois, que todas as coisas em volta do ser humano derivam da natureza e compõem a condição para a sobrevivência. Assim, na construção da sociabilidade a partir do processo de trabalho, o ser humano cria um conjunto de relações sociais que colabora para a formação da diversidade e das particularidades nela contidas. Nessa perspectiva, o trabalho contribui para a sociabilidade coletiva, se considerada a possibilidade de o trabalhador não estar alienado a esse processo. No entanto, no contexto do capital, a perspectiva do trabalho gera disputa, individualismo, desigualdade, pobreza, isto é, relações sociais estruturadas na lógica da mercadoria e do sofrimento imposto àqueles que pertencem à classe trabalhadora. O trabalho, que deveria ser prazeroso para os sujeitos, é transformado em sofrimento e processos de alienação. Como aponta Ricardo Antunes (2007, p. 2):

Quando a vida humana se resume exclusivamente ao trabalho, ela frequentemente se converte num esforço penoso, alienante, aprisionando os indivíduos de modo unilateral. Se, por um lado, necessitamos do trabalho humano e reconhecemos seu potencial emancipador, devemos também recusar o trabalho que explora, aliena e infelicitiza o ser social.

Os valores burgueses ocultam dos trabalhadores a realidade de que eles próprios são construtores e sujeitos da história. Tal relação, contida na vida humana, é incutida em modos de pensamento, a partir da mercantilização e da alienação, com diversos campos em que pode se reproduzir ideologicamente, como na arte, na cultura, nas religiões, na família, no trabalho, nos meios de comunicação. Em face do cotidiano e suas complexidades, como esfera de reprodução, mas também de possibilidades de construção histórica e mudanças, o assistente social é um dos

5. Este artigo traz experiências desenvolvidas em campo de trabalho, como também a partir de pesquisas já realizadas e em andamento no Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social (PPGSS) da Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC-SP) e resultado das pesquisas, experiências profissionais e do empenho dos autores na união das temáticas como forma de contribuir para o debate e a interdisciplinaridade.

profissionais que mais se aproxima da realidade dos trabalhadores. Para um trabalhador social, é sempre um desafio pensar o trabalho que permita olhar para a realidade de forma crítica e com ações alinhadas aos valores da classe trabalhadora. Defende-se o pensamento crítico como aquele que possibilita enxergar o real para além daquilo que é mostrado, superando níveis de alienação.

O cotidiano, nesse sentido, é permeado por fortes nuances de violência e desigualdades – sejam sociais, de sexo, de raça – decorrentes da sociedade de classes constituída historicamente. O serviço social, posto ante esse cenário de relações emaranhadas pelo crivo do preconceito, do racismo e pelo complexo reerguimento do sujeito advindo a partir dessa sociabilidade, trabalha submerso nesses contrastes e busca, com seus aparatos, formas de trazer os sujeitos para uma sociedade que, de fato, os reconheça e os reinsira como partícipes de uma coletividade.

Pensar as perspectivas dos povos ciganos e da migração africana no Brasil é considerar, no cotidiano, especificidades contidas no diverso. Temos, no país, constructos de realidades variadas, a partir dos grupos que os constituem, de formas de tradição que se mesclam com aquelas de origem dessas populações. Por outro lado, adiciona-se a essa discussão outro movimento, não menos distinto e importante, que caracteriza a rotina de muitos profissionais que realizam o trabalho social, aquele formado a partir do movimento por moradia na cidade de São Paulo. Inicialmente, três grupos muito distintos, mas que possuem algo em comum a ser desenvolvido e dinamizado por uma equipe profissional e, em especial, o serviço social: o reconhecimento legal do grupo ou do indivíduo – ou mesmo de famílias – na sociedade, como parte das decisões, atuando social e politicamente no lugar em que vivem.

Ao trabalhar com tais grupos, o serviço social tem em si, alicerçado na legalidade, o poder de garantir o reconhecimento de cada um – assim como assegurar a proteção de imigrantes que buscam a sobrevivência em outro país – e, no âmbito desta discussão, a garantia de moradia, direito básico e essencial da humanidade.

O modo de atender à pluralidade dos sujeitos, em suas variadas concepções e modos de vivência tem, no entanto, peculiaridades que devem ser observadas pelos profissionais encarregados desse tipo de mediação. Buscar meios de trabalhar a realidade dos sujeitos – trazendo, por meio da criatividade, da elaboração de saberes e com a compreensão do valor do projeto ético-político da profissão, formas que interfiram no modo de vida de quem está à margem da sociedade – são direcionamentos para um exercício emancipador.

Nesse sentido, há modos diversos de realizar o trabalho e um deles é pela mediação da arte. A arte pode ser um caminho de aproximação e desenvolvimento

também com esses grupos tratados neste artigo – povos ciganos, migrantes e usuários inseridos em movimentos de moradia –, pois oferta caminhos para estabelecer criticamente o reconhecimento da realidade, ao mesmo tempo em que possibilita intervenções de modo criativo, com efeitos positivos no exercício das políticas públicas. A seguir, aponta-se a maneira como a arte pode contribuir com a construção efetiva de direitos para esses indivíduos e suas famílias, assim como algumas concepções práticas dessa mediação. Salientamos que atuar com a arte pode ser um caminho produtivo na elaboração de troca de conhecimentos e no aprimoramento da criatividade profissional.

O SERVIÇO SOCIAL E A DIMENSÃO DA ARTE NO COTIDIANO

Reconhecendo que “[...] a ciência e a arte são exemplificações da capacidade humana de refletir a sociedade[...]” (Santos, 2015, p. 128) e que a partir da metade do século XIX muitos artistas, assim como as artes de modo geral, entraram no mundo capitalista de produção de mercadorias, observa-se que a arte pode ser colocada como necessidade para pensar o cotidiano e ser concebida como possibilidade de mediação profissional ante políticas públicas.

O serviço social, na relação com a sociedade e as formas de alienação e exploração da força de trabalho, a partir da dimensão técnico-operativa, corrobora com o que diz Guerra (2012) ao apontar o exercício profissional do assistente social como aquele que recebe determinações históricas, estruturais e conjunturais da sociedade burguesa, conformando a amplitude que caracteriza historicamente o modo de ser da profissão, que se realiza no cotidiano.

Ademais, ao entender que a atividade profissional se operacionaliza nas expressões da questão social, os objetos desta intervenção também se complexificam e se aperfeiçoam, pois apenas assim a profissão se torna capaz de dar respostas qualificadas às diferentes e antagônicas demandas que lhe chegam. A dimensão técnico-operativa, logo, é a forma através da qual aparece a profissão, sendo conhecida e reconhecida como atividade carregada de representações sociais e da cultura profissional. Destaca-se que o debate sobre a dimensão técnico-operativa vela a dimensão político-ideológica da profissão, como aquela pela qual o serviço social atua na reprodução ideológica da sociedade burguesa ou na construção da contra-hegemonia.

Exatamente nessa perspectiva compreende-se que a arte pode ser uma mediação que dá materialidade à construção da prática profissional. Nesse sentido, por exemplo, os ciganos Calons⁶, como classe trabalhadora, até os dias atuais encontram dificuldades para se manterem e serem reconhecidos como povo. No Brasil, desde 1574, surgem os primeiros relatos de ciganos, povo milenar, com origem na Índia, região onde hoje é o Paquistão. As discriminações dão-se, em muitos casos, pela falta de conhecimento sobre esse povo e, assim, permanecem reproduzindo-se de forma violenta.

Na cidade de Guarulhos/SP, a partir da experiência de Marques⁷, notou-se que, com seu modo de viver nos acampamentos, o povo Calon coloca-se em uma forma de resistência ao capitalismo, a partir do morar. Suas moradias expressam a arte de ser cigano na montagem dos acampamentos, na forma de se posicionar, nas decorações e na maneira como se vestem. Para o profissional, é imprescindível reconhecer que tais formas de expressão fazem parte da identidade desse povo, que se forja e se reafirma no contato com o mundo não cigano e com os não ciganos, chamados por eles de “garrom”, no caso dos homens, e “garrim”, no caso das mulheres. Esse povo, quando vai ao mundo não cigano vender mercadorias ou fazer leitura de mão, no caso das calins⁸, ao valorar esse ofício, se inserem no mundo do trabalho como classe trabalhadora, dependendo dessas atividades para ter meios de sobrevivência e atender às necessidades básicas que um ser social precisa para se manter vivo.

A arte rodeia esses grupos e pode ser utilizada como meio de subsistência e de aspecto que influencia o reconhecimento e a manutenção de seus membros. Nessa perspectiva, o profissional de serviço social pode desenvolver ações a partir do que colocam como necessidade e demanda, e não agir como pensa ser o melhor para o grupo, ou seja, como parte da diversidade de grupos tradicionais, pois cada grupo tem o próprio modo de vivência e deve ser respeitado.

A ação profissional deve pautar-se no princípio da equidade, considerando a história de perseguições e discriminações que tiveram, como consequência,

6. No mundo ocidental, os ciganos são divididos em três principais etnias: Rom, Calon e Sinti. Não constituem um povo homogêneo nem mesmo em seus grupos, que são subdivididos de acordo com seus ofícios, artes e a região da Europa da qual descendem.

7. Iranildo da Silva Marques atuou em acampamento cigano do povo Calon por meio da Subsecretaria de Igualdade Racial da Prefeitura de Guarulhos entre 2014 e 2018.

8. Mulheres ciganas do grupo Calon.

o agravamento da questão social em suas trajetórias –, tendo em vista que o Estado brasileiro não considera a existência desses povos, negando políticas públicas afirmativas.

De modo similar, a imigração de povos africanos pode ser trabalhada numa perspectiva artística, incluindo sujeitos que estão nas periferias, sem trabalho, por exemplo, e em busca de meios de sobrevivência. A arte pode compor o trabalho do assistente social, visto que o profissional pode desenvolver um aparato criativo que incentive, a partir do que o grupo já pratica ou praticava em seu país de origem, seja a dança, o artesanato ou, como elucidaremos a seguir, a arte no campo estético afro, como o trabalho com cabelos.

Desenvolver o exercício profissional a partir da mediação da arte, no serviço social, é elucidar possibilidades de atuação técnico-operativas, tendo em vista o projeto ético-político da profissão, na perspectiva da emancipação dos usuários de modo estratégico, isto é, pensar e atuar utilizando a arte na elaboração de projetos e programas que possam ser desenvolvidos com comunidades, propiciando a quebra de ciclos de preconceitos, agressões e pobreza, potencializando criticamente a consciência dos sujeitos nas suas localidades, com criatividade e propostas alternativas.

O Movimento por Moradia, na cidade de São Paulo, é outro importante veículo para se construir um caminho emancipatório para as famílias participantes. O profissional de serviço social, através do trabalho com mediação da arte, pode contribuir para o pensamento crítico e a consciência de classe das famílias e possibilitar a compreensão de como a realidade se impõe na cotidianidade. Assim, pode incentivar a luta por direitos, em especial no contexto político atual, constituído por grande desmonte de direitos conquistados historicamente.

A arte, como expressão dos sujeitos, pode ser pensada pelo profissional do serviço social como produto material e concreto de análise da realidade, servindo também como condição para o planejamento de estratégias interventivas, ligando-as à compreensão do social, percebendo sua historicidade, geografia e a ideologia que a constitui (Prates, 2007). Marx ([1844] 2004)) nos mostra que a arte pode ser uma estratégia de intervenção definida como estética possível de não alienação ante os avanços do capital, ou seja, a arte contém identidades, críticas, resistências, reconhecimento de um povo. Não apenas pode, mas deve ser utilizada para tal, essencial e necessariamente quando direitos são banidos, muitas vezes sem crítica ou luta.

A contribuição do trabalho social mediado pela arte: um modo possível de atuação profissional na cidade de São Paulo

O trabalho é condição básica para a existência humana. Em qualquer lugar, se uma pessoa tiver um trabalho, a vida se torna menos penosa – compreendendo, contudo, que há relações críticas e antagônicas a serem levadas em consideração, como a precariedade, a relação entre trabalhador e empregador, salário etc. No que tange à vida dos imigrantes africanos na cidade de São Paulo, encontrar um trabalho tão logo cheguem se faz necessário para a subsistência. Contudo, como não é fácil encontrar um emprego com carteira assinada, adotam o que era comumente utilizado para o embelezamento pessoal no país de origem. No caso, o trato com cabelos afros, uma composição artística e cultural local, passa a ser um meio de sustento nesse novo contexto.

É inegável que a classe burguesa possui bastante eficiência para seduzir os trabalhadores a assumirem valores da classe dominante, por exemplo, ideias políticas, costumes, visões de mundo. Os valores burgueses, entre outros elementos, ocultam dos trabalhadores a realidade de que são construtores e sujeitos da história. Bogo (2011, p. 173) afirma:

[...] os poderosos acham que existe somente a sua cultura. Tudo aquilo que os explorados fazem para a elite não é cultura, tanto é assim que consideram *culto* somente quem estudou em universidades. (Grifo nosso)

A partir da pesquisa de mestrado de Castro (2019) observa-se que a arte de trabalhar com cabelos é uma das formas de manutenção para os imigrantes africanos na cidade de São Paulo. Em Luanda (Angola), muitas mulheres que trabalhavam no trato com cabelos mantinham a atividade não como meio de sustento, mas um costume enquanto não conseguissem um trabalho no mercado formal. Essa arte, que se configurava como um meio de passar o tempo, de “não trabalho”, passa a ser um meio de subsistência ao imigrarem, um “trabalho” com técnicas diferenciadas, levando-as à percepção de que são artistas no que fazem.

A arte mostra o ordinário de um modo extraordinário e dá significado ao mundano. Ela dá o sentido que traz vitalidade ao cotidiano e nos transporta para além dele. Com a arte, podemos comunicar emoções complexas,

confortar a alma ou instigar o pensamento e a ação; sua linguagem expressa nossa sensibilidade e transmite nossas ideias como nenhuma outra. (Ocvirk, 2014, p. 3)

Em São Paulo, os imigrantes africanos fazem do trabalho corriqueiro com cabelos sua fonte de renda. Entretanto, salientamos que a clientela que acorre aos lugares em que trabalham, são, na maioria, imigrantes. Logo, não os buscam simplesmente devido às tranças ou à estética, mas porque elas os remetem a um histórico, um passado, uma identidade que ficou para trás. As tranças feitas pelas imigrantes africanas não servem apenas para a estética: são tranças artísticas, porque trazem sentimentos complexos.

A maior parte dos imigrantes que atua nessa área não se reconhece como artista. Um assistente social, que atue com movimentos de imigrantes, pode trabalhar a partir da mediação artística com esses profissionais, no intuito de desenvolver com eles aspectos que resultem em reconhecimento de direitos, modos de efetivá-los e de promover processos de fortalecimento desses indivíduos enquanto grupo. Em Angola, as tranças não tinham esses valores, mas aqui ganham essa interpretação. As imigrantes utilizam-se desse valor para fazer a manutenção da própria vida, trançam para se sustentar. Entretanto, deixam de ser meras profissionais para se tornarem artistas e, a partir dessa arte, mexem com sentimentos complexos, como já abordado. O assistente social, por sua vez, auxilia a criar a consciência de que possuem direitos, em um trabalho didático e pedagógico. O assistente social, antes de ser o indivíduo de ponta, que atua ante o Estado para garantir o direito, é um docente que direciona as pessoas aos seus direitos.

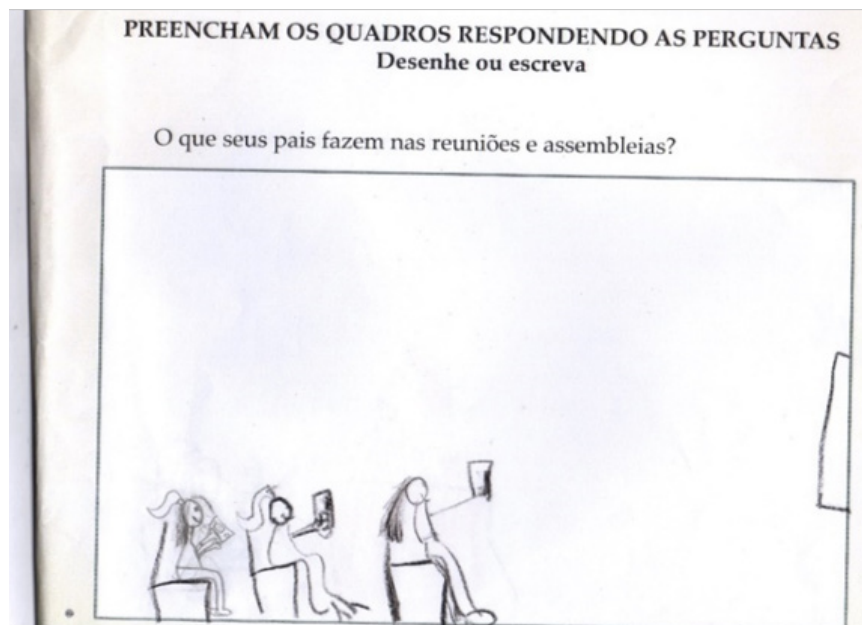
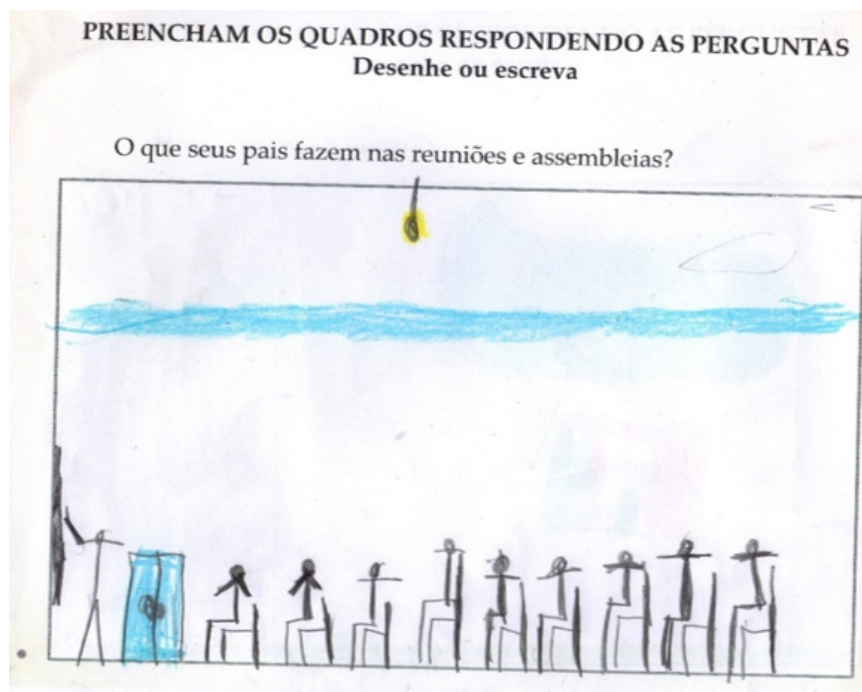
Assim, a arte pode ser uma forma de resistência às ideias burguesas e à exploração do trabalhador. Como diz Ocvirk (2014, p. 4): “[...] seja qual for o tempo ou o lugar da criação, a arte sempre foi produzida porque um artista quis dizer algo e escolheu uma maneira particular de dizer”. Em meio às dificuldades, o trabalho com os cabelos se descobre não só como um meio para garantir subsistência, mas uma forma de expressão da cultura em uma realidade diferente da vivenciada pelo imigrante em sua terra natal. O profissional assistente social, nesse sentido e contexto, pode oportunizar caminhos de interação e de efetivação de direitos a essas pessoas, realizando propostas para que usem o trabalho que sabem e gostam de fazer como modo emancipatório em face das políticas públicas.

Quanto aos movimentos por moradia na cidade de São Paulo, elucidamos uma síntese de um grupo específico, que busca utilizar, de igual modo, a mediação

da arte como instrumento técnico-operativo do serviço social⁹. Trata-se de um trabalho em Habitação de Interesse Social (HIS), com a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM/SP)¹⁰, que realiza ações com famílias (crianças, adolescentes, adultos e idosos)¹¹. Nesse sentido, de acordo com Rocha (2008, p. 48), “[...] conhecer as crianças permite aprender mais sobre as maneiras como a própria sociedade e a estrutura social dão conformidade às infâncias”.

As crianças que participam das ações da UMM-SP e do trabalho social, desde cedo convivem com a cultura do movimento. Aprendem a respeitar as relações humanas assistindo a seus pais em momentos de participação em manifestações políticas e entre si; no trabalho em mutirão; em assembleias; no trabalho social; enfim, aprendem os valores coletivos e humanos defendidos pelo movimento. São estimuladas pelos assistentes sociais a participar, na construção de aprendizados políticos, por meio da arte, seja cantando, desenhando ou com qualquer outra manifestação artística. As crianças desenvolvem ações, a partir do trabalho social mediado pela arte, que, por sua vez, está embasado por uma dimensão política. Nesse sentido, contribui à politização dos instrumentos de trabalho. Nas Figuras 1 e 2 constam desenhos elaborados por crianças que participam do trabalho social realizado com a UMM-SP, estimuladas pela assistente social.

-
9. Trata-se do exercício de uma das autoras deste estudo, Cleonice Dias, que busca apresentar sua experiência com arte no trabalho social como forma de contribuir para a reflexão aqui proposta. Atua com movimentos de moradia diretamente, realizando trabalhos sociais com crianças, adolescentes, adultos e idosos há 11 anos.
 10. Articulação de movimentos que atuam na área de favelas, cortiços, sem-teto, mutirões, ocupações e loteamentos, organizada por regiões: norte, sul, leste, oeste e central. O objetivo da UMM-SP é promover a Reforma Urbana, moradia digna, autogestão na produção habitacional, no trabalho social e direito à cidade. Constrói moradias para a população de baixa renda por meio de mutirões.
 11. Optamos por ilustrar a atuação com as crianças, uma vez que também são sujeitos históricos presentes na história da sociedade.



Fonte: Acervo Ambiente Arquitetura.

Figuras 1 e 2 – Desenhos dos participantes H e V (2019)

Nas representações dos desenhos e escritas realizadas nos trabalhos com as crianças no UMM-SP, observa-se que compreendem a existência de espaços de decisão coletiva e que podem, desde já, fazer parte desse momento.

A criança autora do desenho 1 representa, por exemplo, os pais sentados e atentos a alguém que lhes explica algo, o que muitas vezes ocorre durante os cursos e seminários do trabalho social. Com o incentivo à elaboração de desenhos, os profissionais podem perceber o que as crianças têm notado e se estão absorvendo a importância daquele trabalho com seus pais.

O desenho 2 remete aos momentos em que os pais observam algo apresentado e tiram fotos com celulares, por exemplo, do projeto arquitetônico do empreendimento, de imagens dos participantes utilizadas pela equipe social quando resgata processos coletivos desde a etapa da pré-obra. Isso demonstra que pode haver, mesmo após aquelas reuniões, discussões em outros lugares sobre o que ali foi debatido, mantendo um aspecto de proposição de ideias para os encontros seguintes.

A partir desse reconhecimento, as crianças podem ser incentivadas a interagir com outras crianças, desenvolvendo aspectos importantes para a futura autonomia e atividades dentro e fora do movimento, com os pais ou outras crianças. Chama atenção da criança autora do desenho 2 os celulares dos pais, mas, diferente de muitas atividades nas quais é comum observar pessoas de cabeça baixa, utilizando seus telefones para prestar atenção em outras coisas fora do que está acontecendo, na atividade do trabalho social representada pela criança, os pais não apenas estão atentos, como querem registrar. É possível observar o interesse dos pais pelo tema como resultado positivo do trabalho social.

Assim, faz-se importante desconstruir a herança da cultura da classe dominante, que não serve ao trabalhador por estar presa ao lucro e ao consumo, necessitando ser eliminada para dar lugar a uma nova cultura, a partir da autonomia. O mesmo ocorre com relação ao trabalho social com a comunidade cigana, com imigrantes ou qualquer outro segmento. O trabalho mediado pela arte pode e deve permear todos os campos, numa relação que estabeleça reconhecimento desses sujeitos e os tornem partícipes reais do próprio espaço na construção da história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho social não é um produto material como o avanço de uma obra de construção civil. Seus instrumentos podem ser utilizados e constituídos na perspectiva crítica, contribuindo com resultados positivos e, muitas vezes, para a

visibilidade de grupos. O produto do trabalho social relaciona-se com ações realizadas com e para as famílias participantes de atividades, contribuindo para o enfrentamento da cultura dominante por meio do protagonismo e reconhecimento de famílias, como as inseridas nos movimentos por moradia, indivíduos imigrantes ou grupos tradicionais, em especial os ciganos Calon, referenciados neste artigo, que buscam segurança para viver num país estrangeiro.

Esses distintos movimentos integram a realidade social e o cotidiano profissional de assistentes sociais na cidade de São Paulo e têm em comum seus modos de vivenciar e atuar na sociedade, pois os três grupos são constitutivos de trabalhadores que buscam ultrapassar o nível da sobrevivência e do apagamento social.

A arte, nesse cenário múltiplo de atuação profissional, pode ser um caminho de mediação. A partir do envolvimento do profissional do serviço social com a realidade em cena, tem a potência de, com o conhecimento das políticas públicas, estabelecer aspectos de emancipação. A mediação da arte no serviço social ultrapassa a vertente de atividades lúdicas, tão comum ante um exercício conservador, porque propõe uma construção crítica da leitura da realidade, reconhecendo os sujeitos como reais protagonistas da história.

O trabalho com a arte no cotidiano, particularmente nas periferias das grandes cidades, pode estabelecer diálogos com a consciência particular dos indivíduos, favorecendo o pensamento crítico. Ao estabelecer tal conexão com os indivíduos, esse pensamento artístico gerador de processos de consciência crítica é chamado por Lukács (1966) de verdadeira arte e não se separa da realidade humana.

Pensar a arte como mediação, na dimensão técnico-operativa para o trabalho do assistente social com diferentes grupos, pode constituir-se de possibilidades reais de conhecimento, autoconhecimento e reconhecimento de direitos e protagonismo social, a partir de um projeto crítico e criativo em face da realidade.

A arte é parte importante da vida dos grupos apontados neste breve texto e, por conseguinte, deve ser utilizada como apreensão e possibilidade de novos rumos e dimensões emancipatórias, afinal, não se compõe somente de externalidade, mas muito mais de expressão, reflexo e particularidade, ante aspectos difusos da realidade.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo (2007). *O trabalho na era da mundialização*. Texto-base utilizado pelo autor para exposição na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. Natal. Disponível em: http://www.anpad.org.br/diversos/engpr2007/palestra_abertura.pdf. Acesso em: 1 mar. 2020.
- BOGO, Ademar (2011). *Identidade e luta de classes*. São Paulo, Editora Expressão Popular.
- CARVALHO, M. C. B. de; NETTO, José Paulo. *Cotidiano: conhecimento e crítica*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- COSTA, Beatriz Adão Pascoal (2019). *Modo de vida dos imigrantes africanos na cidade de São Paulo: a trajetória dos angolanos*. Dissertação de mestrado em Serviço Social. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- FREDERICO, Celso. *A arte no mundo dos homens: o itinerário de Lukács*. São Paulo, Expressão Popular, 2013.
- GUERRA, Yolanda (2012). “O serviço social na divisão social e técnica do trabalho: resultado de múltiplas determinações”. In: SANTOS, Cláudia Monica; GUERRA, Yolanda, BACKX, Sheila (orgs.) *A dimensão técnico-operativa no serviço social: desafios contemporâneos*. Juiz de Fora, Editora UFJF.
- LUKÁCS, Gyorgy (1966). *Estética*. Tomo 1. Barcelona, Ediciones Grijalbo.
- MARX, Karl ([1844] 2004). *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo, Boitempo Editorial.
- NETTO, José Paulo. (org.). *O leitor de Marx*. Rio de Janeiro: Editora Civilização brasileira, 2012.
- OCVIRK, Otto G. (org.). *Fundamentos de arte: teoria e prática*. Tradução Alexandre Salvaterra. 12 ed. Porto Alegre, AMGH Editora Ltda.
- PRATES, Jane Cruz (2007). A arte como matéria-prima e instrumento de trabalho para o assistente social. *Revista Textos e Contextos*. Porto Alegre, v. 6, n. 2, pp. 221-232.
- ROCHA, Eloisa Acires Candal (2008). “Por que ouvir as crianças? Algumas questões para um debate científico multidisciplinar”. In: CRUZ, Sílvia Helena Vieira. (org.). *A criança fala: a escuta de crianças em pesquisa*. São Paulo, Cortez Editora.
- SANTOS, Vera Núbia (2015). Arte como possibilidade de mediação no serviço social. *Revista Direito Contemporâneo e Constituição – PIDCC*. Aracaju, ano 4, v. 9, n. 2, pp. 125-150.

